DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA: ESTUDO ANTROPOLÓGICO DOS IMPACTOS DA CHEGADA DA DOENÇA DO CARANGUEJO LETÁRGICO AO LITORAL CAPIXABA

JANETE APARECIDA DE SOUZA DINIZ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

JULHO DE 2006

DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA: ESTUDO ANTROPOLÓGICO DOS IMPACTOS DA CHEGADA DA DOENÇA DO CARANGUEJO LETÁRGICO AO LITORAL CAPIXABA

JANETE APARECIDA DE SOUZA DINIZ

"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais".

Orientador: Prof. Dr. Arno Vogel

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

JULHO DE 2006

DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA: ESTUDO ANTROPOLÓGICO DOS IMPACTOS DA CHEGADA DA DOENÇA DO CARANGUEJO LETÁRGICO AO LITORAL CAPIXABA

JANETE APARECIDA DE SOUZA DINIZ

"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais".

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Drª. Marinete dos Santos Silva (UENF)

_____

Prof. Drª. Wânia Amélia Belchior Mesquita (UENF)

_____

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)

_____

Prof. Dr. Arno Vogel (UENF)

ORIENTADOR

DEDICO ESTE TRABALHO A TODA MINHA FAMÍLIA, MEUS AVÓS, MEUS PAIS, MEUS IRMÃOS E SOBRINHOS.

AO JOSÉ PEDRO, O MEU GURI, NA SUA VIDA INFINITAMENTE FRÁGIL E DELICADA, ME ENSINOU O AMOR, A CORAGEM, A COMPREENSÃO, ME ENSINOU A LUTAR PELA VIDA E A NÃO DESISTIR JAMAIS.

A MINHA FILHA GABRIELA, POR SUA ALEGRIA, TERNURA E COMPREENSÃO QUE MOSTROU DURANTE A REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

AO MEU MARIDO, SORTELANO, PELO IMENSO COMPANHERISMO, AMOR, CONFIANÇA E FORÇA QUE ME IMPULSIONOU NESTA CAMINHADA.

Agradecimentos

Impossível encontrar palavras que pudessem traduzir todo o meu sentimento de agradecimentos às pessoas que estiveram, conviveram e confiaram em mim durante essa empreitada. Sinto-me, sobretudo, gratificada, encontrei muitas pessoas amigas, lindas, batalhadoras, gente que vale a pena ter sempre no coração.

Assim agradeço imensamente as orientações, sugestões, conselhos que tão generosamente e carinhosamente recebi de meu professor e amigo Arno Vogel.

À professora Wânia Amélia Belchior Mesquita, minha amiga, pela confiança, hospitalidade e generosidade que sempre me recebeu em sua casa, sem a sua ajuda tudo teria ficado mais difícil.

Aos amigos catadores de caranguejo da Ilha das Caieiras e Goiabeiras nas pessoas de Geraldão, seu Alomar, Joel, Adeci, Borboleta e seu Lilico: este trabalho também é vocês.

Para minhas irmãs de coração, Sandra, Wânia, Martinha, como é bom compartilhar da amizade de vocês, como é bom tê-las como minhas amigas e confidentes. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

À Fernanda, rebelde, sensível, polêmica. Espero ter contribuído para sua formação pessoal e profissional.

Ao Carlos Abraão Moura Valpassos, pela sua generosa contribuição, revisão e suas ótimas sugestões.

Para os capixabas Wander, Ana Paula, Ana Cláudia, Leonardo Bis e Mariana, James e Carol, pelas cachaças e pizzas que alegravam a nossa estadia em Campos dos Goytacazes.

Aos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, nas pessoas de Celeste Ciccarone, Sandro José Silva, Jaime Doxsey e ao professor Estilaque Ferreira dos Santos.

Ao meu amigo e professor Márcio D'Olne Campos, que esteve comigo no início desta caminhada, com quem discuti e esbocei o projeto inicial desse trabalho.

Aos meus professores do Mestrado em Políticas Sociais, Carlos Henrique Aguiar Serra e Javier Alejandro Lifschitz, pela contribuição teórica.

Aos professores, Dr. Sérgio Azevedo, Drª. Marinete dos Santos Silva, Drª. Wania Amélia Belchior Mesquita, os meus agradecimentos pelas críticas e pelas valiosas sugestões, formuladas por ocasião da pré-defesa deste trabalho.

Carinhosamente ao Freitas, Maria Helena, Catherine e Leonardo Barreto. Foi muito bom compartilhar da amizade de vocês.

À Beatriz pelo carinho cordial e atenção nas burocracias uenfianas.

Às equipes das secretarias de pós-graduação do CCH pelo apoio administrativo.

Posso sair daqui para me organizar
Posso sair daqui para desorganizar
Da lama ao caos/ Do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana
O sol queimou, queimou a lama do rio
Eu vi um Chié andando devagar
Vi um aratu pra lá e pra cá
Vi um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru
Oh, Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça.

Chico Science: Da Lama ao Caos

RESUMO:

O presente trabalho foi desenvolvido tendo em vista dois aspectos distintos, porém complementares de um processo social em curso. O primeiro é uma etnografia dos catadores de caranguejo da Ilha das Caieiras (bairro da cidade de Vitória/ES), grupo social que sobrevive da coleta de caranguejos, no manguezal da Ilha do Lameirão, e busca reconstituir o drama social resultante da implementação da Unidade de Conservação: Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EMILL), em 1987. O segundo aspecto do problema da pesquisa se refere à 'Doença do Caranguejo Letárgico' (DCL). O primeiro foco da doença foi registrado em São Mateus, Norte do Espírito Santo, em setembro de 2005 e, confirmado no Lameirão, em maio de 2006. Com ele se configurou um segundo drama social, cuja etnografia pretende retraçar o perfil dos conflitos suscitados por este problema público, tal como se manifestaram na arena constituída pelo *Grupo Gestor do Caranguejo-uçá* do IBAMA/ES, visando compreender as motivações dos atores neles envolvidos e vislumbrar as possíveis implicações e desdobramentos de um processo, até aqui, inconcluso.

Palavras-chave: drama social; meio ambiente; catadores de caranguejo; Doença do Caranguejo Letárgico (DCL); Espírito Santo.

ABSTRACT

This work has been done taking into account two distinct aspects, but, each one complement the other in an actual social process. The first aspect concerns a grab-gather ethnography of people from *Ilha do Lameirão* (Vitória/ES suburb). They are a social group that survives by gathering crabs at Ilha do Lameirão mangrove swamp. This aspect also attempts to describe how and why a *Social Drama comes* up from the Municipal Ecologic Station of the Lameirão Island implementation, in 1987.

The second, and complementary aspect of this research is about the "Crab's Lethargic Disease" (DCL). At Espírito Santo, this disease first appearance was in São Mateus, a north city of this state. It has occurred at September 2005, and it has been confirmed at Lameirão suburb in May 2006.

The DCL has given rise to a second *Social Drama*. Analyzing its ethnography it is intended to draw up this public problem conflicts - as should be sawn at the arena formatted by the Uçá-Crab Manegement Group of IBAMA/ES – in order to understand the its characters motivation and, to look for the process implications results, up to now unfinished.

Key-words: Social drama; environment, crabs gather, Crab's Lethargic Disease (DCL); Espírito Santo

Lista das Fotos

O mangue Ilha do Lameirão.....32
Mapa 1 33
Foto 1 - Ilha das Caieiras.....48
Foto 2 - Ilha das Caieiras.....49
Mapa 2 54
Desfiadeiras de Siri.....57
Catadores de caranguejo.....64
A redinha.....65
Caranguejo-uçá.....67
Siriaçu..... 69
Goiamum..... 70
Aratu..... 71
Catadores das Caieiras.....72
Diagrama I 73
Diagrama II 75
Selo 97
Torta Capixaba.....101
Tabela.....114
I ENCATA/ reuniões.....141

LISTA DE ABREVIATURAS

APESCA – Associação de Caranguejeiros de Barra Nova – São Mateus

DCL - DOENÇA DO CARANGUEJO LETÁRGICO

CNUMAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

CEPSUL – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul.

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao trabalhador

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EEMIL – Estação Ecológica Ilha do Lameirão

FAESA – Faculdades Integradas Espírito-santenses

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

RESEX – Reserva Extrativista

SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UCs – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

I	**INTRODUÇÃO**	**01**
I.1	Vicissitudes da natureza	07
II	O exercício etnográfico: Observando o campo	12
II. 1	O começo na Ilha das Caieiras	13
III	Sociedades tradicionais e identidades	19
IV	A escolha teórica	21
1	**NATUREZA E SOCIEDADE NO LITORAL CAPIXABA**	**28**
1.1	A origem e a distribuição dos manguezais	34
1.2	O homem e o mangue	36
1.3	O mangue: Olhares sobre um ambiente	38
1.3.1	A política sanitarista na capital Vitória	42
1.4	A política preservacionista	44
2	**A ILHA DAS CAIEIRAS E SUAS VÁRIAS FACES**	**50**
2.1	O cotidiano nas Caieiras	56
2.2	A natureza na cultura da Ilha: Os manguezeiros das Caieiras	63
2.3	Conhecimentos, segredos e trunfos na cata tradicional.	67
2.4	O primeiro drama social: A Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão	79
2.4.1	“Caranguejo e Mangue Vivo”: O lugar do ‘bicho’	87
2.4.2	“Caranguejo e Marlim azul”: Ou a Vitória do futuro	90
2.5	O caranguejo-uçá: Aspectos simbólicos	94
2.5.1	A exegese nativa	96
2.5.2	A caranguejada, a moqueca e a torta capixaba: O nível operacional.	99
2.5.3	A constelação simbólica do caranguejo: O nível posicional	104
3	**O SEGUNDO DRAMA SOCIAL: A DOENÇA DO CARANGUEJO LETÁRGICO (DCL)**	**107**
3.1	A construção da DCL	109
3.2	Catadores de São Mateus: Um drama social em aberto	112
3.2.1	As reuniões: As muitas vozes do drama	117
3.2.2	A primeira reunião 15/09/05	118

3.2.3 A reunião do Grupo Gestor nas Caieiras 126
3.2.4 A reunião de 13/02/06 129
3.2.5 A reunião de 26/04/06 132
3.2.6 A DCL nas Caieiras: A ruptura 137
4 CONCLUSÕES 143
5 BIBLIOGRAFIA 153
ANEXOS 163

I – Introdução

Neste trabalho, meu objetivo é fazer uma etnografia dos catadores de caranguejo no contexto da '*Doença do caranguejo Letárgico' (DCL),* nos manguezais do Espírito Santo, em 2005. Trata-se de um desastre ambiental, com grandes impactos sócio-ambientais. Interpreto, aqui, esse problema como um drama social, onde o Estado assume a posição de resolver as demandas sociais e ambientais envolvendo vários atores políticos numa arena pública. O cenário, portanto, é os manguezais da costa capixaba, espaço largamente utilizado por pescadores, catadores, marisqueiros, entre outros, que sobrevivem da exploração de seus variados recursos.

No artigo realizado por Edna F. Alencar (1991)[1], a Autora define a categoria de pescador com base em Maldonado (1986), conforme especificado abaixo:

> De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a categoria de "pescador" é definida como os "trabalhadores que se dedicam à captura de pescado e exercem as funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras. Ainda fazem parte dessa definição os coletores de esponjas e pérolas, algas e sargaços, moluscos e crustáceos, os ostricultores, baleeiros e caçadores de focas". (Alencar, 1991: 71).

Focalizo os catadores de caranguejo e o problema por eles vivido em face do avanço da DCL, que vem se alastrando, desde o Nordeste até o Espírito Santo, e que tem afetado, numa escala crescente, as populações de crustáceos, principal fonte de reprodução social e econômica de diferentes grupos, em particular dos caranguejeiros. O que está em jogo é, em primeiro lugar, o destino dos catadores, ele mesmo estreitamente vinculado ao dos manguezais, que, por sua vez, têm sido objeto de uma disputa cada vez mais acirrada.

Em 2003, esta doença já tinha alcançado o sul da Bahia, nas proximidades da divisa com o Espírito Santo. Diante da ameaça iminente da extensão desse desastre ambiental ao litoral capixaba, e das situações críticas que, com certeza, o

[1] Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras.

acompanhariam, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA/ES) criou o *Grupo Gestor do Caranguejo-uçá*, com a missão explícita de buscar alternativas e soluções para o problema, além de formular projetos para captar os recursos necessários ao desenvolvimento de pesquisas sobre a DCL, epizootia registrada, há mais de dez anos, nos manguezais do Nordeste. Finalmente, caber-lhe-ia, também, formular propostas de educação ambiental e inserção das populações litorâneas, diretamente afetadas pelo problema, em programas alternativos de geração de renda.

O primeiro foco da DCL foi registrado no Norte do Espírito Santo, em 2005, e, desde então, o Grupo Gestor tomou para si a administração desse fato que ora se apresenta aos capixabas, sobretudo, aos catadores de caranguejo, pois, ameaça seu modo de vida tradicional, seu *genre de vie*. [2]

Tal fato constitui-se em verdadeiro drama social[3] envolvendo vários atores sociais e institucionais, pois, convém, a propósito, assinalar que o consumo do caranguejo faz parte de toda uma cadeia produtiva, o que contribui para potenciar sua importância, razão para que se levante a questão dos possíveis impactos dessa doença sobre a economia e a sociedade do litoral capixaba.

Além disso, o Governo do Estado e, sobretudo, a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), principalmente, pós anos 90, têm investido, na afirmação de uma identidade local, para promover o desenvolvimento turístico tomando como elementos simbólicos, a culinária capixaba e a paisagem litorânea, entre outros elementos da tradição popular, tais como, o congo, por exemplo.

A culinária expressa por meio da panela de barro, da torta de mariscos, da moqueca e da caranguejada constitui os principais elementos simbólicos da tradição capixaba. O caranguejo é um dos principais ingredientes dessa culinária, incentivada, sobretudo, pela industria turística, o que tem gerado um aumento expressivo do seu consumo, adquirindo, em virtude disso, um flagrante valor simbólico.

---

[2] Ver adiante a conceituação de *genre de vie,* tal como formulada por Pierre George, no âmbito da geografia humana (p. 23).

[3] O conceito foi formulado, pela primeira vez, por Victor Turner, em *Schism and Continuity in na African Society: A Study of Ndembu Village Life*. (TURNER, 1957).

O advento da DCL tem se revelado uma tragédia ambiental de grandes proporções, não só privando muitas famílias de sua principal fonte de renda, mas também gerando um desequilíbrio ambiental no ecossistema, pois, o caranguejo tem importante função de promover a renovação dos nutrientes e a circulação das águas - por meio dos buracos que cavam no mangue -, bem como faz parte da cadeia alimentar de outras espécies.[4]

Dessa forma, se coloca uma questão: como assegurar a continuidade do grupo atingido, permitindo-lhe manter sua identidade, problema que de resto, não se limita ao grupo local, pois, já afeta ou afetará outros grupos ao longo de todo o litoral capixaba, e, com toda a probabilidade, para além deste.

Diante desse drama social de amplas conseqüências faço um recorte espacial e temporal para realizar este trabalho etnográfico. O universo da pesquisa se concentra, então, nos grupos de catadores das Caieiras, onde iniciei minha pesquisa em 2003, e de São Mateus, Norte do Estado, isto porque são estes os grupos que, até agora, foram acionados pelos órgãos públicos para a discussão da DCL e suas conseqüências.

Assim, os ‘nativos’ são: os catadores de caranguejo de Ilha das Caieiras – bairro de Vitória -, e os catadores de São Mateus – Norte do Estado - e o Grupo Gestor do IBAMA/ES, e seus respectivos contextos. A escolha dos lugares se deu em virtude da confirmação oficial da doença e da luta que se travou, desde então, no Grupo Gestor, para encontrar uma solução diante da crise que se estendeu com o avanço da DCL.

O drama social decorrido dos impactos desse desastre ambiental será, aqui, apresentado a partir das etnografias das reuniões promovidas pelo Grupo Gestor, com a participação dos catadores, e realizadas na sede do IBAMA em Vitória/ES.

O objetivo desta pesquisa foi o de elaborar e desenvolver na Ilha das Caieiras a etnografia dos catadores de caranguejo. E, por meio da observação participante, compreender o modo como eles exercem suas atividades, elaborando, ao mesmo tempo, as categorias classificatórias que lhes servem de referência para estruturar o seu modo de vida.

---

[4] Cf., Castro, Josué de. Homens e Caranguejos. 1976.

Teve, ainda, o objetivo de reconstruir o contexto de implementação da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL) – espaço de trabalho dos catadores da Grande Vitória (Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha) -, interpretando-o como o primeiro *drama social* vivenciado pelos catadores das Caieiras. Uma vez que a EEMIL foi transformada em Unidade de Conservação (Ucs), pela Lei 3377/87, cabendo a sua administração e fiscalização à PMV; tarefa dividida com outros órgãos ambientais, tais como, o IBAMA e a Polícia Ambiental. Ressaltando que os manguezais circundantes à Ilha de Vitória sofreram intenso processo de degradação e ocupação, por meio de aterros para ampliação de espaços para atender a pressão expansionista da população metropolitana.

Desse modo, a implementação da EEMIL conduziu a novas relações de força entre os órgãos responsáveis pela fiscalização e os catadores de caranguejo. Tal medida resultou em uma primeira ruptura do cotidiano desse grupo social, pois uma nova forma de gerir os recursos naturais lhes foi imposta por uma instância heterônoma, dentro de seu território de trabalho costumeiro.

Em face das mútuas acusações entre catadores e os órgãos responsáveis pela fiscalização, a análise da pesquisa foi dirigida então, para o contexto de implementação da Unidade de Conservação (EEMIL), pois, caberia investigar ser esta a origem dos conflitos envolvendo esses atores sociais. Uma vez que, este aspecto não esteve presente em outros estudos, na bibliografia local pesquisada, não encontrei, propriamente, nenhuma análise sobre esta UCs, apenas algumas referências na área da Biologia e da Geografia e, quando mencionam o fato, corroboram sua importância enquanto área de proteção ambiental[5]. Na área das Ciências Sociais[6], apenas o projeto

---

[5] ALVES, André. Os Argonautas do Mangue. Ed: UNICAMP, 2004.
CARMO, Tânia Mara Simões *et alii*. Os Manguezais da Baía de Vitória, Espírito Santo: um ecossistema ameaçado. In Revista Brasileira de Biologia, 1995.
FERREIRA, Renata D. Os Manguezais da Baía de Vitória (ES). Um estudo de geografia física integrada. Tese de doutorado: USP, 1989.
VALE, Claúdia C. Homens e caranguejos: uma contribuição geográfica ao estudo dos manguezais da baía de Vitória (ES) como fonte de alimento.Monografia apresentada ao Depto de Geografia da UFES, 1992.
TRARBACH, Joseany. O Manguezal como Objeto de Percepção Ambiental: Estudo Comparativo entre duas Comunidades de Pescadores e coletores de Vitória (ES). Monografia apresentada ao Depto de Biologia da UFES, 2001.

[6] "Projeto Caranguejo: Bioecologia do caranguejo *Ucides cordatus* e Caracterização sócio-econômica e de saúde dos catadores de caranguejo no Espírito Santo". Projeto de extensão da UFES realizada ao nível regional, ao longo de dois anos (de 2001 a 2003).

de CICCARONE (2004) chama a atenção “para o perigo de ‘naturalizar’ aquilo que na realidade representa um processo de construção de modelos dominantes de políticas institucionais em relação ao mangue, sua população, e aos catadores de caranguejo” [7]. Menção feita em relação ao ‘Projeto Caranguejo’, contudo, não foi além dessa referência. Esta mesma crítica pode ser encontrada, também, no relatório de pesquisa encaminhada a FACITEC (2003), por Sandro José Silva.

Mas, quando se confirmou a DCL nos manguezais do Espírito Santo, em 2005, período em que eu retomava o trabalho de campo, o novo fato me impôs repensar o problema e o objeto da pesquisa, pois, suscitou uma situação dramática no plano local o que implicou em considerar a hipótese de extinção da principal fonte de recursos de um número significativo de famílias, como também um dos principais cartões de visita do Estado.

Diante do novo cenário advindo com a DCL, o problema desta etnografia passou a compreender dois aspectos distintos, porém complementares: i) primeiro a partir de um estudo de caso, tendo como interlocutores os catadores de caranguejo da Ilha das Caieiras, busco compreender como a implementação da EEMIL afetou a maneira de viver desse grupo social; lembrando que, a ocupação de áreas de mangue na região de São Pedro, a partir de 1977, resultou em aterros de grandes áreas mangue no entorno das Caieiras. Neste sentido, importa determinar os possíveis conflitos gerados por estes processos. Importa, sobretudo, determinar em que medida tal implementação alterou o cotidiano dos catadores, no que tange às suas relações, nas esferas: política, social, econômica e cultural. A partir desse entendimento será possível compreender outros eventos que vêm pautando as relações de força envolvendo diferentes atores sociais e institucionais; ii) o segundo aspecto do problema da pesquisa remete a um outro *caso*, resultante do advento da DCL no Estado. Busco verificar, como os catadores estão lidando com este processo, em particular, os catadores de São Mateus e das Caieiras,

---

CICCARONE, Celeste *et alii.* "Encruzilhadas no Mangue": dialogo e confronto entre diferentes práticas e saberes. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, 2004.
SILVA, Sandro José. Saberes e Fazeres: a pesca tradicional na Ilha das Caieiras. Relatório de pesquisa, encaminhada a Prefeitura Municipal de Vitória/FACITEC, 2003.

[7] Segundo Ciccarone, (2004, p:6) “no Projeto Caranguejo, a multiplicidade de posições sobre o tema, parece afunilar-se no modelo “biológico” do preservacionismo ambiental, apesar das preocupações manifestas a respeito das condições sócio-econômicas dos catadores, em particular a trabalhista e sanitária”.

quais os desdobramentos dessa eventualidade e os possíveis efeitos sobre o modo de vida desse grupo social; e, para além deste, sobre os projetos dos diversos atores sociais com seus distintos interesses no espaço da Ilha das Caieiras e do Lameirão. Pois a Prefeitura de Vitória vem realizando investimentos na Ilha das Caieiras com o propósito de transformá-la num ponto turístico conjugando: gastronomia, tradição e paisagem.

As narrativas sobre os dramas sociais aqui enunciados serão traduzidas a partir dos diálogos que estabeleci com os catadores durante o trabalho de campo, e da minha participação nas reuniões promovidas pelo Grupo Gestor do Caranguejo-uçá do IBAMA/ES e demais atores sociais. Além disso, utilizo as fontes documentais e jornalísticas, importantes para reconstruir as trajetórias das encruzilhadas que os eventos sugerem.

Esta estratégia deriva da perspectiva do drama social, que exige a consideração de todos os atores presentes no campo de forças por ele gerado. Neste trabalho, de certa forma, privilegio os catadores das Caieiras (ou 'manguezeiros', designação ao qual eles se denominam), na medida em que os identifico como aqueles que mais direta e duramente foram e serão atingidos pelos fatos desencadeadores de ambos os dramas, que colocam em cheque o seu modo de vida, e, por conseqüência, as condições de reprodução de sua identidade social.

De acordo com Mello & Vogel (2004: 51), a perspectiva do *drama social* traz consigo a referencia básica ao *conflito,* que emerge dos imprevistos e conjunturas que suspendem o fluxo ordinário da vida social, gerando, as contendas, as acusações e a 'alocação de responsabilidade', conforme definido por Max Gluckman. Este último, precursor do que se convencionou a chamar de 'escola de Manchester', "dedicou-se à compreensão da vida social como *processo*, palavra com a qual não pretendia, apenas, designar o seu movimento, enquanto devir, mas, apoiando-se no sentido judicial da metáfora, aludir ao seu *primum móbile*, o conflito, com suas diversas formas de composição".

I.1 - Vicissitudes da Natureza

As conseqüências indesejáveis acarretadas pelo uso inadequado dos recursos naturais vêm despertando preocupação crescente com as questões ambientais. Desde a Conferência de Estocolmo[8], na Suécia, em 1972, e vinte anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, vem discutindo novos paradigmas na tentativa de aproximação da natureza com a cultura; propondo um *agir com* a natureza e não mais um *agir sobre* a natureza e, dessa forma, incorporá-la à sociedade.

A produção acadêmica das ciências sociais, em especial a antropologia social, tem orientando parte seus estudos para os povos ditos 'tradicionais' que convivem nas imediações dos centros urbanos, como é o caso de muitos dos pescadores artesanais. O foco dessas pesquisas decorreu do debate sobre a conservação de ecossistemas e biodiversidades, iniciados a partir dos anos 80, que numa perspectiva interdisciplinar vem construindo interfaces entre diferentes saberes científicos. O que se pretendeu foi compreender como os diferentes grupos mantiveram seu modo de vida, sua cultura e seus conhecimentos, que lhes possibilitaram viver dos recursos naturais sem, contudo, exauri-los.

Seguindo esta tendência, nas últimas décadas, no Brasil, os projetos de políticas ambientais têm incluído a participação das populações tradicionais nas atividades de conservação, visando a sustentabilidade a partir de novas formas de interação entre sociedade e natureza. Desse modo, a contribuição dos conhecimentos tradicionais é indispensável, pois, foi graças a ele que foi preservada a continuidade do meio e das sociedades que nele vivem, trabalham e se reproduzem.

Porém, as pesquisas com as populações tradicionais revelam as dificuldades que o Estado tem em operacionalizar as políticas públicas levando em consideração as

---

[8] O Objetivo foi reunir a comunidade internacional para discutir os problemas ambientais e estabelecer cooperações mútuas para tentar solucioná-los. Desse encontro se propôs um novo paradigma: o Desenvolvimento sustentável baseado em um tripé: desenvolvimento econômico, com promoção da igualdade e conservação ambiental.

experiências e as práticas dos indivíduos na gestão dos recursos naturais, gerando, desse modo, uma assimetria entre essas sociedades e os órgãos ambientais. Os estudos de Mello & Vogel (2004); Lobão (2005), Kant de Lima *et alii* (2005); Diegues (1994, 1983, 2000); Simonian (2000); Huguenin (2002); Campos (2001), mostram, no geral, a ineficiência das políticas públicas no gerenciamento dos recursos naturais. Pois,

> Marcadamente em questões ambientais, instituições e autoridades executoras do governo impõem regras de uso únicas em seus gabinetes e pensando no interior das fronteiras de seu Estado-Nação como se elas valessem para ecossistemas de sociedade e natureza muito diversos e que transcendem quaisquer fronteiras políticas. Dessa forma, nivelam por decreto a rica diversidade bio-geo-social e cultural do próprio país e desconsideram, nas relações entre sociedade e natureza, os saberes tradicionais sobre seus ecossistemas. (Campos; 2001: 03)

A despeito dos avanços na legislação e das iniciativas de proteção dos ecossistemas, os impactos ambientais, os desastres ecológicos e as violações ao patrimônio natural continuam ameaçando a diversidade biológica e a sobrevivência de sociedades humanas que dependem diretamente dos recursos da natureza, tais como os pescadores, os catadores de caranguejo e os marisqueiros, habitantes das zonas costeiras.

A questão ambiental representa um tema privilegiado para a reflexão sobre a atitude social diante de problemas ecológicos como as variações climáticas, a poluição, a devastação de ecossistemas, as epizootias, como ‘a gripe aviária’ e, no contexto que abordamos, a ‘Doença do Caranguejo Letárgico (DCL)’ – eventos tão freqüentes que levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a criar a categoria de ‘refugiados ambientais’, para qualificar pessoas ou grupos inteiros, vítimas desses infortúnios, que tem desabrigado, em escalas variáveis, milhares de pessoas mundo afora.

Tal é o caso da DCL, presente há mais de 10 anos nos manguezais do Nordeste, sem, contudo, haver um diagnóstico sobre este evento, que têm conseqüências dramáticas para as populações que dependem desse ecossistema.

A partir de meados dos 80, o mangue Ilha do Lameirão, adjacente à região metropolitana da Grande Vitória, foi transformado em Unidade de Conservação, denominada Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL).

Nos anos 90, os espaços urbanos de Vitória são redefinidos de acordo com o novo Plano Diretor Urbano, por meio de diversos projetos[9], visando dotar a cidade da melhor infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável do turismo. O espaço da Ilha das Caieiras tornou-se parte do projeto de modernização turística da Prefeitura de Vitória e, vem sendo recriado a partir de um discurso que engloba a modernidade e a sua convivência com o passado, o que altera e reestrutura as relações, até então, vigentes.

A Ilha das Caieiras está localizada em frente ao mangue Ilha do Lameirão e têm sua história de formação vinculada às atividades pesqueiras. Por agregar valores paisagísticos, tradição e culinária, se tornou o mimo da PMV, com uma série de melhorias e investimentos no local. Nas crônicas do noticiário municipal, como observou Sandro J. Silva (2003), a região das Caieiras aparece como reduto do desenvolvimento e da manutenção da 'tradição', carro chefe do turismo.

Neste cenário, Caieiras e Lameirão tornaram-se palcos, arenas de disputas e de conflitos envolvendo o poder público e os grupos que têm sua história de vida vinculada a esses espaços, colocando em jogo as identidades criadas a partir das atividades pesqueiras. Além disso, a ocorrência da DCL, no Lameirão representa um drama social para os diferentes grupos das Caieiras, mas, especialmente, para os catadores de caranguejo, que têm neste manguezal sua fonte principal de reprodução social**.**

Assim considero apropriado o conceito de drama social, elaborado por Victor Turner (1957, 1974, 1980), para dar conta dos processos e conjunturas que, no fluxo da vida social, poderão transformar, de forma mais ou menos radical, a vida cotidiana no litoral capixaba.

> Dramas sociais são, em larga medida, processos políticos, isto é, envolvem a competição em torno de fins escassos – poder, dignidade, prestígio, honra, pureza – através de meios particulares e da utilização de recursos que são

[9] Projetos discutidos no capitulo 3.

> também escassos – bens, território, dinheiro, homens e mulheres. Fins, meios e recursos estão presos a um processo de feedback interdependente. Alguns tipos de recursos, por exemplo, terra e dinheiro, podem ser convertidos em outros, por exemplo, honra e prestígio. Ou podem ser empregados para estigmatizar rivais e lhes negar estes fins. (Turner, 1980, p. 15).

O drama social vivenciado pelas populações tradicionais, de modo geral, advém de alguns fatores que podemos, aqui, elencar: a redução do espaço de trabalho, em virtudes de aterros, o exemplo de Vitória, para o caso dos mangues; os empreendimentos turísticos, a Legislação Ambiental, a chegada do 'meio ambiente'; os desastres ambientais, em sua maioria, provocadas por ações exteriores às sociedades extrativistas.

Portanto, uma pluralidade de questões para pensar as mudanças sociais em termos de temporalidades diferenciadas e descontinuidades que marcam as sociedades tradicionais da atualidade.

No seu conjunto, esta etnografia estruturou-se em quatro partes, na introdução, apresento o tema da pesquisa e a problemática pensada a partir da chegada da DCL no litoral capixaba. Do mesmo modo, são abordadas as mudanças e vicissitudes que a questão ambiental coloca na atualidade. Ainda, narro a minha experiência durante o trabalho de campo, como também, defino uma abordagem teórica que guiou todo o desenvolvimento do trabalho.

O primeiro capítulo intitulado *'Natureza e Sociedade no Litoral Capixaba'* diz respeito a alguns dados do litoral espírito-santense, fazendo uso das contribuições de Alberto Ribeiro Lamego (1940), sobre a formação das restingas na costa Brasileira, e da literatura local sobre as peculiaridades do ecossistema manguezal e sua distribuição ao longo do litoral capixaba, e, ainda, do Brasil e do mundo. Discute-se neste capítulo, também, as representações atribuídas a esse ambiente e sua importância sócio-econômica e cultural para as populações ribeirinhas.

O capitulo 2 – "*A Ilha das Caieiras e suas várias fases*" – apresenta, em sua primeira parte, uma etnografia do espaço social das Caieiras e do Lameirão, cujo meu objetivo foi mostrar a organização social, os ritmos engendrados pelas atividades aí desenvolvidas e as distintas identidades construídas em torno da pesca e da cata no

Lameirão. A segunda parte compreende, propriamente, a etnografia dos catadores de caranguejo, com os conhecimentos e formas características de praticar a cata. Na terceira parte, apresenta o processo de transformação do Lameirão em Unidade de Conservação, evidenciando os conflitos, *"ex post facto*", gerados em virtude desse dispositivo legal, que se não coloca os catadores na ilegalidade, ao menos os reduz à condição de concessionários de um espaço que outrora era de livre uso. Na seqüência, discute o papel ambíguo assumido pela PMV, que é, ao mesmo tempo, uma das geradoras do drama social, e, também, a instância que aciona os mecanismos reparadores desse drama, por meio dos seus projetos de políticas públicas para o espaço do Lameirão e por extensão aos catadores. Por último, discute os aspectos simbólicos do caranguejo-uçá no contexto capixaba.

O último capítulo – *O Segundo Drama Social: A Doença do Caranguejo Letárgico* discute esse evento a partir da etnografia das reuniões realizadas na sede do IBAMA, em Vitória/ES, pelo Grupo Gestor do Caranguejo-uçá e catadores, principalmente, os catadores de São Mateus, diretamente afetados por esta doença que os colocou ante um desastre de impactos ecológicos e sociais incomensuráveis. Oito meses após sua chegada em São Mateus, a DCL ocorre também nos manguezais da Grande Vitória, acentuando fortemente o drama dos catadores locais.

II –O Exercício Etnográfico: Observando no Campo

Em 2003, fui convidada a participar do projeto de extensão, realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), intitulado *"Projeto Caranguejo: Bioecologia do caranguejo Ucides cordatus e caracterização sócio-econômica e de saúde dos catadores de caranguejo no Espírito Santo*". Este projeto compreendia 10 metas a serem realizadas ao longo de dois anos (2001 - 2003), em todo o litoral capixaba. Participei da Meta 01: "*Caracterização do Complexo Sócio-Econômico-Cultural dos Catadores de Caranguejo*", sob orientação do professor Dr. Jaime Doxsey, sociólogo, responsável pelo projeto.

Participei do trabalho de campo, na região de São Mateus e da Grande Vitória, mais especificamente, no município da Serra, e, apenas uma vez estive na Ilha das Caieiras, com a equipe do projeto. A participação, neste projeto, foi interessante, pois, a partir dele, pude conhecer, empiricamente, um outro meio de vida, as vicissitudes de uma atividade, e um universo de conhecimento de mangue, do qual era totalmente leiga. Cada lugar respondeu de forma diferente a este projeto, em São Mateus a nossa equipe foi prontamente recebida, o mesmo não ocorreu na Ilha das Caieiras.

O projeto reuniu pesquisadores de diferentes áreas, sociólogos, biólogos, ecólogos, além de outros profissionais de órgãos públicos, como Prefeituras, INSS e IBAMA, Colônias de Pescadores e Associações. Entre seus diversos objetivos[10], o Projeto contemplava uma caracterização do complexo sócio-econômico-cultural e, um levantamento e diagnóstico das possíveis doenças ocupacionais dos catadores de caranguejo.

Em Vitória, os pesquisadores do projeto tiveram dificuldades de aproximação com alguns grupos de catadores. Esta dificuldade, talvez, tenha nascido em virtude de

[10] Outros objetivos do "Projeto Caranguejo" eram: elaborar um banco de dados bioecológicos ao longo do litoral; avaliar a exploração comercial da espécie; levantar os reflexos ambientais provocados pela captura do crustáceo, visando a conservação do ecossistema manguezal; examinar a sustentabilidade econômica desta atividade pela comunidade tradicional e a alterações na legislação existente.

desentendimentos ocorridos entre um pesquisador (biólogo[11]) e os catadores, especialmente, aqueles da Ilha das Caieiras. Além disso, havia uma desconfiança claramente manifestada quanto aos instrumentos da pesquisa tipo *survey.* Creio que ela surgiu porque esses catadores vinham sendo reiteradamente requisitados por pesquisadores e jornalistas, e, também, para as reuniões organizadas pela PMV. Desse modo, o que não passava de uma 'obtenção de dados estatísticos' parecia-lhes um 'inquérito policial'.

Foi para contornar esta situação que o Projeto Caranguejo solicitou a contribuição da Antropologia, tarefa aceita pela professora e antropóloga, Celeste Ciccarone. A professora formou um grupo de estudo, com a participação de mais dois professores: Erly E. dos Anjos e Marcio D'Olne Campos. Iniciou-se, então, minha participação com o grupo. Durante o trabalho de campo, percebi a necessidade de outro instrumental de pesquisa, pois os dados obtidos por meio de um questionário semi-aberto não abrangiam a complexidade que envolvia essa atividade. Diante disto, passei a fazer um trabalho etnográfico junto aos catadores de caranguejo da Ilha das Caieiras, um grupo considerado difícil, 'antipático'. Várias vezes ouvi sugestões de colegas para trabalhar com outros grupos, por exemplo, em Cariacica (município vizinho a Vitória), ou, então, nas adjacências das Caieiras. Porém, o que me chamava à atenção era, justamente, a gente das Caieiras, uma gente diferente de outros contextos da cidade, que remetiam-me a uma sensação de estar, em um outro tempo, em outro lugar, numa cidadezinha do interior, longe do contexto urbano.

II.1 - O Começo na Ilha das Caieiras

A Ilha das Caieiras está localizada a noroeste da baía de Vitória, a dezesseis quilômetros do centro da cidade. Em frente à Ilha está situado o mangue Ilha do Lameirão, recortado por diversas ilhotas cobertas de manguezais, em um ponto

[11] Este biólogo fazia parte da equipe do "Projeto Caranguejo". Em 2001, havia realizado pesquisa com os catadores de Vitória. Suas fotografias foram veiculadas em cartões telefônicos da Telemar, na internet etc, fato que gerou a polêmica com os catadores.

extremo da cidade, voltada para as atividades haliêuticas, basicamente, a pesca artesanal, a cata de crustáceos e moluscos, e a atividade correlata de desfiar o siri - trabalho exclusivo das mulheres. Todas estas atividades no seu conjunto formam um eixo econômico e cultural e têm colaborado para a manutenção de costumes e práticas próprias do local.

A escolha dos catadores das Caieiras - um grupo composto por cerca de 34 pessoas - foi um desafio, em virtude de terem uma atitude hostil principalmente com pesquisadores e jornalistas, além da desconfiança que depositavam nos fiscais do IBAMA e da Prefeitura.

Além disto, Caieiras faz parte do projeto de modernização turística da PMV, com a criação de novos espaços sociais, tais como cooperativas, estruturas arquitetônicas, como o píer e pavimentação para melhorar o acesso de turistas à contemplação paisagística do Lameirão. Com isto, a PMV se faz muito presente, seja por meio de projetos destinados a conservação do mangue, o que exige a participação dos catadores em reuniões; seja porque, em conjunto com o IBAMA, fiscaliza o mangue, o que interfere nas formas de realizar as atividades ali desenvolvidas.

Todos esses processos geraram uma impaciência, o que exigiu certa flexibilidade do pesquisador. Em suma, para uma principiante no trabalho de campo, não foi um exercício tranqüilo chegar a um universo, essencialmente, masculino e romper estas várias barreiras.

Mas o que marcou foi o fato dos catadores perquirirem sobre as minhas intenções. Que informações eu queria, afinal? Por que os havia escolhido para trabalhar? Qual o interesse de tanta gente por nós? “Se nada muda, se tudo permanece como está e um pouco pior” - essas eram as falas. “*Vocês vem aqui pegar as informações e vão embora, mudam a vida de vocês e nós ficamos aqui na mesma, não muda nada pra gente*”. Inclusive, um deles aconselhou-me a desistir do trabalho, e não abordar muitos dos ali presentes, pois alguns tinham passados suspeitos, faziam uso de drogas etc.

Embora me apresentasse como pesquisadora da Universidade (naquele momento da UFES), desconfiavam da minha identidade, faziam restrições ao gravador, às fotografias e mal aceitavam o caderno de anotações. Receavam que eu fosse fiscal do IBAMA, ou da PMV, ou, quem sabe jornalista. Essas intervenções ou intromissões, em seus espaços, nunca corresponderam a suas expectativas de mudança em suas realidades, daí, tive que superar essa dificuldade com perseverança e estabelecer uma relação de confiança para o trabalho de campo e assim realizar minha pesquisa.

Os catadores justificavam suas atitudes narrando a história de um colega que após ter concedido entrevista e ser filmado pela *TV Gazeta*, tivera problemas com o IBAMA, que veio prender as redes que ele mantinha no barco de seu patrão. Tais episódios levaram a uma percepção de 'invasão' no espaço deles.

Mas, por várias vezes, ressaltei a importância deles como pessoa humana, como catadores e portadores de conhecimentos do mangue e que estava ali para aprender com eles, por fim, dada a insistência consegui conquistar-lhes a confiança, inclusive, percebia que se sentiam lisonjeados e, desse modo, estabeleci diálogo com o grupo.

Certamente, que a atitude dos catadores foi uma forma de controlar o poder que se exerce sobre eles, entretanto, era necessário criar as condições apropriadas à pesquisa etnográfica. Nos dizeres de Elisabete Schwade (1992),

> Nas pesquisas atuais a troca aparece, ao meu ver, revestida de elementos simbólicos. Caracteriza uma relação de poder/resistência. A resistência, por sua vez, não está situada apenas na omissão de informações ou na cobrança explícita para concedê-las. Trata-se de uma cobrança mais sutil: "o que você vai fazer com essas informações", "por que você tira fotografias". Em última instância, trata-se de questionar o significado de nossa presença e a insistência em entrar em seu espaço. (Schwade, 1992, p:50).

O controle surge aí como uma forma de obter, primeiro, a garantia de não ser lesado, e, depois, como uma forma de aumentar o poder de barganha; ou seja, após estabelecer a confiança começam a solicitar intervenções que se concretizem em benefícios.

Quando foram dirimidas as dúvidas da minha identidade, passei a ser confidente de muitos de seus segredos e compartilhavam de suas experiências, inclusive,

solicitavam opiniões na relação com a Prefeitura e IBAMA, isto fica claro quando os catadores reclamavam das imposições da PMV, me pediam orientação em como agir perante as novas decisões e me relatavam a forma como os órgãos fiscalizadores atuavam, principalmente, durante o período do ‘defeso’. Quando me convidavam para um café ou um para um ‘trago’, principalmente após o meu ‘batismo’ no grupo, ocasião em que tive de comer caranguejo preparado ao modo deles, isto é, lavado rapidamente e jogado na panela para cozinhar com água e sal. Comi o caranguejo! Pois, percebi que estavam me testando, era um ritual de aceitação entre eles. Como disseram: estava batizada e não era uma pessoa ‘fresca’. Certamente, a recusa causaria resistências à minha pessoa. Era preciso aceitar as regras do jogo.

Quando nos propomos a realizar um trabalho etnográfico - que tem a observação participante como sua metodologia por excelência -, vamos ao encontro de pessoas nem sempre dispostas a nos receber ou nos acolher de imediato, somos testados, colocados a aprova. Este foi o meu caso, somente quando estabeleci uma relação de confiança pessoal com os ‘nativos’ foi que o meu trabalho começou a fluir, e a colaboração passou a se processar sem formalidades. Os encontros se deram com a freqüência de duas a três vezes por semana e, em muitos deles, a minha presença era aguardada com certa ansiedade. Enfim, as narrativas dos catadores giravam em torno das relações conflituosas com os órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização. Com esta espontaneidade em se expressarem, me direcionaram o caminho da pesquisa, me apontaram às questões dos conflitos.

Como nativa de Santa Catarina (Lages), pude vivenciar a experiência inusitada de conhecer um outro lugar totalmente distante da minha realidade; distante, tanto na cultura, nos costumes e nos valores, quanto, até mesmo, nos aspectos físico-geográficos. Situação que pode ser vivida por qualquer pesquisador em trabalho de campo. Da Matta (1978), descreve esta situação quando diz em seu texto “O Ofício do etnógrafo, ou Como ter Anthropological Blues” que um dos princípios de referência da antropologia é a capacidade de transformar o ‘exótico em familiar’ e o ‘familiar em exótico’, e, em outras palavras, todo aquele que se empenha em um trabalho etnográfico está fatalmente fadado a transcender suas origens para que, dessa forma,

possa vislumbrar uma outra cultura e posteriormente reportá-la e traduzi-la numa linguagem acadêmica e sob o escopo de algum modelo teórico.

Além disso, o fazer antropológico é um exercício entre dois mundos. O *estar lá* no campo permite ao antropólogo se deparar com povos cujos costumes e cultura lhe são alheios, mesmo quando tais povos exóticos podem ser encontrados do outro lado da rua. O estar no campo permite, ainda, descobertas e acontecimentos que, *a priore,* não havíamos imaginado e que, então, conforme recomenda Evans-Pritchard (2005), devemos nos deixar guiar, pois são, muitas vezes, o cerne da sociedade que escolhemos para estudar, que revelam, por assim dizer, sua carne e seu sangue.

De acordo com Evans-Pritchard (2005)[12], ao relatar as experiências durante suas incursões nas pesquisas de campo:

> Não é possível ao antropólogo tornar-se verdadeiramente um zande, um nuer ou um beduíno; a atitude mais digna a seu respeito talvez seja a de manter-se, no essencial, apartado deles. Pois, de qualquer modo, sempre seremos nós mesmos e nada mais – membros de nossa própria sociedade, visitantes numa terra estranha. Talvez seja melhor dizer que o antropólogo vive simultaneamente em dois mundos mentais diferentes, construídos segundo categorias e valores muitas vezes de difícil conciliação. Ele se torna, ao menos temporariamente, uma espécie de indivíduo duplamente marginal, alienado de dois mundos. (Evans-Pritchard, 2005: 246).

Para o etnógrafo a sua tarefa mais difícil e original é a de traduzir para o *estar aqui* na academia a experiência vivida no campo (enquanto pessoa) e os dados lá obtidos (enquanto pesquisador). No desenvolver deste exercício é necessária a escolha de um corpo teórico. Este aparato irá guiar os primeiros passos, vai definir a maneira de observar e interpretar a realidade apresentada, e por isto, acaba por definir toda a natureza do trabalho - seja na redação final, seja mesmo, na obtenção dos dados de campo. Para Evans-Pritchard, “se o antropólogo não fosse ao campo com idéias preconcebidas, não saberia o que observar, nem como fazê-lo”. (Ibidem, idem: 244). A tarefa de traduzir os dados é a mais sutil para o etnógrafo, é falar em nome do nativo, é buscar representá-lo da forma mais fidedigna possível, e, ao mesmo tempo, explicando em linguagem científica aquilo que no campo é natural e espontâneo. Nas palavras de

[12] “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. Apêndice IV. Palestras apresentadas nas Universidades de Cambridge e Cardiff.

Geertz: “A interpretação antropológica configuraria, assim, uma leitura de segunda ou terceira mão feita ‘por sobre os ombros do nativo’ que faz a leitura de primeira mão de sua cultura” (Geertz,1989:25).

Em resumo,

> Temos de admitir que mais do que uma tradução da “cultura nativa” na “cultura antropológica” – isto é, no idioma de minha disciplina -, realizamos uma interpretação que, por sua vez, está balizada pelas categorias ou pelos conceitos básicos constitutivos da disciplina. [...], o sistema conceitual, de um lado, e, de outro, os dados – nunca puros, pois, já em uma primeira instância, construídos pelo observador desde o momento de sua descrição, guardam entre si uma relação dialética. (Oliveira, 2000:27).

Por exemplo, em minha experiência com os catadores, eles relatavam a cata enquanto fonte de renda e ofício e mostravam certo orgulho dessa prática, ao mesmo tempo em que ressaltavam a autonomia e a liberdade que essa atividade sempre lhes assegurou. Por mais que eu me esforce, jamais, poderia traduzir o sentimento deles com a chegada da DCL e a ameaça que passou a pairar sobre as suas cabeças, de verem seu *modus vivendi*, ou, ainda, seu *genre de vie* tradicional ruir.

Nas reuniões do IBAMA a situação se repete, embora em um palco totalmente diferente acrescentado de outros temas e outros personagens. Não posso, novamente, traduzir completamente os sentimentos, em sua essência, das experiências vividas por todos. As emoções contidas nas acusações mútuas, das discussões e tomadas de decisão para a suspensão da cata e a interdição do mangue, ora vista pelos interesses ecológicos, ora vista pelos interesses de renda e meio de vida e, ainda, por questões turísticas, para arrecadação de impostos e, por fim, eventuais despesas para as prefeituras com a promoção de alternativas de renda aos catadores.

III - Sociedades Tradicionais e Identidades

Seu Alomar foi um dos meus interlocutores, representa o grupo dos catadores junto à Prefeitura, é muito organizado e ciente de seus direitos. Guarda todos os seus documentos, desde listas de cadastro da PMV, informações sobre portarias do IBAMA, períodos do defeso até de aposentadoria etc. Quando chegava à sua casa, qualquer

assunto que remetesse a questões de direitos, seu Alomar, também conhecido como ‘Robocop’, em virtude de seu jeito de andar, parecendo um ‘robô’, saía em busca de sua documentação, para ratificar seus argumentos. Reclamava a demora e as filas do INSS; e da fiscalização do IBAMA, aliás, este um assunto recorrente entre os catadores.

Nas comunidades pesqueiras são comuns os apelidos[13], um sistema de nominação, muitas vezes, herdado da família, ou um parente importante, ou, a partir de determinadas características como ‘jeito de pescar’, ‘de falar’, ‘de andar’, por exemplo, o ‘borboleta’, o ‘cara de vaca’, o ‘índio’, o ‘robocop’, o ‘Paulo goro’, o ‘rabicó’, o ‘pirão’, o ‘siri-açú’ e tantos outros. Os apelidos são formas especiais de tratamento, algumas vezes jocosas, outras vezes carinhosas, e que valem para encurtar distâncias sociais. Entre os pescadores o apelido, embora represente jocosidade e quebra de determinadas fronteiras, é igualmente uma forma de identidade.

Outro interlocutor importante foi ‘Geraldão’, reconhecido no grupo como um ‘grande catador’, um ‘valente do mangue’; por meio dele obtive informações do comportamento dos caranguejos, a importância da lua, das marés, e dos ventos para o exercício da cata. ‘Geraldão’ e seus três irmãos são de uma família de catadores que moram nas Caieiras. Tal como o ‘Borboleta’ e seus irmãos e irmãs, nativos, cuja família está voltada para as atividades da pesca.

Nas Caieiras, como em outros bairros de Vitória, muitos catadores se dedicam a atividades secundárias, principalmente durante o defeso e no inverno quando o consumo cai e a atividade da cata fica mais imprevisível. Fazem ‘bicos’ para complementar a renda, costumam trabalhar como pedreiros, pintores, guardas, eletricistas, vendedores, ambulantes.

Contudo, de acordo com os catadores, o mangue lhes garante pelo menos a farinha, o feijão e a cachaça em sua mesa, ao contrário, dos ‘biscates’ que algumas vezes experimentam e que julgam incertos e mal remunerados. Os catadores das Caieiras possuem baixa escolaridade, de modo que não dispõem de muitas alternativas de sobrevivência afora as atividades haliêuticas, para as quais foram preparados, quase sempre desde a infância.

[13] Ver a propósito Mello e Vogel (2004).

Para Diegues (2001), as populações tradicionais são classificadas a partir de sua relação de dependência com relação ao seu território, envolvendo outras características, ainda, como os nexos que estabelecem com a natureza e seus ciclos, relações de dependência simbólica e econômica, para a construção de seu modo de vida, e sua auto-sustentação, privilegiando o modelo da economia doméstica e as relações de parentesco e compadrio para estas e outras atividades. Seus conhecimentos são transmitidos, através de vários registros (gráfico, oral, visual e material), de geração em geração.

A dependência do meio associado ao ciclo natural para realizar as atividades define um *genre de vie* tradicional em contraste com um sistema de atividade moderno; para os catadores, liberdade e autonomia são os valores exaltados em suas falas:

> A vantagem é que agente não tem patrão, não tem ninguém mandando na gente, a gente trabalha só duas ou três vezes na semana, se a gente não quiser não trabalha, isso é problema nosso, não tem ninguém enchendo o saco, não é? (Rabicó).

Pierre George definiu assim um *genre de vie*:

> Designa na obra dos geógrafos franceses do início do século XX o conjunto de formas materiais de existência de grupos humanos vivendo em economia fechada ou semi-fechada, caracterizada por um tema fundamental de atividade vital: gêneros de vida pastorais, gêneros de vida de pesca e de caça ou de coleta, ou pela associação estreita desta economia com um meio geográfico de produção: gênero de vida dos rizicultores extremo-orientais, gênero de vida montanheses, etc (GEORGE, 1970: 201).

Estas sociedades, no entanto, não constituem sistemas estacionários e isolados, que se perpetuam sempre nos mesmos moldes, ao longo do tempo e do espaço. Nas ciências sociais, o termo ‘tradicional’ significa uma cultura vivida e repetida no tempo, mas isto não significa uma repetição pura e simples de um passado; ao contrário, inúmeras relações estabelecidas levam a aperfeiçoar e selecionar técnicas e saberes a respeito da natureza. As modificações introduzidas, conforme Kant de Lima (1997), referindo-se aos pescadores de Itaipu/RJ, alteram a fisionomia dessa identidade social, pois trata-se de um grupo que convive com a urbanização; mas, a identidade permanece, não nos mesmos moldes, dado o

conjunto de fatores que envolvem a dinâmica das relações sociais e institucionais:

> Apenas no momento em que politicamente ela for ameaçada, pela excessiva ingerência no estilo de vida e na organização tradicional da produção, [...]. Tais ameaças, [...], podem levar a um colapso político que realmente altere a fisionomia do grupo, tornando-o incapaz de projetar no futuro seu passado idealmente representado. (Kant de Lima, 1997: 130).

IV - A Escolha Teórica

> Homens são valores, e onde há valores, há contendas em torno desses valores. (MELLO & VOGEL, 2004: 53).

A partir dos anos 80, a política de meio-ambiente criada no município de Vitória autorizou a atuação do poder público nos mais diversos espaços da cidade e seus arredores. Caieiras e Lameirão, neste ínterim, vieram a constituir-se como o principal palco de mudanças efetuadas em nome de uma 'sustentabilidade', tal como concebida na Agenda 21,[14] visando, sobretudo, a promoção do turismo.

Promover o turismo, por outro lado, significou melhorar a infra-estrutura urbana, e valorizar as tradições culturais do Estado. Na região litorânea, os principais símbolos estão em torno da culinária, sendo o mais importante signo, a panela de barro, a torta e a moqueca, que por sua vez tem como um de seus principais ingredientes: o caranguejo.

A capital do Estado, Vitória, foi o mais importante vetor de todo esse processo de valorizar a identidade capixaba. Em 1996, a Prefeitura criou o 'Projeto Memória Viva', programa que visava resgatar a história da cidade, divulgada por uma série de encartes, elaborada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: as Paneleiras de Goiabeiras, as Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras, a Festa de São Pedro na Praia do Suá, a Procissão de São Benedito em Vitória, os Bondes de Vitória, entre outros.

---

[14] Acordo assumido, durante a ECO 92, pelos países para implementar as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

Além disso, Vitória centraliza as atividades político-administrativas, econômicas, sociais e culturais do Estado. Dados os seus limites territoriais e o seu crescimento populacional foi necessário agregar novos espaços para dar suporte à expansão da cidade. Ao mesmo tempo, entretanto, em sua política ambiental, buscava preservar os espaços verdes ainda existentes no seu entorno.

A Ilha das Caieiras e adjacências são opções em ambas as perspectivas, tanto na expansão imobiliária, quanto no turismo, em virtude da paisagem e da tradição local: a pesca.

Essas intervenções da administração pública têm gerado conflitos, ameaçando a estrutura social que orienta as relações construídas em torno da atividade pesqueira. Outro agravante que se soma é a DCL. Estes acontecimentos põem em jogo a própria continuidade de uma identidade social: os catadores de caranguejo, tanto na Ilha, quanto em todo o litoral do Estado. Em conseqüência, a falta do caranguejo, desfigura um dos elementos centrais da identidade do Estado: a culinária.

Há momentos em que as pessoas são surpreendidas no seu cotidiano e forçadas a alterar, ou até mesmo suspender, suas rotinas. São casos em que diferentes grupos entram em confronto direto, invocando seus direitos, criando conjunturas que se configuram como *dramas sociais.*

Casos, de acordo com Max Gluckman (1961), são processos inerentes a um sistema social, e a apreciação de uma série de casos conexos, interligados nos oferece a perspectiva para entender a dinâmica das relações sociais dentro de uma mesma área da vida social. “Acredito que assim vamos alterar profundamente nossa visão de funcionamento de algumas instituições e aprofundar nosso entendimento do significado do costume em geral”. (Gluckman, in Guimarães, 1980: 69).

Neste sentido, Max Gluckman propôs, como método de análise etnográfica, o uso do *extended-case method*, umas das marcas distintivas da “escola de Manchester”, que influenciou toda uma geração de antropólogos, dentre eles, Victor Turner. Foi Turner, no seu estudo sobre os Ndembu da antiga Rodésia do Norte (at. Zâmbia), que atingiu por excelência a compreensão deste método.

> Para a antropologia da “escola de Manchester”, que nesse particular incorpora o viés da formulação jurídica do seu fundador, dramas sociais são casos, isto

> é, envolvem, necessariamente, a disputa, o conflito entre as partes antagônicas, a alocação de responsabilidades, bem como o conjunto de processos políticos, jurídicos-legais e/ou rituais, que servem para encaminhá-los e ajuizá-los. (Mello & Vogel, 2004: 168).

Evans-Pritchard, em seu livro *Witchcraft Oracles and Magic among the Azande* (1937)[15], mostrou que a questão *de quem acusa quem* está no cerne da problemática da sociologia, questão que o fascinou, perpassando muitas de suas análises em que se dedica à discussão de "como em vários tipos de grupos os indivíduos são considerados responsáveis pelos prejuízos (injuries) e infortúnios que atingem o grupo e seus membros". (*Cf.: Gluckman*, 1972: IX).

Em outras palavras, '*a alocação de responsabilidade*', como Gluckman convencionou chamar os processos onde os indivíduos, diante de conflitos e contendas, são chamados a tomar posição, a agir dentro de um contexto social e cultural, segundo determinadas regras e normas. Dado, no entanto, o fato de que as regras são numerosas, pode-se observar como são apropriadas diferencialmente para servirem a fins específicos e, muitas vezes, opostos:

> Ou, às vezes, aparentemente o conhecimento é manipulado para servir a certos propósitos convencendo um público. Mas o público específico a ser convencido tem de ser mobilizado para uma ocasião particular: isto leva a um estudo dos métodos de disseminação da informação, e a situações de confronto nas quais grupos e conjuntos específicos de pessoas são chamados a se reunir. (Gluckman, 1972: XX).

Nos casos aqui estudados detectamos um problema de antropologia política relacionada ao meio ambiente. Neste sentido, a categoria *drama social* me pareceu plenamente adequada para a compreensão destes processos, razão pela qual pretendo tomá-la, ao longo deste trabalho, como minha principal orientação e guia.

Para Turner (1957), o drama social tem uma certa estrutura de desempenho: temas inaugurais, transicionais e terminais claramente discerníveis, isto é, um começo, um meio e um fim. Seu desenvolvimento se dá de forma processual, compreendendo

---

[15] Evans-Pritchard, Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Ed: Zahar, 1978.

quatro fases seqüenciais: ruptura, crise, (mecanismos de) reparação ou reforma, e, finalmente, reintegração ou fragmentação do grupo.[16]

A 'origem' do drama deriva da ruptura de uma norma, onde um grupo ou uma pessoa se vê prejudicado, intencionalmente ou não, por uma ação promovida por outro grupo ou pessoa. A ruptura, por sua vez, desencadeia uma crise. A crise configura um momento de tensão entre os grupos componentes do *campo social* e tende a ampliar-se até atingir um ponto de clivagem num conjunto mais amplo das relações sociais, onde estão inseridas as partes em confronto.

Iniciada a ruptura, a crise tende a difundir-se até que mecanismos adaptativos e regeneradores sejam acionados. Os 'mecanismos de reparação', representam um momento onde há o estudo e a análise da situação; ocorre a reflexão, e são evocados os costumes, os valores, as leis, a autoridade política etc. É a fase crucial do processo, e determinará o 'desfecho' do drama. É na ação dos mecanismos reparatórios que 'cartas ficam na mesa', compondo um cenário de tomada de decisões, indicativas dos rumos procedimentais.

O desfecho do drama (reintegração ou dissolução), ou seja, um ajuste proporcionado entre as partes, tanto pode passar pelos dispositivos da lei, quanto pela possibilidade de um ritual de convencimento público. A reintegração pode ocorrer mesmo que a extensão e o âmbito do campo relacional do grupo tenham mudado, o número de suas partes seja diferente, e seu tamanho e sua influência tenham sido alterados. O cisma ocorre quando há o reconhecimento de que a ruptura é irreparável, o que pode levar à separação espacial dos grupos[17].

Dramas sociais serão narrados a partir dos relatos dos próprios atores em cena, como serão buscados na literatura, nos jornais, na legislação. Fontes onde estão registrados os fatos que fundamentam a argumentação de quem se propõem a narrar e a contar uma história. Como assinalam Mello e Vogel (2004), o etnógrafo é obrigado a lidar com dois tipos de histórias: aquelas das quais ele mesmo participou e aquelas

---

[16] The final phase I have distinguished consists either in the reintegration of the disturbed group or in the social recognition of irreparable breach between the contesting parties (Turner, 1957: 92)
[17] *Cf*. Turner: 1980.

outras que se referem a eventos de que terceiros participaram, e que ele reconstitui a partir das narrativas destes.

Em resumo, os dramas sociais vividos pelos catadores serão narrados aqui, do ponto de vista nativo; privilegio os eventos e contendas, de preferência àqueles registrados no calor da hora, quando é possível observar melhor as posições assumidas por cada ator social, diante de conflitos que envolvem direitos, pois, é através dos eventos, e das conjunturas de eventos, que as relações sociais se revelam em sua dinâmica peculiar, no enfrentamento dos problemas: os saberes mobilizados, os conflitos evidenciados, a alocação de responsabilidades, as estratégias implementadas para reparar as relações sociais afetadas, ou dar conta da crise. Segundo Rondelli (1993:26), “entender o conteúdo das narrativas é tão importante quanto entender a esfera de sua produção – quem produz o quê, para quem, de que maneira e com quais objetivos”.

A etnografia das Caieiras narra e descreve o cotidiano, os incidentes, as provocações, o conhecimento formulado e, com ele, determinadas formas de organizar a própria experiência vivida. Narra, também, os problemas relativos à pesca e as relações com os órgãos fiscalizadores - origem das contendas e dissensos.

O drama social, na perspectiva turneriana, traz consigo a referência básica ao conflito enquanto processo dinâmico da vida social, ao longo do qual se apresentam diversas formas de contenda e composição de interesses conflitantes.

Segundo Turner, o drama social se dá numa “arena” pública, palco do embate político entre diversos atores, que, integram um “campo de força”, ele mesmo dinâmico e mutável. Para o Autor: “A arena é uma estrutura - seja ela institucionalizada ou não - que manifestadamente funciona como um lugar de interação antagônica, visando chegar a uma decisão publicamente reconhecida”. (Turner, 1980: 25).

Nessa formulação, os campos de força incluem valores, recursos, objetivos, crenças, prêmios, mitos e símbolos, que são evocados perante os demais campos sócio-culturais, seja nos embates que os grupos ou atores travam entre si, seja nas

alianças que procuram, sempre com vistas à defesa dos interesses de cada grupo. Pois,

> Drama social é o conflito que, com extensão e intensidade variáveis, opõe pessoas e grupos, no seio de uma totalidade. É um conflito em que as partes invocam, seja a lealdade a princípios diferentes, seja uma regra comum, de cuja violação uma delas é acusada pela outra, seja, ainda o direito a posições de autoridade ou privilégio, estabelecidos na lei ou no costume. [...] Dramas sociais são, pois, processos, onde o que está em jogo é a continuidade do grupo. (Mello & Vogel, 2004:166-167).

Trata-se, em síntese, de direitos sociais, pois, como assinala Marcel Mauss, em seu *Manual de Etnografia*:

> O direito compreende o conjunto de costumes e leis de uma sociedade, e, como tal, constitui a armadura dessa sociedade, ”o precipitado” de um povo (Portalis); em suma, o que define um grupo de homens não é nem a sua religião, nem as suas técnicas, nem outra coisa, que não seja, propriamente, o seu direito. (Mauss, 1972:236).

Esse conflito perpassa o embate a propósito de diferentes concepções, sobre direitos e valores, de membros de diferentes grupos sociais, pois, há que se levar em conta uma multiplicidade de aspectos: os conhecimentos acumulados e as diferentes formas de realizar a atividade que permite a reprodução do grupo, possibilitando a construção de um modo de vida, de uma cultura; a conservação do meio ambiente, a fiscalização e as leis; a intermediação e as decisões políticas (Prefeituras, Governos Estaduais e Federal). A situação ou drama social, em suma, implica, neste caso, em duas ordens distintas de valores, a saber: uma respaldada na tradição e no costume, outra em critérios racionais, técnico-científicos.

Os dramas sociais aqui analisados correspondem a dois momentos distintos. O primeiro deles é desencadeado pela imposição de novas normas relativas ao uso do espaço dos mangues, resultantes de uma nova concepção sobre o significado e uso desse espaço, e formuladas na Lei nº 3377/87. Este fato constitui um autêntico infortúnio para os catadores das Caieiras, que se depararam, da noite para o dia, com um poder que lhes sobrepõe como guardião das novas regras de uso de recursos naturais no espaço do Lameirão.

O segundo drama decorre do desastre ambiental – da Doença do Caranguejo Letárgico - DCL, que se manifestou no Estado do Espírito Santo, na região de São Mateus, em 2005. Esse drama será aqui narrado com base no que dele foi possível apreender nas reuniões do Grupo Gestor do IBAMA/ES, criado para lidar com o problema.

A compreensão de ambos os processos exigirá a apresentação mais ou menos circunstanciada dos pontos de vista dos vários atores envolvidos em cada um deles, a saber: os catadores, os órgãos oficiais do meio ambiente e esta pesquisadora. O *genre de vie* tradicional dos catadores determina as narrativas e os significados, por eles, atribuídos, a esses eventos. É a partir desses diferentes universos de significação que se construirá a compreensão dos dramas sociais.

Entretanto, para que os conflitos sociais possam vir a ser apreciados em toda a sua dimensão dramática, convém delinear com clareza e detalhe o objeto que lhes dá sentido – o ecossistema manguezal. Com esta finalidade vou, antes de prosseguir com a análise dos fatos etnográficos relativos aos mencionados dramas sociais, discorrer brevemente sobre a origem, a distribuição e a importância desse tipo de ecossistema para as populações ribeirinhas, que, ao longo da história, conviveram com ele e se apropriaram dos seus recursos, elaborando, a partir deles, um autêntico modo de vida.

1- Natureza e Sociedade no Litoral Capixaba

Alberto Ribeiro Lamego (1940), ao percorrer a costa brasileira do sul da Bahia a Santa Catarina constatou a ocorrência de longos trechos de baixadas barradas de restingas, lagoas, pântanos, e praias. Hartt, Branner, Backheuser e Euzébio de Oliveira, estudiosos do assunto, citados por Lamego, defendiam a tese de que a extensa área das formações de restinga se devia a um provável levantamento do bordo continental.[18]

Embora Lamego não descartasse o levantamento continental pelo movimento das placas tectônicas, para ele, o recuo do mar ocorre também pela formação de línguas de areia. Dessas observações, e dado que a dinâmica das areias é muito mais veloz, é fácil concluir que este é o mecanismo que expulsa o mar com mais rapidez, pois as tempestades de ventos são fenômenos bem mais constantes. O Autor sustenta a sua hipótese alegando que "o nível de velhas restingas a dezenas de quilômetros das costa, pouco difere do das que se formam atualmente, o que é na realidade uma séria objeção a um contínuo levantamento. [...] Sendo o avanço do continente que hoje se observa nas zonas de restingas, de origem aparentemente horizontal [...]". (Lamego, 1940:10).

Considerando as observações do Autor, vemos que as restingas e os mangues, praticamente, se confundem com o mar, estão a cerca de 1,5 metro de altitude, e, por braços de mar, o oceano, ainda teima em manter contato com a região, dando origem às baias, aos arquipélagos e lagoas, etc.

Para a formação de uma restinga, segundo Lamego,[19] são essenciais: a existência de correntes costeiras secundárias; uma costa rasa; pontos de amarração, no friso litorâneo e sedimentos arenosos suficientes. De Manguinhos, ao Itabapuana,

---

[18] Cf. Lamego, 1940, p. 9-12.

[19] O estudo realizado na praia de Maçambaba, por Muehe & Corrêa (1989), estes concluíram pela existência de equilíbrio no transporte de sedimentos em direção a cada uma das extremidades do arco praial, o que não favorece a hipótese de formação de um pontal, tal como defendido por Lamego. Para Muehe & Corrêa, [...] O cordão litorâneo, uma vez tendo migrado para sua nova posição de equilíbrio com o nível do mar, se posiciona entre o mar e a planície costeira, que é posteriormente inundada por ocasião de uma ligeira elevação do nível do mar, formando, dessa maneira, a laguna costeira. Esta não resultou do fechamento de uma enseada e, sim, de afogamento, por transgressão marinha, após a instalação do cordão litorâneo. (Muehe, 1994:284).

no Espírito Santo, e de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, para o sul, pontas de rocha ou simples ilhotas serviram de amarração a estas formações.

> A origem da restinga é de modo geral condicionada à existência de correntes costeiras secundárias transportando areia.
>
> A abundancia do material arenoso arrastado pela corrente e o seu perene abastecimento, são causas decisivas na formação das restingas e, conseqüentemente, da marcha da terra firme sobre o oceano. [...].
>
> Qualquer dos dois extremos da enseada serve de ponto de apoio para o inicio da formação de uma restinga. Um pontal ou uma ilhota de rocha".
>
> (Ibidem:16).

Entendo que as correntes secundárias que trazem a areia, a que se refere Lamego, podem ter duas origens: os rios e os ventos. Mais adentro do continente e nas adjacências das águas doces, formam-se, principalmente, as restingas, ao passo que, nas regiões adjacentes ao oceano formam-se os manguezais, ecossistema que não foi diretamente estudado pelo Autor, mencionado apenas em sua forma metafórica, quando alude à bravura do europeu:

> [...] a adaptação do homem à ambiência tem um símile flagrante no exemplo vegetal [*Rhizophora Mangle]* que, no dizer de um botânico eminente, "para garantir sua multiplicação num mesmo lugar os frutos germinam enquanto ainda presos ao ramo". Ao tombarem no lodo as sementes, continuando imediatamente o seu desenvolvimento. Mas para tanto, tinha o homem de lutar, estaqueando-se no solo encharcadiço, resoluto e estóico, sacrificando-se e evoluindo bio-fisio-socialmente, numa ajuda de custas penosíssimas à seleção telúrica. A americanização do europeu foi ali dura mas certeira. Cronistas e historiadores são unânimes no pormenorizar os fatos. (Lamego, 1996:150).

As lagoas, os brejos, os pântanos, e os manguezais tiveram suas origens associadas à formação dos sistemas de restingas.

> É ao dinamismo construtivo do mar que se devem atribuir as peculiaridades da grande paisagem costeira, desde o sul da Bahia até os confins gaúchos. [...]. Assume, então, pleno sentido sua [de Lamego] afirmativa de que "no principio, era tudo mar". Querendo dizer, não só que onde se encontram hoje as planícies, restingas, lagunas e brejos existiam, outrora, enseadas, angras, sacos e braços de mar, mas também que o oceano, em sua peculiar interação com a cordilheira, responde pela etiologia dessa região fisiográfica. (Mello & Vogel, 2004: 64).

Para Lamego as restingas são ‘antigas reentrâncias que foram isoladas do mar’, estes são os casos das principais lagoas do país: Patos, Mirim, Rodrigo de Freitas, a Lagoa Feia, a Juparanã, entre outras.[20]

E devido ao recuo do mar afloram as restingas, que estreitam a foz dos rios e córregos, barrando-lhes as saídas, o que, por sua vez, constitui estuários ramificados, formados por ‘pântanos litorâneos’, onde a água salgada se mistura com a água doce, ao sabor das marés, num sistema de vegetação peculiar, altamente produtivo quanto à vida aquática – o manguezal.

Dizendo de outro modo, o manguezal é um ecossistema costeiro e ocorre apenas em lugares com influência das marés, onde a água salgada do mar se encontra com água doce do rio. Por isto é comum encontrar esse ecossistema em regiões estuarinas, isto é, onde os rios deságuam no mar. Só ocorrem em pontos da costa onde há depósito de sedimento fino, a argila, daí, os manguezais estarem sempre associados à lama.[21]

A propósito, Lamego, cita um trecho de Hartt, no qual este afirma: “dificilmente pode ser imaginada uma região mais desolada e deserta do que a praia entre o Rio Doce e São Mateus”, acrescentando – “A estrada é um pedaço do Saara. De um lado o mar; do outro, pântanos miasmáticos e impenetráveis”. (Lamego, 1940:34).

Na divisa com Linhares está o município de São Mateus, que possui a segunda maior área de mangue do Estado, estimada em 11,85 KM², sendo que a maior área, de 15,8 km², encontra-se no município de Aracruz, na bacia do rio Piraquê-Açú. Ao todo, o litoral capixaba possui 30 mil hectares de manguezais distribuídos desde Itaúnas, ao norte, até Itabapuana, no sul do Estado. O Mangue Ilha do Lameirão possui uma área

---

[20] Um exemplo notável desse tipo de ecossistema ocorre no município de Linhares/ES, onde se encontra o maior sistema lacustre do Estado, com 58 lagoas perenes e mais 6 que se renovam em épocas de chuva. A Lagoa Juparanã é uma lagoa de restinga, sendo a maior do Estado em volume d’água doce, com 38 km de extensão por 3 a 7 km de largura, e profundidade máxima de 20 metros e perímetro completo de 90 km. A hidrografia de Linhares é uma das mais ricas do país. O Rio Doce atravessa a cidade formando um complexo de águas excepcional (www.seculodiario.com.br. Acesso em: 26/03/06).

[21] *Manguezais.* Artigo da professora Janaína Santos para a página www.moisesneto.com.br. Acesso em: 02/06/06.

de 8.918.350 m² e, é o mais importante da baía de Vitória, onde desembocam os rios Santa Maria, Bubu, Marinho e Aribiri. O Estuário foz do Rio Santa Maria forma um delta, com 25 ilhotas cobertas de mangue. Este estuário foi transformado em Unidade de Conservação pela Lei nº 3377 de 1987 e passou a denominar-se Estação Ecológica Ilha do Lameirão (EEMIL). (Ferreira, 1989: 30).

De Vitória a Itapemirim, e daí, até Itabapuana, chegando à região de Campos dos Goytacazes/RJ, se estendem grandes planícies de areia, intercaladas de restingas, brejos, lagoas, e ilhas de manguezais, em baías de estuários, formando diferentes ecossistemas indispensáveis à vida, que afloram pela ação constante da natureza, num duelo permanente entre o mar e a terra.

Os manguezais são Áreas de Proteção Permanente (APPs), conforme Lei federal 4.771/65. Além disso, o Estado e os municípios criaram legislação e políticas de proteção específicas ao meio ambiente, por exemplo: a Lei estadual nº 4.119 (22/07/1988) declara a Preservação Permanente os manguezais remanescentes do Espírito Santo. Com base nesta Lei foram criadas seis Unidades de Conservação dos manguezais, quatro definidas como Estação Ecológica Municipal, uma como Reserva Ecológica e, ainda, uma como Área de Proteção Ambiental (APA).

São elas, respectivamente: a Estação Ecológica do Papagaio, no município de Anchieta; a Estação Ecológica Concha D'Ostra, em Guarapari; a Estação Ecológica Ilha do Lameirão, em Vitória; a Estação Ecológica da Barra Nova, em São Mateus; a Reserva Ecológica de Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim, em Aracruz; e uma APA em Conceição da Barra. Todas essas Unidades de Conservação visam a proteção de mangues e restingas, contudo, nenhuma delas possui plano de manejo, isto é, um documento técnico que estabeleça o zoneamento e as normas de uso de uma unidade de conservação, segundo os objetivos para os quais foram criadas. [22]

A Estação Ecológica de Barra Nova foi criada em 1990 (Lei 001/90), e revogada em 2002 (Lei 001/02), (coincidentemente) época em que a PETROBRÁS criou nesta região o Terminal Marítimo Norte Capixaba, para o transporte de óleo e gás.

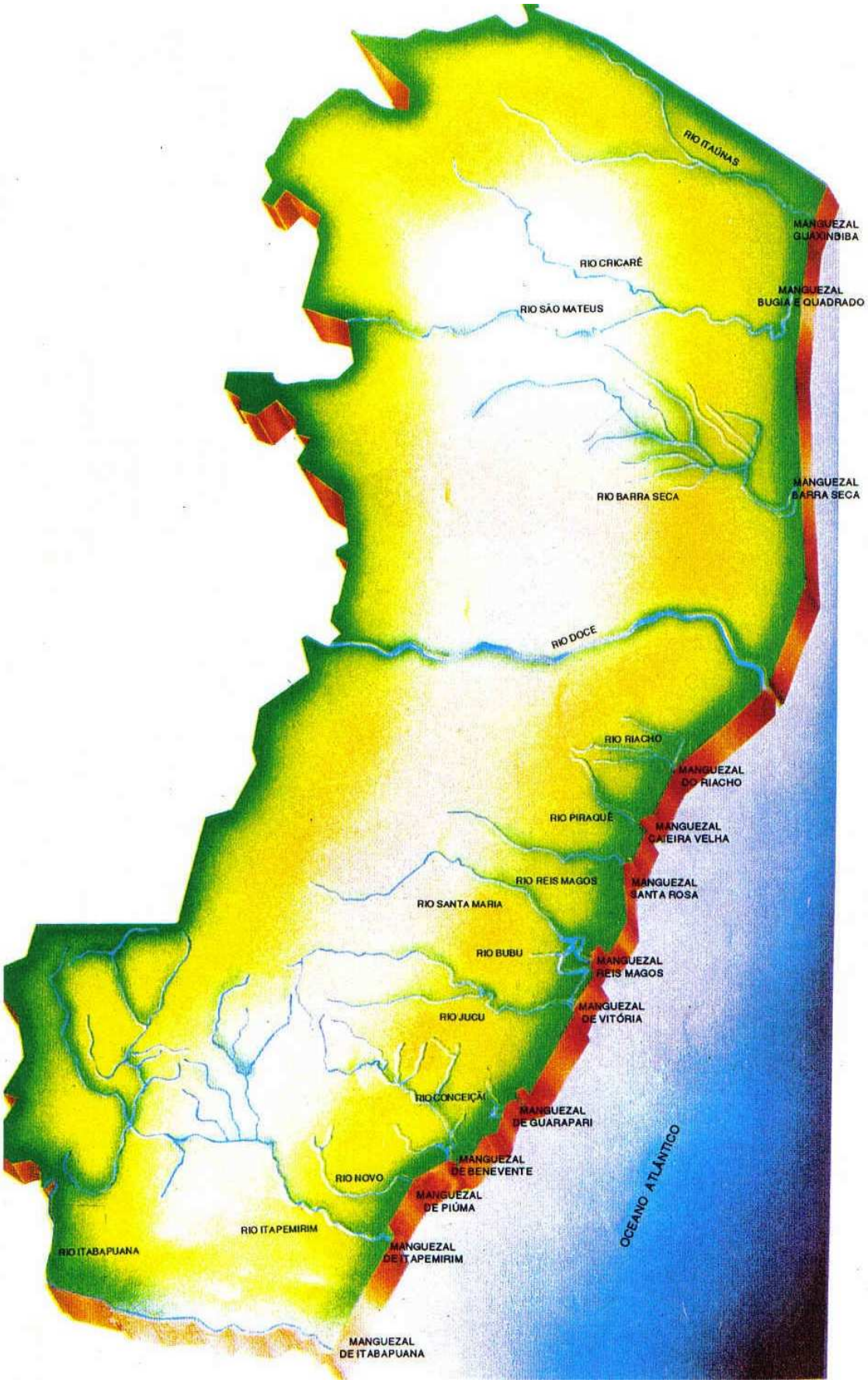
---

[22] UCs define o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade. *C*f. (www.ambiente.Brasil.com.br). Acesso em: 28/06/06.

O estuário de Barra Nova localiza-se entre a foz do Rio Barra Seca (Barra Nova) e a foz do Rio Ipiranga, Distrito de Nativo de Barra Nova, município de São Mateus. Os principais ecossistemas que compõe esta unidade de Conservação são: o estuário, a restinga, os banhados e o mangue. São áreas de elevada importância para peixes, anfíbios, aves e mamíferos, sendo também área de desova de tartarugas marinhas, ameaçadas de extinção.

Foto: Projeto Caranguejo (UFES).

O mangue Ilha do Lameirão abrange uma área de 8.918.350 m² é o mais importante da baía de Vitória, onde desembocam os rios Santa Maria, Bubu, Marinho e Aribiri. A foz do Rio Santa Maria forma um delta, com 25 ilhotas cobertas de mangue.


RIO ITAÚNAS
MANGUEZAL GUAXINDIBA
RIO CRICARÉ
MANGUEZAL BUGIA E QUADRADO
RIO SÃO MATEUS
MANGUEZAL BARRA SECA
RIO BARRA SECA
RIO DOCE
RIO RIACHO
MANGUEZAL DO RIACHO
RIO PIRAQUÊ
MANGUEZAL CAIEIRA VELHA
RIO REIS MAGOS
MANGUEZAL SANTA ROSA
RIO SANTA MARIA
RIO BUBU
MANGUEZAL REIS MAGOS
MANGUEZAL DE VITÓRIA
RIO JUCU
RIO CONCEIÇÃO
MANGUEZAL DE GUARAPARI
MANGUEZAL DE BENEVENTE
RIO NOVO
MANGUEZAL DE PIÚMA
OCEANO ATLÂNTICO
RIO ITAPEMIRIM
RIO ITABAPUANA
MANGUEZAL DE ITAPEMIRIM
MANGUEZAL DE ITABAPUANA

1.1 - A Origem e a Distribuição dos Manguezais

De acordo com Schaeffer-Novelli (1986) os manguezais[23] tiveram origem na era cenozóica, no período terciário, há cerca de 64,4 e 65 milhões de anos. Este foi também o período do aparecimento dos primeiros mamíferos e plantas com flores, as angiospermas. As plantas, *Rhizophoraceas e a Avicennia,* que povoam os manguezais, tiveram origem há cerca de 40 milhões de anos atrás, constituindo este ecossistema um dos mais antigos do mundo, precedendo em milhões de anos o surgimento do próprio homem. (Schaeffer-Novelli, 1986:5 -10).

Para Schaeffer-Novelli (1986), essas plantas, surgiram no sul da Ásia, na região Indo-malaia, cuja enorme costa favoreceu a instalação e a diversificação dos manguezais e pelo movimento das marés, se dispersaram pelo mundo. Estão presentes, também, nas costas sudeste e sudoeste dos EUA; na costa da África; na região indo-pacífica; na costa da América Central, e no litoral brasileiro. As maiores florestas de mangue[24] estão localizadas na Malásia, Índia, Venezuela, Nigéria, Senegal e no Brasil. Estima-se que no mundo inteiro existam cerca de 20 milhões de hectares de florestas de mangue. (Schaeffer-Novelli,1986:10).

No Brasil os manguezais compreendem uma área de cerca de 25.000 Km², e se distribuem ao longo de quase toda costa, desde o rio Oiapoque, no Amapá, até Laguna, no litoral de Santa Catarina[25], sendo que as maiores extensões de manguezais se encontram entre o Golfão Maranhense e o litoral do Amapá[26].

No Espírito Santo os manguezais se distribuem ao longo de quase toda a costa, sendo encontrados nos municípios de Itaúnas, Conceição da Barra, São Mateus, Aracruz, Nova Almeida, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha, Guarapari, Piúma, Anchieta, Itapemirim e Presidente Kennedy.

Para os cientistas os manguezais são tidos como símbolos da fertilidade, da diversidade e da riqueza. Sendo, mesmo, concebido como "um tipo especial de

---

[23] Cf. Renata Diniz Ferreira (1989: 03), “mangrove” é o termo mais utilizado internacionalmente, esta palavra deriva do malaio “manggi-manggi”, significa árvore de raiz, e do inglês “grove”, pequeno bosque.
[24] O Termo manguezal refere-se ao ecossistema como um todo, ao passo que o termo mangue designa as suas espécies vegetais características.
[25] Apenas o Rio Grande do Sul não registra a presença deste ecossistema.
[26] www.ambientebrasil. Mangue: localização e caracterização. (Acesso em: 12/02/06).

associação vegetal tipicamente anfíbia, que prolifera nos solos frouxos e movediços dos estuários, dos deltas e das lagunas litorâneas [...]". (Castro, 1967:19).

Os manguezais têm diferentes tipos de árvores, como o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*), e o mangue preto ou siriuba (*Avicennia schaueriana e Avicennia germinans*). Suas raízes são chamadas de 'pneumatóforos', isto é, são raízes respiratórias e crescem para cima, para fora da lama. Essas raízes abastecem com oxigênio as outras raízes enterradas e diminuem o impacto das ondas da maré. As bromélias e as orquídeas são outras espécies da flora do mangue.

Na sua flora de raízes aéreas e contorcidas brotam as bromélias, as orquídeas, os liquens e as algas marinhas que se fixam nos troncos das árvores abrigando microorganismos e invertebrados marinhos que servem de alimento para outros animais. As ostras encontram nos troncos e nas raízes abrigo onde se reproduzem em grandes quantidades. Entre os crustáceos, encontra-se o caranguejo, o goiamum, o siri, o camarão na sua fase jovem e, os moluscos, como o sururu, o mexilhão, a ameixa.

Uma grande variedade de peixes encontra farto alimento nos mangues, muitos deles, na sua fase jovem. Por este motivo, os mangues são considerados os 'berçários do mar'. A maioria desses peixes constitui o estoque pesqueiro das águas costeiras, tais como: a tainha, o robalo, o baiacu, o bagre, a sardinha, entre outros, que seguindo o fluxo das marés encontram farto alimento. Esse fenômeno é denominado de *diadromia* e diz respeito à migração de peixes entre águas salgadas e doces, geralmente para a reprodução, está presente em enorme parcela da ictiofauna e se manifesta nos mangues.

Muitas aves, insetos e mamíferos encontram abrigo no mangue: as garças, os mergulhões, as gaivotas e os socós, etc. Os insetos se proliferam e enxameiam os mangues: as abelhas, as libélulas, as lavadeiras, as muriçocas, os mutucas, os maruins, inimigos dos caranguejeiros e de quem vive nas suas proximidades. Os mamíferos: capivara, preá, lontra, guaxinim que visitam o mangue durante a noite para se alimentarem de caranguejos e outros invertebrados.[27]

---

[27] www.moisesneto.com.br. Acesso em: 02/06/06.

Os caranguejos são os mais ilustres e conhecidos habitantes do mangue. Cavam buracos, onde se protegem de seus predadores e com isto promovem a renovação dos nutrientes e a circulação das águas, permite uma aeração das raízes e plantas que estão enterradas na lama. É ele o principal crustáceo coletado pelas populações ribeirinhas que vivem desse ecossistema e retiram dali sua fonte protéica e a sua principal fonte de renda. (Castro, 1967).

1.2 – O Homem e o Mangue

> [...] Os sambaquis constituem abundosa fonte para o estudo paleoethonologico do Brasil, pois que todos sabem que, quando o homem cessa de falar e de escrever, recorremos ás pedras e aos ossos para que digam alguma cousa a respeito dos nossos avoengos. (Souza, Bernardino José. Onomástica Geral da Geographia Brasileira, 1920: 252)

A literatura a respeito da utilização desse ecossistema, pelo homem, remonta à pré-história. A pesquisa arqueológica de Barrau & Montbrun (1978) mostra que os manguezais e suas zonas costeiras tiveram papel fundamental na economia dos povos pré-colombianos[28]. No Brasil, por exemplo, os sambaquis[29] indicam a presença de grupos humanos no litoral junto aos rios, lagoas e manguezais, há pelo menos, dois mil anos antes de Cristo. São marcas visíveis da interação do homem com esse ecossistema.

Os indígenas habitantes da costa brasileira mantinham estreito contato com o mangue, não o utilizavam apenas como fonte de alimento por meio da coleta de moluscos, crustáceos e pesca, utilizavam-no também para outros fins como a confecção de utensílios, o tingimento e a impermeabilização de panelas, cerâmicas e embarcações (quase todas feitas de madeiras extraídas dos manguezais). A panela de barro capixaba é uma tradição indígena mantida até os dias de hoje, principalmente, pelas artesãs de Goiabeiras, bairro de Vitória.

---

[28] In MANESCHY (1991:26).

[29] Sambaquis, designação dada a antiqüíssimos depósitos, situados ora na costa, ora em lagoas ou rios do litoral, e formados de montões de conchas, restos de cozinha e de esqueletos amontoados por tribos selvagens que habitaram o litoral em épocas pré-históricas. (Novo Dicionário Aurélio, 1999: 1266).

Atualmente, os manguezais permanecem como importante fonte de renda nas cidades litorâneas. Seja pela cata direta no mangue, seja porque é importante abrigo de várias outras espécies. Todas em seu conjunto formam uma das maiores fontes de alimentação protéica acessível às populações ribeirinhas. Também já foram utilizados outros recursos do mangue para fins diversos: como a argila para a produção de telhas, tijolos e artefatos cerâmicos; a madeira para a construção de barcos, casas, cercados e armadilhas de pesca, ou para lenha, na produção de combustível sob a forma de carvão. Atualmente, o uso da argila e da madeira, e, ainda, a cata nos períodos do 'defeso' e da 'andada' são atividades fora da lei, no intuito de conservar os manguezais[30].

Todas essas atividades somam séculos de experiência, adaptação e práticas desenvolvidas pelo homem a partir do seu convívio com o mangue. São práticas que envolvem observações dos ciclos biológicos dos animais, das estações climáticas ao longo do ano, dos ciclos da lua, das marés, dos ventos e chuvas, pois, como já assinalou Evans-Pritchard (1999:115), "o tempo não possui o mesmo valor durante todo ano [...]".

Este gênero de vida inclui várias etnias a utilizar um riquíssimo ecossistema, sendo ainda que diferentes etnias, muitas vezes, constroem usos e denominações próprias para as espécies animais e vegetais. Uma verdadeira 'ciência do concreto' que o desenvolvimento dessa atividade criou, gerando uma identidade social específica que se manifesta nas suas práticas costumeiras. Os conhecimentos dos ciclos bio-ecológicos encerram um saber, transmitido por gerações sucessivas.

Um aspecto marcante dessa cultura é a utilização do corpo como meio e instrumento de trabalho; o caranguejeiro chega quase a se enterrar na lama, sendo muitas vezes difícil divisá-lo no ambiente, pois o seu corpo se confunde entre as raízes das árvores. O catador faz uso dos braços, das pernas e dos pés para capturar o caranguejo: é como se fosse um predador natural desse ecossistema. Ao interagir com o mangue o homem desenvolveu um modo de vida, uma tradição e uma cultura própria. E pode-se afirmar:

---

[30] WWW.TV.Cultura.Alô escola – Mar à Vista. Acesso em: 16/02/86.

> O gênero de vida é o modo de relação entre o homem e a paisagem, tal como se constituiu ao longo da luta. Podemos dizer até que é a própria luta; ou, na série histórica, um estágio desta. Desse ponto de vista, revela-se como esta 'associação íntima [que] assegura a exploração do solo' é um modelo de apropriação, graças ao qual os grupos humanos arrancam à terra sua sobrevivência. (MELLO & VOGEL, 2004: 114).

Dentre os ecossistemas costeiros, os manguezais são um dos mais produtivos ambientes litorâneos, mas, assim como os demais, sofreram uma forte ação antrópica ao longo da história de ocupação do litoral brasileiro. A destruição de grande parte da Mata Atlântica significou praticamente o extermínio das nações indígenas em toda a costa. Os manguezais se constituem como espaços onde as tradições de origem indígena formam um modo de vida diretamente vinculado com a natureza.

1.3 – O Mangue: Olhares sobre um ambiente

A despeito da importância econômica e social dos manguezais, estes chegaram a ser depreciados como ambientes pouco atrativos e insalubres. Estavam associados à sujeira, às emanações malcheirosas (miasmas), à inutilidade, a atividades suspeitas, a enfermidades como a febre amarela e a malária. Estas associações contribuíram para desqualificar também aqueles que viviam na proximidade dos mangues e que deles tiravam seu sustento.

As representações negativas sobre determinados ambientes geográficos ganharam evidências com os primeiros cientistas-viajantes e naturalistas do século XIX, que plasmaram uma imagem desfavorável das restingas, das lagoas, dos pântanos, e certamente, também dos manguezais. Estes últimos, com suas raízes aéreas, contorcidas, seu cheiro desagradável, a cor pardacenta de sua lama, por todas estas características, foram classificados como ambientes inóspitos, escuros, monótonos, fonte de proliferação de doenças, e considerada, portanto, impróprios à vida e à existência dignas.

Desde fins do século XIX e início do século XX, as expedições realizadas pelo interior do país, por médicos-cientistas, como Oswaldo Cruz, Belizário Penna, Carlos

Chagas e outros, resultaram em relatórios de viagem, que divulgavam o quadro de enfermidades em que se encontravam, tanto as populações sertanejas, quanto às litorâneas do país. Identificaram nos meios alagadiços, a causa dessas moléstias.

O modelo politécnico representado pelas especialidades da engenharia e da medicina experimental, conhecida como o higienismo sanitarista, tinha como meta o combate aos vetores das doenças endêmicas, para isto, propunham drenar, dessecar, aterrar as áreas alagadiças, corrigir as imperfeições da natureza por meio de instrumentos e técnicas adequadas, e assim resolver o maior problema da época: o saneamento. Discursos cristalizados desde 1918, quando foi criada a Liga Pró-Saneamento do Litoral do Brasil e, em 1919, criada a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral.

Esse modelo, fruto da 'revolução pasteuriana', significava, antes de tudo, a proposição de um projeto político de viabilidade e integração do Estado-Nação. "[...] respondia à chamada 'condenação sociológica' que os determinismos raciais e mesológicos nos atribuíam", conforme ressalta Cunha (2002). Identificava as endemias como os entraves ao desenvolvimento do país, e defendia que estas eram geradas pela falta do saneamento das regiões alagadiças e pantanosas: o habitat dos vetores das doenças. Tornou-se a condição *sine qua non* para modificar o estado de 'morbidez', 'ignorância' e 'miséria' e, assim, reabilitar moralmente o 'caipira', o 'jeca tatu' que Monteiro Lobato tipifica em seus artigos publicados em *Problema Vital*, como passa a um dos principais porta-vozes da campanha pró-saneamento do Brasil. (Cf. Mello & Vogel: 2004; Cunha: 2002; Dias Neto & Valpassos:2006).

No livro Gente das Areias (2004), Mello & Vogel, assim define a política de saneamento:

> Como reforma da natureza, o saneamento age sobre a paisagem. Retifica os rios e córregos, transformando-os em canais. Promove a circulação das águas, por meio da dragagem e da abertura de sangradouros. Drena os pântanos e irriga o deserto. (Mello & Vogel, 2004:142).

Também o romancista José Lins do Rego, em '*O Moleque Ricardo'* (1935), expôs com muita sensibilidade o seu olhar sobre o mangue nos arredores de Recife. A *rua do cisco*, com suas palafitas, a miséria, a fome, a doença representava um ambiente insalubre e malcheiroso disputado com urubus que ciscavam sobre a lama, onde o caranguejo era a fonte principal de alimento, quando não a única.

> Eram bons companheiros, os caranguejos. Viviam deles, roíam-lhes as patas, comiam-lhes as vísceras amargas. Cozinhavam nas panelas de barro, e os goiamuns de olhos azuis, magros que só tinham o casco, enchiam a barriga deles. Morar na beira do mangue só tinha esta vantagem: os caranguejos. Com o primeiro trovão que estourava, saíam doidos dos buracos, enchiam as casas com o susto. Os meninos pegavam os fugitivos e quando havia de sobra encangavam para vender. Para isto andavam de noite na lama com lamparina acesa na perseguição. Caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo. (Rego, 1984: 114).

O Autor, neste romance, se referia, entre outras coisas, às mudanças sociais advindas com a migração do campo para a cidade, onde, em muitos casos, essa população encontrou no mangue a única opção de moradia e sustento.

A amplidão de recursos, em contraste com a natureza quase inexplorada, era associada à indolência do autóctone e, por isto, foram criadas várias tipificações, pelo pensamento social brasileiro, para tipificar os moradores dessas regiões: o muxuango, o mocorongo, o caipira, o tabaréu, o jeca-tatu e tantas outras adjetivações, todas para evocar a urgência de uma política saneadora das endemias e epidemias que acometiam principalmente o sertanejo.

O saneamento passa, então, a ser almejado por políticos e intelectuais que acreditavam que, através do combate às águas estagnadas, seria realizado o 'resgate das terras perdidas', o que resultaria no melhoramento da saúde da população e seu conseqüente desenvolvimento econômico. Torna-se a principal política pública do 'Estado Novo' de Getúlio Vargas:

> Há no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais, está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente". "Sanear, educar,

> povoar'" – eis a palavra de ordem, cuja difusão e cumprimento deve presidir o grande projeto da 'valorização do capital humano" (VARGAS 1938:245 apud Dias Neto & Valpassos, 2006).

O artifício proposto na política de integração nacional, pela difusão do 'saneamento-higienista', foi a integração do 'sertanejo-litorâneo', por meio da implementação do código da pesca, em 1938, cujas Colônias de Pesca passaram a se caracterizar como associação de classe dos pescadores, mais propriamente visando o controle das atividades pesqueiras na área de sua jurisdição. A partir de então, todos os pescadores estavam compulsoriamente filiados à devida associação, sob pena de ter seu trabalho proibido e não ter seus direitos trabalhistas e sociais reconhecidos.

> Antes de ser um assentamento, a colônia de pesca é um reduto de poder, uma feitoria. Um ponto a partir do qual se impõe aos recortes do ecúmeno litorâneo e ribeirinho uma ordem, o enquadramento num sistema de circulação da nacionalidade, do qual são os vasos capilares.
> A colônia de pesca é o dispositivo de controle social que a Republica Nova impõe aos sertões litorâneos com vista à sua governabilidade, e, graças a ela, à sua utilidade para a riqueza e a defesa nacional. (Mello & Vogel, 2004:151).

1.3.1 - A Política Sanitarista na Capital Vitória

A Ilha de Vitória, capital do Espírito Santo, não apresentava uma topografia favorável à expansão urbana, era circundada por mangues, brejos e pela densa vegetação da Mata Atlântica. Imbuída da ideologia sanitária o governador Muniz Freire (1892-1896) propôs a primeira intervenção planejada no espaço da capital.[31]

O engenheiro sanitarista Saturnino Brito foi o encarregado de conceber o projeto, que ele denominou de *Novo Arrabalde,* e pretendeu "anexar uma área cinco a seis vezes maior do que aquela onde estava erguida a capital. [...], planejava um bairro dotado de melhores condições de higiene e salubridade, com a nova área de expansão da cidade previa resolver o maior problema urbano daquele momento - o saneamento". (Campos, 1996:154).

A estrutura viária do *Novo Arrabalde* compreendia traçados mais modernos com retas paralelas e diagonais, unindo o centro da capital a esta área. As vias propostas passavam por grandes áreas de mangue que deveriam ser aterradas.

Em virtude da crise do café, na virada do século, este projeto não foi consumado. Somente em meados dos anos 20, iniciaram-se os aterros para a construção da Av. Capixaba, primeira via de acesso ao *Novo Arrabalde*. Nos anos 50, teve início a execução do Projeto, seguindo o mesmo traçado proposto por Saturnino de Brito. No local, surgiram, então, os bairros de *Bento Ferreira* e *Praia do Suá*, ocupados pela classe média, e onde foram localizadas também a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Vitória.

Na década de 70/80, outras áreas de mangue, situadas na zona norte/noroeste da Ilha, não previstas no Projeto de Saturnino de Brito, foram aterradas e incorporadas à malha urbana, visando a expansão da cidade em face da implantação dos 'Grandes Projetos Industriais', entre os quais os complexos siderúrgicos, para-químicos e portuários e, a construção de pontes e duplicação de estradas. Além do Campus Universitário da UFES construído numa área de mangue aterrada, na década de 50.

---

[31] A população da capital era estimada em cerca de 10 mil habitantes, na época,

Todo esse processo marcou o início da longa história de aterro dos mangues de Vitória.

De 1970 a 1995 foram aterrados aproximadamente 760 hectares de mangue,[32] cerca de 1/3 dos 2560 hectares de mangue originais. Desse modo, Vitória, que possuía uma área original de 81 Km², ampliou seu território para 88 KM², com aterros que consumiram baías, praias, alagados e manguezais. (Ferreira, 1989: 50).

Os manguezais eram considerados áreas insalubres e sem valor, o que motivou os aterros e as posteriores ocupações. Parte desses aterros, inclusive, foi realizada pelo próprio Governo Estadual e pela PMV, com o objetivo de ampliar os espaços e promover determinadas áreas, como a praia de Camburi, na região noroeste de Vitória, que segundo Banck, é um clone de Copacabana – *A nossa Copacabana Capixaba*. (Banck, 1998: 217).

Na região oeste - constituída por morros e manguezais - surgiu o Bairro São Pedro, formado a partir de uma ocupação por população de baixa renda – em grande parte oriunda do interior do Estado, do Sul da Bahia, do Norte de Minas e do Estado do Rio de Janeiro – população que ficou desempregada, após 1977, devido à finalização dos grandes projetos. (Siqueira, 2001: 103).

Com a expansão econômica da década de 70, a população de Vitória que, em 1960, possuía 83.351 habitantes; saltou para 258,245 habitantes, em 1991. No mesmo período, a Grande Vitória aumentou sua população de 194.311 habitantes para 1.063.293, concentrando 42,1% da população do Espírito Santo.[33] (Siqueira, 2001:77).

Como o Governo não havia planejado infra-estrutura adequada para atender a um crescimento demográfico de tais proporções, a população pobre e desempregada passou a ocupar as terras da união – os manguezais – além de terras devolutas localizadas nas costas íngremes.

A ocupação inicial de São Pedro se fez com cerca de vinte a trinta mil pessoas, de acordo com Banck (1998:165) e foi sucedida por outras ocupações menores até 1982. E o mangue foi, progressivamente, ocupado com palafitas sobre a lama. E o

---

[32] (Alves, 2004: 83).
[33] Atualmente a população da capital é estimada em 313.312 mil habitantes. Fonte: IBGE.

mangue foi, assim, progressivamente, ora aterrado para a expansão metropolitana, ora ocupado com palafitas sobre a lama.

Na ocasião, a PMV mostrou todo o seu descaso com relação aos manguezais e seus novos moradores: passou a aterrar a área ocupada com o lixo produzido na cidade. O 'lixão' servia de aterro e também de alternativa de renda *via* coleta seletiva de materiais (papel, vidros, plásticos, etc), em alguns casos, disputados com urubus, porcos e cães. O drama vivido por esta população foi de tal monta que deu ensejo a várias reportagens, em nível nacional, inclusive, com a produção de um documentário, em 1983, "*O Lugar de Toda Pobreza"*, reprisado na TV Cultura várias vezes.

A ocupação do mangue de São Pedro, circunvizinho a Ilha das Caieiras, ocasionou impactos sócio-ambientais, como a poluição, a devastação e a competição pelos recursos do mangue Ilha do Lameirão - espaço de trabalho compartilhado, inclusive, por caranguejeiros de outros municípios como Serra e Cariacica.

1.4 – A Política Preservacionista

Já no período colonial o mangue era de grande importância pela extração da madeira como lenha para as usinas de açúcar do Nordeste, e do tanino – a casca - como tintura para os curtumes da metrópole. Em virtude do grande valor comercial do tanino, em 1760, o Rei D. José emite Alvará com força de lei que declara ilegal a derrubada das árvores de mangue sem que previamente fossem retiradas suas cascas[34].

Entre 1920 e 1965 surgem várias Leis no sentido de proibir os aterros e os apossamentos dos mangues; outras que conferem importância do mangue nas atividades de pesca; ou, ainda, que os declara como pertencentes a terras da marinha; também os assume como florestas de interesse comum a todos os habitantes do país e sua utilização permitida apenas sob Lei previamente estabelecida. Em 1965, com o Novo Código Florestal, Lei nº 4771, considera o mangue como vegetação de

[34] www.wikipédia.com.br. Acesso em: 15/03/06.

preservação permanente. Inicialmente o interesse da preservação centrava-se na floresta de mangue, paulatinamente, vai consolidando-se o conceito do *ecossistema manguezal*, onde estão incluídas diversas formas de vida, sendo, mesmo, o berçário para a reprodução de diversas espécies. Então, as leis que se sucederam foram dando cada vez maior destaque a esse ecossistema como um todo.

Neste breve estudo das leis pregressas percebe-se que, desde o Brasil Colônia, permeia em toda a legislação, ou a preocupação econômica, ou o valor estratégico que os manguezais possam ter em termos de beleza paisagística e de preservação das espécies. As Leis aparecem, sem, contudo, considerar as populações humanas que direta ou indiretamente dependiam desse ecossistema, forçando-as a alterarem suas rotinas e tradições, logo, com a legislação foi criada uma situação de conflitos entre essas populações e os órgãos ambientais.

Em seqüência outras Leis Federais vieram somar-se na efetiva proteção dos ecossistemas brasileiros, dentre as quais podemos citar a Lei nº 6902/81, que dispõe das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Estas foram às leis que forneceram subsídios para a criação da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão, na cidade de Vitória. A Lei nº 6.938/81 estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e criou, o SISNAMA, Sistema Nacional de Meio Ambiente, estabelecendo responsabilidades e punições aos poluidores do meio ambiente.

Ainda, em 1985, a resolução nº 4, do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente – considera os manguezais como Reserva Ecológica de preservação permanente, incluindo, aí as áreas de florestas, conforme a Lei federal de 4771/65.

A Nova Constituição Brasileira de 1988 significou grande avanço na área ambiental, em virtude do destaque que deu à proteção dos ecossistemas brasileiros, dedicando um capitulo (capítulo VI) exclusivamente ao meio ambiente. Prevendo no artigo 225, que o poder público e a coletividade em geral têm o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. No mesmo período foi estabelecido, pela Lei 7661/88, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que dá prioridade à conservação e proteção, em caso de zoneamento, entre outros, aos manguezais, prevendo, inclusive, sanções como interdição, embargos e

demolição.[35] E, por fim, com o objetivo de regulamentar a fiscalização e o manejo dos recursos naturais foi criado o IBAMA, em 1989.

Nesta mesma época, a partir de 1986, cria-se uma Política de Meio Ambiente para o Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória, com legislação específica e órgãos competentes, tais como o Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM). Esses órgãos, além do IBAMA e da Policia Ambiental passaram a atuar de forma contundente no espaço urbano e nas reservas naturais declaradas áreas de proteção permanente, como é o caso dos manguezais[36]. A Lei estadual nº 4119 de 22 de julho de 1988 assegurou a preservação dos mangues da baía de Vitória como um todo, obrigando os municípios vizinhos de Vitória (Serra e Cariacica) a proteger todo o mangue.

Mas, a preservação da forma atual dos contornos do Município e suas ilhas se deram pela Lei nº 3338/86, uma das mais importantes na área de preservação dos manguezais, praias, baías e enseadas, pois a partir dela, os contornos municipais não puderam mais ser alterado por aterros.

A Reserva Biológica Municipal Ilha do Lameirão foi transformada, em Unidade de Conservação, pela Lei nº 3326/86, sendo modificada de categoria de manejo pela Lei nº 3377/87, que a transformou em Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL).

Na Reserva biológica a proteção é integral, porém, não há necessidade de intervenção no sentido de recuperação do ecossistema, pois ela está destinada somente à pesquisa científica com autorização prévia. Na Estação Ecológica, ao contrário, o ecossistema apresenta fragilidades e é dever do Estado interferir em seu manejo, de sorte a recuperar as áreas degradadas e o equilíbrio ecológico.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), uma Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável[37].

---

[35] WWW.bdt.fat.org.br. Acesso em: 14/03/06.
[36] www.interlegis.gov.br. Acesso em: 14/03/06.
[37] www.mma.gov.br/snuc. Acesso em: 14/03/06.

Ainda, em 1998, o IBAMA implementou a Portaria n.104, para a região Sudeste e Sul do Brasil, estabelecendo o *período de defeso* para o caranguejo. Esta Portaria foi substituída, por outra, a de nº 70 (20/10/2000), e regulamentou também o transporte e a comercialização do caranguejo e do goiamum. O período estabelecido para o 'defeso' (outubro/novembro) é o período que o caranguejo está trocando a carapaça, está de 'leite', sendo impróprio tanto para a cata, quanto para o consumo, portanto, a normatização imposta pelo IBAMA, não atendeu os objetivos de proteção da espécie, uma vez que se mostrou descontextualizada em relação ao período reprodutivo da espécie.[38] Gerou apenas conflitos e tensões entre os catadores e os fiscais do IBAMA, pois nem todos os caranguejos ficam de 'leite' ao mesmo tempo.

Somente em 2003, por meio da portaria nº 52, o período do 'defeso' foi estendido para os dias da 'andada', isto é, o período de acasalamento da espécie que ocorre durante uma semana, de cada mês, de janeiro a abril, para o caso do Espírito Santo.

Cabe ainda destacar que tanto as mudanças ocorridas na legislação, quanto as representações e práticas relacionadas à gestão do território do mangue (agora não mais centradas numa 'reforma da natureza', mas, ao contrário, na sua conservação) ainda se deparam com os limites presentes na legislação brasileira. Esta, com efeito, se inspirava na concepção norte-americana de uma natureza intocada, em que o homem é caracterizado como agente eminentemente destruidor, perspectiva oposta àquela dos naturalistas de fins do século XIX, que viam nele um ser perdido na imensidão do ambiente natural. Neste sentido, as normas em vigor no Brasil tratavam de priorizar o 'interesse da natureza' à custa de uma atenção secundária aos seres humanos, que são, também eles, parte constitutiva dela.

Nos anos 90, uma nova agenda pública é proposta no Brasil, a Agenda 21, contendo diretrizes para a implementação do 'desenvolvimento sustentável'.[39] Nesse contexto, Vitória foi uma das primeiras capitais a implementar tal agenda. E o

---

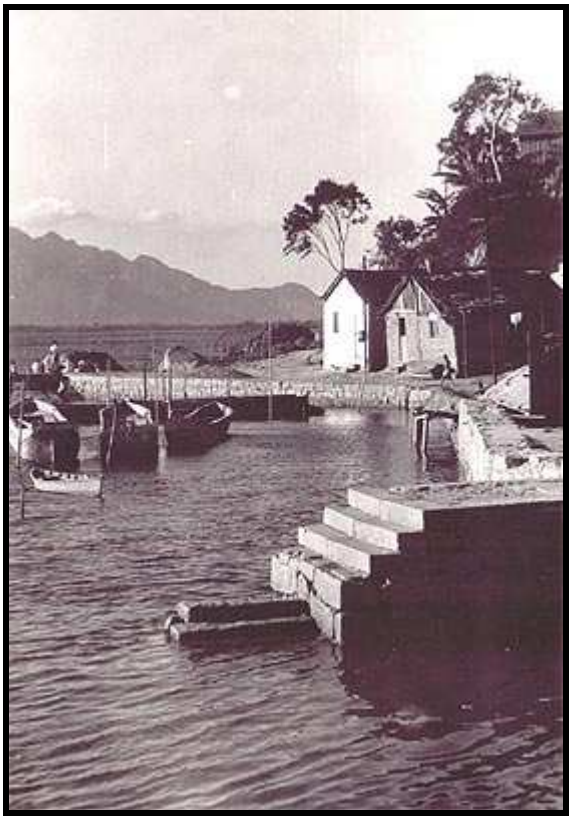
[38] Para maiores detalhes ver o trabalho de Fernanda Huguenin, realizado com as caranguejeiras de Gargaú/RJ.

[39] Conforme explicita a Constituição Federal de 1988, no Art. 225, segundo o qual "Todos têm o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". www.cepsul.org.br. Acesso em: 18/02/06.

desenvolvimento sustentável deveria centrar-se no paradigma ecológico-social voltado para as demandas locais.

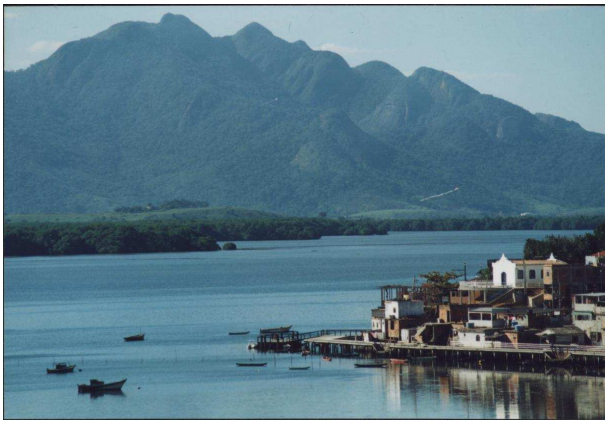
Segundo esta perspectiva, em 1996, a PMV promoveu uma ampla discussão com vários setores da sociedade visando criar planos de ação de desenvolvimento sustentável para a cidade. Desses debates surgiu o *Plano Estratégico da Cidade: Vitória do Futuro 1996-2010.* Esse plano se desdobrava em vários subprojetos, tais como o 'Projeto Terra', o 'Projeto Rota Manguezal', o 'Projeto Caranguejo' e, atualmente, o 'Projeto Mangue Vivo'. Estes projetos visavam, entre outras coisas, a administração racional do uso dos espaços da cidade de Vitória, incluindo aí as áreas de mangue.

Por sua localização, a Ilha das Caieiras se insere no contexto descrito acima, pois está situada defronte ao mangue *Ilha do Lameirão*, estuário de grande beleza cênica e lugar de labuta que proporciona a sobrevivência da maioria dos moradores da Ilha das Caieiras. Em virtude de seus valores paisagísticos, da tradição pesqueira e da culinária locais, todos eles, atributos que a PMV busca converter em símbolos de preservação, e mobiliza para justificar e legitimar políticas públicas de promoção do turismo, por intermédio de suas secretarias de Turismo, de Meio Ambiente e de Obras e Urbanização.



Ilha das Caieiras por Izauro Rodrigues em 1940. Fonte: http://www.estacaocapixaba.com.br (acesso em: 20 de setembro de 2005).

2 – A Ilha das Caieiras e suas Várias Faces



Ilha das Caieiras.
Foto: Sandro José da Silva

Píer e Caboré aos fundos.
Foto: Janete de Souza Diniz

Como já foi mencionado, a Ilha das Caieiras está localizada na porção noroeste da Baía de Vitória e mantém um conjunto de características sócio-culturais que não foram inteiramente transformadas pelo processo de urbanização. Em frente à Ilha, na desembocadura do Rio Santa Maria, está localizada a Ilha do Lameirão. O *Lameirão*, como também é chamada, compreende, ao todo, vinte e cinco ilhas cobertas por manguezais.

A área total das Caieiras é de 117.220,00 m² e sua população, segundo dados da PMV, é de 1531 habitantes, perfazendo um total de 416 famílias[40]. O entorno da Ilha é constituído por bairros de formação recente, a partir da ocupação do mangue, na década de 1980 – Santo André, São Pedro I, II, III. O acesso ao bairro das Caieiras é feito através da Rodovia Serafim Derenzi, na altura do bairro Condusa.

A Ilha das Caieiras é um bairro, peculiar, pacato e rústico, com estilo de vida bastante diferente de outros locais da cidade de Vitória. É um lugar que, em matéria de grupos ocupacionais, inclui pescadores, caranguejeiros, marisqueiros e desfiadeiras-de-siri - atividades que guiam o eixo econômico e cultural da vida local.

[40] Dados de 2001. Projeto Terra, Pesquisa sócio-organizativa, realizada pela Prefeitura Municipal de Vitória, com objetivos.

A Ilha, que já foi ilha, transformou-se numa península na década de 1940, em virtude do aterro de uma parte do mangue para a construção de um campo de futebol, o campo “Racing”. Continuou, no entanto, de certo modo, resguardada, pois “ninguém pode vê-la de qualquer estrada, [...], ninguém precisa passar pela Ilha para ir a algum lugar”. (Histórias e histórias da Ilha das Caieiras, 1994: 22).

O nome Caieiras, provavelmente, decorre, dos sítios de sambaquis e da abundância de cascas de ostras existentes naquela região e que foram aproveitadas para a fabricação de cal. O certo é que esse nome se oficializou com a instalação da fábrica de cal ‘Boa Esperança’ do português José Lemos de Miranda, por volta de 1920. “[...], todos se referiam à Ilha como a das caieiras, ou seja, aquela ilha que possuía caieira ou fábrica de cal” (Assis, 1994:13).

O autor Adelpho Monjardim (1995:42) fez uma das melhores descrições da Ilha de Vitória em meados do século XX:

> A parte superior da baía do Espírito Santo é constituída pelo Lameirão, ou melhor, pelo estuário do Santa Maria, rio que serve de limite entre os municípios de Vitória e Cariacica. [...] o Santa Maria, navegável por embarcações de regular calado até à cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina, tornando-se uma das principais vias de comunicação com Vitória, de preferência utilizada pelo comércio exportador de café [...] Lameirão é um rico depósito conchífero, do qual, por sua pouca profundidade, são extraídas grandes quantidades de conchas para a industria da cal, muito generalizada nas suas margens.

A Ilha do Lameirão era conhecida como a Ilha do Apicu ou Apicum. Este termo derivado da língua indígena era empregado para determinar terrenos compostos de areia fina com pouca argila, imprestável, portanto, para o plantio. Os indígenas ocupavam estas ilhas, pois o barro que dela extraiam era largamente explorado na fabricação de fornos e panelas. (Zippinotti, 1985: 2).

Consta que a Ilha das Caieiras foi tradicionalmente uma colônia de pescadores que viviam às margens do mangue. A Fabrica de cal ‘Boa Esperança’ e o Armazém de Manoel Santos Lírio, onde se vendia de tudo – querosene, carne seca, lingüiça, estes eram os dois principais estabelecimentos da ilha, em torno do qual trabalhavam os demais moradores.

Os registros históricos pouco dizem sobre a ocupação da Ilha das Caieiras até fins do Século XIX, as poucas referências nos dão conta de que esta Ilha era ocupada por indígenas, provavelmente, os Tupiniquins, caçadores e coletores, que viviam no litoral e exploravam os manguezais nas suas mais diversas formas. Há remanescentes indígenas, Tupiniquins e Guaranis, em Caieiras Velhas, município de Aracruz/ES, cuja ocupação principal é a venda de caranguejos e ostras, que retiram das margens do rio Piraquê-açú, considerado o maior estuário do Estado. (Medeiros, 1983: 51-82).

A partir de 1920, a Ilha passou por um processo de ocupação mais intensa, e dois fatores vão contribuir para este processo: a instalação da fábrica de cal 'Boa Esperança', e o município de Santa Leopoldina, que era um importante centro econômico produtor de café. Com a decadência do café, na década de 1920, parte dos trabalhadores, destas fazendas, migraram de Santa Leopoldina para Caieiras em busca de trabalho na fabrica de cal.

Os migrantes, no entanto, vieram também em virtude das histórias contadas pelos canoeiros, a respeito de 'um lugar bonito e bom para se morar'. Os canoeiros, de Santa Leopoldina, tornaram-se fonte importante para compreender o processo de ocupação desta Ilha. Eram eles, que transportavam o café, em grandes canoas de madeira, através do rio Santa Maria, até o porto de Vitória. Transportavam, também, passageiros, dinheiro, correspondências e todo o tipo de produto. A parada na Ilha das Caieiras era 'obrigatória'. Costumavam parar para descansar, pousar, tomar um 'trago' e esperar a maré apropriada para prosseguir até o Porto de Vitória.

> Muitos chegaram à Ilha por terem ouvido dizer que havia um lugar bonito e bom para se morar, bem perto da capital. Foi assim que seu Lilico chegou aqui e depois Dona Felicidade deixou Santa Leopoldina para se instalar na Ilha e mais tarde dar nome à sua principal rua. (Histórias e histórias de Ilha das Caieiras, 1994: 16).

Muitos dos que chegaram à região eram também nordestinos, retirantes da seca, em busca de trabalho e melhores condições de vida, primeiro, nas fazendas de café, depois na Ilha. Como é o caso do seu Lilico, morador antigo do lugar, hoje com 84 anos de vida. Paraibano, acompanhou seu pai, ainda criança, em busca de trabalho. Chegou na Ilha aos 14 anos com seu pai e irmãos, para tentar nova vida. Trabalhou para a fábrica de cal, depois foi estivador e pescador; ao mesmo tempo, fazia redes. Adquiriu

sua casa, no final da década de 1970, e montou o ‘cantinho do Lilico’ – ponto de referência, na Ilha e fora dela – freqüentado por turistas, sendo também, ponto de encontro de caranguejeiros e pescadores.

Nos anos 80, chegou a organizar um movimento junto aos pescadores para resistir aos ‘baloeiros’, isto é, à pesca de arrasto, mas não conseguiu sensibilizar as autoridades para a pesca predatória, nem conseguiu mobilizar os pescadores, que para ele, “não correm atrás”. Hoje, fala pouco e se diz cansado e desgostoso: “mentiram, prometeram e não cumpriram, não tenho mais esperança nenhuma. Os ‘balões’ estão aí, na cara deles, destrói tudo, e o que faz o IBAMA? Não tem mais jeito, estou cansado. Naquele tempo, era uma fartura, hoje tá tudo acabado”.

No livro História e histórias de Ilha das Caieiras, elaborado pelos alunos e professores da escola Francisco Lacerda de Aguiar, em 1994, a partir dos relatos orais, dos moradores do bairro, conta-se também que a Ilha já foi um entreposto de distribuição de escravos, que abastecia os municípios de Santa Leopoldina, Cariacica, Serra e Viana.

Os relatos orais sobre a migração confirmam que a primeira geração de Caieiras veio de Santa Leopoldina, para onde já tinham migrado de outros lugares. Eram, em sua maioria, trabalhadores rurais das lavouras cafeeiras, que fixaram-se na Ilha e tornaram-se pescadores. Construíram um novo modo de vida relacionado com o ambiente estuarino, que se mostrou mais abundante e rentável.

Também as mulheres, da Ilha, assumiram um importante papel na reprodução dos grupos domésticos, graças às atividades desenvolvidas; primeiro como lavadeiras, nos anos 50, e, depois, como desfiadeiras de siri, nos anos 80[41]. Mulheres, como a dona Felicidade, falecida (†) (9 filhos), dona Arlinda (15 filhos), dona Francisca, (16 filhos), dona Maroca (6 filhos) e tantas outras, que enviuvaram muito cedo e tiveram que assumir a responsabilidade da casa e dos filhos, desempenhando várias atividades, inclusive, a de catar caranguejo, ‘no braço’, como foi o caso de dona Arlinda.

[41] Neves, Luiz Guilherme Santos. Desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras. Vitória, Secretaria municipal de cultura e turismo. 1996.

Muitos são os pescadores que contam que ingressaram nessa atividade para ajudar suas mães, após o falecimento de seus pais.

Essas mulheres, agora, por meio de suas filhas e netas, continuam tendo um papel de destaque na Ilha; muitas delas ocupam, hoje, a presidência das principais associações, tais como, o Movimento Comunitário dos Moradores da Ilha das Caieiras; a Associação dos Pescadores e Desfiadeiras; a Coordenação de Mulheres da Ilha das Caieiras e a Cooperativa das Desfiadeiras de Siri. Muitas delas são, também, donas de restaurante.

Até meados de 1970, o acesso à Ilha era muito difícil, visto que estava praticamente circundada por manguezais. Os moradores casaram-se com pessoas do próprio bairro; as propriedades foram passadas de pai para filho, tal como a transmissão de conhecimentos e práticas relativas à pesca, à confecção de redes ou ao conserto de canoas. (História e histórias da Ilha das Caieiras, 1994: 16).

Com a ocupação do mangue de São Pedro, no entorno das Caieiras, ao final dos anos 70, a Ilha perdeu, em parte, seu caráter de isolamento. Essa ocupação resultou na chegada de novas pessoas ao bairro, alterando as relações sociais existentes e, no plano ambiental, resultou na diminuição das áreas de mangue e no aumento da competição pelos recursos naturais do Lameirão. Por outro lado, a ocupação resultou também no desenvolvimento desses bairros, com a fundação de escolas, postos de saúde, unidades de correios, agências bancarias, luz elétrica, entre outros.

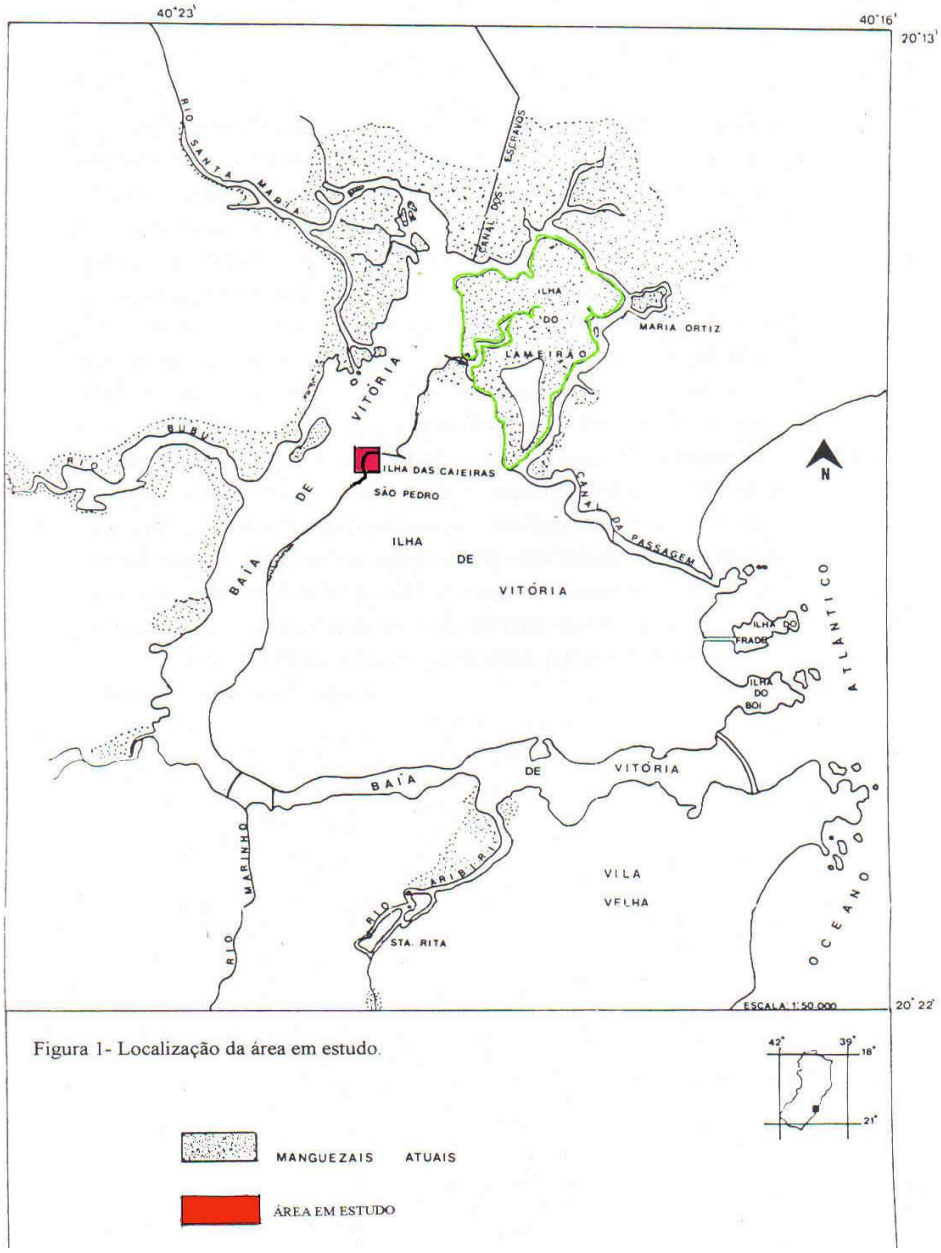


Figura 1- Localização da área em estudo.

MANGUEZAIS ATUAIS

ÁREA EM ESTUDO

2. 1 - O Cotidiano nas Caieiras

'Aqui todo mundo é parente, todo mundo se conhece'

A Rua Felicidade Corrêa dos Santos, antiga Rua Caboré[42], é a principal rua do local, contorna a Ilha e tem aproximadamente 2 KM de extensão. Ela condensa múltiplas informações, ou, nas palavras de Vogel & Mello (1981: 24) "é um universo de múltiplos eventos e relações". Caminhar por ela permite uma visão geral da vida social e dos costumes do lugar.

Para quem se dirige à Ilha, pela primeira vez, o que fica evidente são os contrastes. De um lado, a exuberância deslumbrante da paisagem do Lameirão, de outro, a ocupação caótica do espaço. Um amontoado de casas (e puxados), muito próximas uma das outras, becos, vielas, ruas estreitas, crianças brincando, mulheres trabalhando: desfiando siri, cozinhando sururu; homens consertando redes, saindo com suas canoas ou barcos; ou chegando de suas pescarias, aos diversos portos da Ilha. Um ritmo social intenso, visível, pois, as atividades são expostas na rua, na calçada, na varanda, na frente da casa, aos olhos dos transeuntes, cada qual está absorto nas suas rotinas, trabalhando e conversando, atento ao movimento, ao ir e vir das pessoas. Caminhar pela rua significa observar e ser observado. Essa vida social intensa é característica da pequena povoação, onde é comum a seguinte frase: 'aqui todo mundo é parente, todo mundo se conhece'. As relações de vizinhança e parentesco ainda constituem a base por excelência da organização social dos moradores das Caieiras.

Na parte central da rua, que circunda a Ilha, margeando o mangue, está localizado o píer; o forno construído pela Prefeitura para o cozimento do sururu; o comércio, composto por pequenos bares e principalmente por restaurantes, alguns mais

---

[42] Caboré: segundo o dicionário Onomástico, é empregado no sentido de mestiço de índio com negro, o mesmo a que nas regiões do norte se chama cafus, cafuso, carafus, curiboca. Em Minas, afirma Nelson de Senna, é, às vezes, empregado, para designar os índios, e em outros Estados do Brasil é, não raro, empregado para designar *caipira*, gente de cor trigueira, sertanejo, matuto. Ocorreram também *caburé, cabaré*. Souza, Bernardino José. *Onomástica Geral da Geographia Brasileira. Bahia.* Secção Graphica da Escola de Aprendizes A. Artífices, 1927: 58.

sofisticados, outros improvisados na laje das casas, que servem pratos típicos do Espírito Santo, como a casquinha de siri, a moqueca de peixe, de sururu, o caranguejo, o goiamum e a torta capixaba. Nos fins de semana e feriados, a pacata Ilha se transforma, os restaurantes ficam lotados por turistas, ou gente 'de fora', em busca da boa culinária e da bela paisagem.

Nesta rua estão localizados, ainda, o Bar do Lilico e a Cooperativa das Desfiadeiras de Siri. Denominada, 'Siri na Lata', "a cooperativa é uma espécie de cartão de visitas da Prefeitura de Vitória. É possível em dias normais ver técnicos, turistas e universitários freqüentarem os seus almoços, e em dias festivos ver a cooperativa sendo anunciada como uma das atrações". (Silva, 2003: 15).

Na Ilha, grande parte dos moradores está envolvida com as atividades haliêuticas, seja no mar, seja no mangue, ou na 'maré', como eles se referem ao mangue. Os catadores, os pescadores, as desfiadeiras de siri, os marisqueiros e os baloeiros constituem as distintas identidades presentes no cotidiano da Ilha.

A atividade da pesca, na maré (mangue), é responsabilidade dos homens: pescar o peixe, apanhar o sururu, o siri, o caranguejo, o mexilhão. As mulheres estão na porta de casa, ou na rua, ou ainda, em frente à casa, desfiando o siri, ou cozinhando o sururu, esperando seus maridos ou parentes, por novas remessas etc. Essa divisão sexual do trabalho contribui para a reprodução sócio-econômica e familiar dos grupos domésticos, como contribui também para a afirmação de uma identidade social ligada à atividade pesqueira. Desfiar o siri é atribuição exclusiva das mulheres sendo transmitida de mãe para filha, como uma tradição.

Estas mulheres têm, ainda, como opção, o trabalho na Cooperativa das Desfiadeiras de Siri, fundada em 1999, com o apoio da PMV. A cooperativa tem atualmente 30 associadas. A maioria das desfiadeiras, entretanto, prefere o trabalho autônomo, em casa, porque, dessa forma, elas podem assumir outros afazeres domésticos: cuidar dos filhos, da casa. Além de terem a liberdade de produzir, formar clientela e negociar preços – 'dependendo da cara do freguês' -, como dizem. A renúncia ou mesmo a recusa a trabalhar na cooperativa é justificada pelas condições do trabalho, que implica em horários, chefes, produção e etc, em contraste com a liberdade e a autonomia que enfatizam.

Em média, cada mulher, desfia cerca de 3 a 4 quilos de siri, por dia, ao preço médio de R$ 18,00 o quilo. Segundo as desfiadeiras, um único comprador, pode levar de 100 a 300 quilos por mês. De acordo com informações recentes, obtidas na Cooperativa, esta produz, por mês, cerca de 100 kg de siri, sendo este montante variável, e cobra, em torno de R$ 20,00 o quilo, fornecendo, tanto aos restaurantes da orla capixaba, quanto a pessoas físicas que procuram o produto, no local. Uma associada recebe um salário mínimo mensal, enquanto as demais – as não-associadas – têm uma renda variável, e, segundo informações delas, ganham mais do que na cooperativa.

Desfiadeira cozinhando o siri próximo ao píer.

Cooperativa de desfiadeiras de siri
Fotos: Sandro José da Silva

Em seu texto que trata das relações de *"Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras*", a Autora Edna F. Alencar (1991) aponta para a existência predominante de um modelo bipolar de divisão sexual do trabalho e dos espaços em sociedades pesqueiras. Essa divisão está presente em grande parte do material etnográfico e tem se caracterizado pela distinção das atividades realizadas pelo homem e pela mulher, divididos em dois espaços distintos: mar e terra. O mar aparece como um espaço exclusivamente masculino; em terra, o elemento que se destaca é a mulher. O primeiro é o espaço da produção, o mais valorizado por ser o meio principal de renda ao qual o grupo obtém os demais produto necessário a sua reprodução social. O segundo é o espaço da reprodução das rotinas domésticas e voltadas para a manutenção do cotidiano familiar. Mas, o que a autora chama a atenção é que o espaço da reprodução

é intercalado à outras atividades complementares, como o conserto de redes, limpeza, salgagem dos pescados, bem como, muitas dessas mulheres e mesmo crianças participam de atividades coletoras, geram renda e contribuem para a manutenção do orçamento doméstico familiar.

De acordo com o argumento da Autora, ao reproduzir nas pesquisas etnográficas, o modelo bipolar de divisão sexual do trabalho, os pesquisadores têm contribuído para reificar a "invisibilidade" do trabalho da mulher na pesca. A Autora critica esse viés analítico e acrítico, pois se reproduz um discurso que é elaborado para o exterior, para o outro, um "modelo ideal" de divisão sexual do trabalho que na prática cotidiana é outro. "Esse modelo contradita ou contrapõe-se ao "modelo ideal", que sofre uma adequação ou é reelaborado simbolicamente e flui nos discursos e representações simbólicas do grupo, mas que nem sempre é perceptível ao olhar do pesquisador". (Alencar, 1991:70).

No contexto das Caieiras, as mulheres desempenham atividades tão rentáveis quanto as atividades de pesca e coleta de crustáceos e moluscos. Este é o exemplo das mulheres das Caieiras, que desenvolvem diversas atividades, entre elas: a de desfiar o siri e o cozimento de moluscos. Auferem renda tão significativa quanto as masculinas, chegando, mesmo, em alguns casos, a financiar os apetrechos de pesca, necessários para as atividades realizadas no 'mar de dentro' ou 'mar de terra' pelos homens. [43]

Assim, há uma complementaridade nas atividades realizadas nas Caieiras, embora os espaços sociais sejam apropriados e marcados distintamente: mar e terra, não são espaços que se opõem, mas que se somam, tal, como as relações de gênero no que tange a reprodução econômica e familiar dos grupos domésticos.

Pude perceber nas Caieiras, uma distinção entre as diversas categorias de atividade, definindo as identidades dos diferentes grupos e estabelecendo uma certa hierarquia entre eles. Os catadores de caranguejo constituem um segmento social

[43] As atividades de coleta realizadas em mangues, praias, enseadas, no domínio do mar, nem sempre são referidas como pesca. Já o domínio do "mar alto" é sempre referido como pesca, talvez pelos elementos que as desenvolvem, pela quantidade de tempo, esforços despendidas, caráter da organização dos grupos de trabalho e resultado da produção. (Diegues, 1983, apud Alencar, 1991:72).

especialmente pobre dentre os demais, donos de conhecimentos e técnicas tradicionais acerca das potencialidades naturais e usos sociais no espaço do mangue.

Os manguezeiros estão sujeitos a condições bem mais difíceis de viver, reveladas nas formas de morar, de vestir e de beber – essencialmente, a cachaça, ou a Kátia – como dizem eles[44]. São comuns a todas as categorias as incertezas, os riscos e as instabilidades da pesca, todavia, para os catadores há os agravantes da insalubridade, do preço menor do caranguejo e da constante intervenção do Estado no trabalho deles. Contudo, o mangue lhes garante pelo menos o básico em sua mesa, ao contrário dos 'biscates' que consideram incertos e mal remunerados.

Deve-se ressaltar que a captura do caranguejo, a princípio, é acessível a qualquer um, visto que não exige investimentos financeiros, mas, é necessário freqüentar o mangue e dominar as técnicas de captura, de modo a obter uma renda mínima com esta atividade.

Fernanda Huguenin (2002), no seu estudo sobre as caranguejeiras de Gargaú, faz referência a uma classificação do espaço marcada pelo gênero. O mar estaria associado à braveza, à virilidade e às incertezas, tal como é personificado o homem. Logo, a identidade do pescador, que enfrenta o mar, seria marcada por esta distinção**.** Enquanto o ambiente das lagoas, dos rios, dos manguezais, identificados pelas águas mais estagnadas, escuras, seriam representados como espaços mais afeminados, de 'gente fraca'. Tal classificação não aparece no ambiente das Caieiras, ao contrário, o catador sempre enfatiza que é necessária muita bravura para enfrentar o mangue, "o mangue não é para qualquer um".

Mas, há um inimigo comum: os 'baloeiros'. Estes são os proprietários de barcos e praticam pesca altamente predatória, utilizam o 'balão', um apetrecho que tem o formato de um balão e permite a pesca de 'arrastão' no fundo do estuário. Todos discordam dessa prática, mas alguns pescadores se vêem compelidos a trabalhar nestes barcos; sabem que representa agressão ao meio ambiente e compromete a pesca futura, mas, por outro lado, significa remuneração certa.

---

[44] Trata-se de uma forma nativa que expressa a associação entre dois itens vitais: mulher e cachaça.

No ambiente das Caieiras, as identidades sociais são bem marcadas e revelam certas hierarquias de papéis e posições, que resultam, muitas vezes, em desentendimentos e tensões envolvendo os diferentes grupos, como, por exemplo, entre as desfiadeiras, os ‘baloeiros’ e os catadores. Estes últimos acusam a Cooperativa de comprar dos baloeiros grande quantidade de siri fêmea ovada, filhotes sem nenhum critério e apontam, ainda, a falta de higiene na Cooperativa. Tais acusações motivam discussões públicas entre eles.

Contudo, existe, entre eles, um certo ethos de igualitarismo, que aparece nas afirmações de que todos vivem de seu próprio trabalho e que compartilham do mesmo espaço social das Caieiras, além do parentesco que une a maioria dos seus moradores.

As frases (constantemente referidas) ‘aqui todo mundo é parente’; ‘aqui é uma grande família’; ‘a gente é como uma família’ remete a um jogo de relações, existentes nesse espaço, que nem sempre estão articuladas pelo parentesco em si, ou pela família biológica.

No caso dos catadores, muitos são separados, divorciados; isto os leva a constituir novos arranjos residenciais, normalmente, pela associação com companheiros de pesca, também eles separados, com os quais passam a dividir o mesmo espaço de moradia. Estas relações vão desde os laços de amizade a graus variados de parentesco, extrapolando a simples relação de parceria para o exercício da atividade da cata.

As categorias de parentesco e família na Ilha das Caieiras são, portanto, estratégias criadas e recriadas a partir das relações de vizinhança, compadrio e parcerias de trabalho. De acordo com Silva:

> Esta multiplicidade de relações permite um certo controle dos grupos, pelo menos, ao nível simbólico, das identidades, pois, indica quem é quem; com quem se deve negociar; com quem se envolver em projetos; barganhar uma participação; quem confere, ou a quem se confere, prestígio etc. Estas categorias articulam identidades específicas que não são fixas, mas que obedeçam às dinâmicas sociais e aos arranjos necessários à reprodução das relações sociais no tempo e no espaço. (Silva, 2003: 52).

A apresentação em linhas gerais da história da ocupação e organização social do espaço das Caieiras permite compreender a dinâmica dos grupos sociais e familiares em torno da atividade da pesca.

Na seção subseqüente, apresento, inicialmente, a etnografia dos catadores das Caieiras, ou, dos manguezeiros - como eles se denominam. A partir de um estudo de caso, abordarei, além das práticas dos manguezeiros, no exercício da cata, no Lameirão, as mudanças e intervenções da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), que se iniciaram em 1986, quando, por iniciativa desta Prefeitura o estuário Ilha do Lameirão foi transformado em uma unidade de conservação permanente, enquadrada como Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL), cabendo sua fiscalização aos órgãos ambientais – IBAMA, Polícia Ambiental e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente das prefeituras de Vitória, Serra e Cariacica, municípios margeados por este mangue. Tal fato constituiu um primeiro infortúnio vivenciado pelos catadores da Grande Vitória. Neste trabalho vou considerar, apenas, as intervenções da PMV nos espaços das Ilhas das Caieiras e do Lameirão.

2.2 - A Natureza na Cultura da Ilha: Os Manguezeiros das Caieiras

Iniciar um trabalho de campo exige, *a priori,* que tenhamos idéias, mesmo que esparsas, a cerca do grupo que pretendemos perquirir. Seja na literatura, seja *in loco,* de início é fundamental uma pesquisa exploratória: conhecer o lugar, conversar com as pessoas, buscar informações, sentir e perceber o lugar que vamos freqüentar durante algum tempo. Assim, iniciei a 'aventura antropológica', ou, simplesmente, comecei minha observação participante numa segunda-feira, pois sabia que era dia em que encontraria o maior número de caranguejeiros, pois, é o dia de descanso e lazer para eles.

Os manguezeiros, em particular, se encontram no 'bar do Lilico' ou em terreno baldio (propriedade particular). Terreno localizado entre a cooperativa de desfiadeiras de siri e a casa de um caranguejeiro, e esta faz divisa com o bar do Lilico. Nos fundos do bar e do lote baldio fica o 'porto de Lilico' e o 'porto dos caranguejeiros', atracadouro das canoas utilizadas pelos caranguejeiros.

O porto dos caranguejeiros é um espaço restrito a eles. Daí partem para o mangue; ou discutem assuntos do cotidiano 'tomando um gole', ou a 'Kátia', como dizem. O bar do Lilico é um espaço público freqüentado por todos os tipos de pessoas, turistas, ou não. Os catadores circulam pelo bar, bebem, discutem a pesca, a política, muitos ajudam na limpeza, fornecem caranguejos, ostras e mariscos em troca de bebidas e alimentos.

A segunda-feira é o dia eleito, por eles, para o seu descanso e lazer. Trabalham, normalmente, a partir da terça-feira no mangue; sexta, sábado e domingo, são dias de comercialização dos caranguejos, operação que se realiza em vários pontos: no bar do Lilico; na Rua Caborê; nas feiras e no Mercado Municipal de Vila Rubim. As mulheres não praticam a atividade, mas participam na comercialização do caranguejo em casa, nas feiras e nas ruas.

Os materiais básicos indispensáveis para a atividade da cata são a embarcação, uma ou duas sacas de estopa, um facão, uma faca pequena e, para alguns, uma garrafa de cachaça. Alternativamente, alguns preferem levar roupas, como calças

compridas, botinas e o frasco de óleo diesel para passar no corpo, por causa dos maruins (mosquitos) que enxameiam os manguezais. Muitos levam lanches, refrigerantes e água; algumas vezes chegam a acampar no mangue.

O acesso ao Lameirão é mais fácil por canoas e por isto é a forma mais utilizada, normalmente é feita em parcerias de duplas. Usualmente estas duplas trabalham juntas. Esta opção é justificada por questões de segurança, dada qualquer fatalidade ou acidente no mangue. Parte dessas parcerias são constituídas por parentes próximos[45]. Outras vezes são sócios na propriedade da canoa, ou mantêm entre si relações de vizinhança ou amizade. Embora o trabalho seja em dupla, a cata é individual, cabendo a cada um o que pegou. Estas parcerias também permanecem em outras ocasiões, como na bebida, e nos momentos de lazer.

A coleta do caranguejo é realizada por um período de cinco a seis horas do dia, cerca de quatro vezes na semana. Os outros dias são destinados ao preparo de equipamentos e cuidados com o pescado: ‘amarrar o caranguejo’, confeccionar a redinha, ou qualquer outro instrumento que possa ser utilizado na tarefa da coleta. O período do dia está condicionado ao momento de baixa da maré, que varia de acordo com as fases da lua e demais influências climáticas.

Das técnicas tradicionais, ‘no braço’, ou ‘no osso’, como dizem, é a forma mais antiga e a preferida para se pegar o caranguejo em Vitória. Consiste em introduzir o braço na toca do caranguejo, tomando cuidado com a puã e eventuais cascas de ostra, que podem ser cortantes como navalhas, e são causa de muitos ferimentos nas mãos e nos braços dos catadores. Na cata, há ainda, outras variações como a ‘tapagem’, a ‘cavadeira’, e o ‘pé’, que, atualmente, são pouco usadas. Costumavam ser utilizada quando o buraco estava muito fundo, principalmente no inverno, e não podia ser alcançado com o braço.

[45]Por exemplo, os irmãos Paulo Goro e Ceci; Paulão e Rabicó.

O manguezeiro compõe a paisagem numa verdadeira simbiose com o ambiente.

Foto: André Alves

A ‘tapagem’ era uma armadilha e consistia em tapar com lama e galhos de árvore o buraco, deixando sem ar o animal; após cerca de 30 minutos, o caranguejo subia para respirar e, então, era apanhado. Essa técnica não é mais usada, e, tal como a redinha, também gerava muitas perdas, caso o caranguejo não fosse apanhado ou não conseguisse escapar da armadilha. Segundo os catadores, a ‘tapagem’ permitida pelo IBAMA é mais prejudicial que a redinha, sufoca o animal caso a maré suba e falte tempo ao catador para a captura. Sem oxigênio o caranguejo vem a sucumbir.

As ‘redinhas’ são feitas de sacos de ráfia, adquiridos, principalmente, nas padarias. São confeccionadas, uma a uma, após desfiar os sacos. Os fios – mais ou menos 20 – são amarrados nas extremidades e alcançam em média cerca de 40 cm de largura por cerca de 60 cm de comprimento. As ‘redinhas’ são presas nos galhos das árvores de cada lado do buraco ou galeria do caranguejo. São normalmente colocadas num dia para serem retiradas no outro.

Uma das atividades é a confecção da redinha para o trabalho da semana.

Foto: Janete de Souza Diniz

Essa técnica é proibida por lei, tendo sido introduzida em Vitória por volta de 1986, segundo informações dos catadores. As ‘redinhas’, são usadas em excesso; não são reaproveitadas e, quando não utilizadas, não são recolhidas; muitos caranguejos não conseguem se desvencilhar dos fios de nylon e acabam morrendo no próprio mangue. Além disso, não selecionam as espécies, quanto ao tamanho, sexo, etc. Por tudo isto esta é considerada uma técnica altamente predatória. A facilidade do uso dessa técnica tem levado muitos jovens, inclusive, crianças e mulheres a se aventurarem no mangue para apanhar caranguejo. Isto pode ser verificado com maior incidência no município vizinho de Cariacica, onde tem crescido o número de mulheres catadoras. Em São Mateus, praticamente, só se usa esta técnica.

Dentre os inúmeros problemas já apontados, está, ainda, a ‘apropriação individual’ de extensa área de mangue, que é de uso comum, quando se colocam, segundo informações, em torno de 150 a 200 redinhas de uma só vez. O espaço apropriado não pode ser violado, sob pena de brigas, ameaças e, até mesmo, mortes. Como disseram Geraldão e Alomar, ‘o cabra tem que ser muito bom para encontrar toda a armadilha que ele colocou’.

Os catadores costumam utilizar um sistema de marcação para encontrar as armadilhas, descascando o caule das árvores com um facão, ou colocando um punhado de barro de lama perto do local. Contudo, segundo informações deles, não se tornam a encontrar facilmente os locais onde foram colocadas, como também se perde a noção do tamanho da área da qual se fez uso, por isso, é comum encontrar caranguejos mortos embolados em armadilhas abandonadas.

Embora a maioria dos catadores condene o uso da ‘redinha’, são pouquíssimos os que não fazem uso dela. Costumam justificar o uso com o aumento da produtividade e pelo fato de que gera menos problemas de saúde. Nas palavras de um dos mais conhecidos e experientes catadores das Caieiras:

> Tem gente que só tira ‘no braço’; agora, nos meses de junho/julho, só com a ‘redinha’; por causa da friagem; e os buracos estão muito profundos; o braço não alcança; tem que deitar na lama. Não dá, fica doente, pega friagem, reumatismo.

Quanto à saúde, não se pode afirmar que seja um diferencial. O certo é que a locomoção sobre solos lamacentos, escorregadios, ou por entre raízes aéreas, exige grande esforço físico, principalmente quando se carrega uma ou duas sacas de até dez dúzias de caranguejo, nas costas. São comuns nesta ocupação as marcas e ferimentos de quedas; problemas de coluna; hérnias; reumatismo, sem falar na mistura de óleo diesel e querosene para se proteger dos insetos.

A cata tradicional exigia um conhecimento adquirido com a convivência e pela transmissão oral dentro do grupo. O uso da ‘redinha’ impõe novos valores; dispensa esse tipo de aprendizado; estabelece uma competição individual pelos recursos que antes era regida por um sentido mais coletivo. Para André Alves, “a armadilha diminui o contato físico do caranguejeiro com o mangue, e parece que a perda desse contato traz também a perda de valores e da ética que regiam a captura antes da introdução da redinha”. (Alves, 2004, p:136).

2.3 - Conhecimentos, Segredos e Trunfos na Cata Tradicional

Os manguezeiros da Ilha das Caieiras, assim como de toda a Grande Vitória classificam os mangues em dois tipos:

i) Mangue duro ou ‘areiado’ (areia), cujo solo é mais firme e, portanto, facilita a caminhada. Nesses locais crescem tanto o mangue-vermelho, a *Rhizophora mangle,* quanto o mangue preto, *Laguncularia racemosa,* e as siribeiras, *Avicennia schaueriana e Avicennia germinans.*

ii) ‘Mangue mole’, cujo solo é formado principalmente por lama, o que dificulta muito a locomoção e torna a cata mais difícil. A vegetação predominante é a *Rhizophora Mangle*[46], ou mangue vermelho; a casca desta árvore é rica em tanino, substância impermeabilizante de cor avermelhada, utilizada, no passado, no início da colonização do Brasil, para tingir couro. Hoje, as artesãs de Goiabeiras utilizam-na para impermeabilizar e tingir as famosas panelas de barro capixabas, técnica herdada dos índios.

O termo ‘caranguejo’ se aplica a diversas espécies de crustáceos. As mais exploradas, nos manguezais, são as especificadas abaixo. Certas categorias nativas referentes ao caranguejo estão associadas aos aspectos morfológicos, bem como ao comportamento desses crustáceos.

Ucides cordatus, popularmente conhecido como caranguejo-uçá.

Foto: Internet[47]

O caranguejo-uçá ou *Ucides cordatus* pertence à classe dos crustacea, da ordem dos decápodes, isto é, possui dez pernas, com juntas articuladas (artropódes) e duas quelas, ou patas, terminadas em pinças, ou puãs (quelípodos); e, possui, ainda, duas antenas. Apresenta carapaça com coloração que varia entre o cinza-esverdeado e o castanho-amarelado. Essa carapaça calcária é trocada anualmente, fenômeno ao qual se dá o nome de ‘muda’, e que ocorre várias vezes, até o animal chegar à fase adulta,

[46] [...]. Entre as variedades de mangue sobreleva notar a conhecida pelo nome de *mangue vermelho, mangue de pendão, rei dos mangues, ratimbó* (Rhizophora mangle), que fornece resistente madeira, “que não apodrece, não dá de si, não verga”. Souza, Bernardino José. Onomástica Geral da Geographia Brasileira. Bahia. Secção Graphica da Escola de A. Artífices, 1920: 179.

[47] www.solamac.net/babitonga. Acesso em: 20/06/06.

por volta dos quatro anos, conforme os caranguejeiros. Machos e fêmeas podem ser facilmente identificados quanto ao sexo. Os machos possuem um abdômen alongado e estreito, além de pelos, nas patas. Já o abdômen das fêmeas é alargado e semicircular. Durante o acasalamento, machos e fêmeas abrem seus abdomens e se posicionam, um de frente para o outro, e se 'abraçam', para que o macho possa introduzir seu aparelho reprodutor na fêmea. Nesta época, os caranguejos abandonam suas tocas, ou buracos, e se deslocam, lentamente, pelo mangue. É comum, nessas ocasiões, encontrar machos em combate, ou perseguindo fêmeas, o que facilita a sua captura. O período de acasalamento ocorre de janeiro a abril.

O caranguejo-uçá chega à sua maturidade sexual por volta dos três anos, quando atinge 4 cm de diâmetro. Sua expectativa de vida gira em torno dos nove anos. Os machos dessa espécie podem alcançar cerca de 70 mm de comprimento e 89 mm de largura da carapaça; e as fêmeas 54,5 e 65mm, respectivamente. Esta espécie ocorre no Atlântico ocidental: Flórida, Golfo do México, Antilhas, norte da América do Sul, Guianas, e Brasil (do Amapá até Santa Catarina)[48].

O caranguejo-uçá é capturado principalmente com o braço, 'no osso', como dizem os catadores, na toca, ou pela redinha – armadilha feita com fios de nylon trançados. O macho é maior que a fêmea, especialmente no que se refere às suas pinças (puãs); por isto, é mais apreciado para o consumo.

Um catador experiente sabe diferenciar, pelo formato, qual é a toca dos machos. Eles deixam rastros mais fundos e largos, e possuem unhas maiores, além de pêlos nas patas. Segundo Geraldão "o buraco do caranguejo macho e da fêmea são diferentes, como é diferente o buraco do siri-açu, Se você errar e colocar a mão no buraco do siri-açu, você corre o risco de perder até um dedo, ele fica no buraco deitado de frente como se estivesse em alerta, se colocar a mão já era". Essa diferença entre o caranguejo-uçá e o siri-açu se expressa claramente nas suas respectivas denominações científicas: o caranguejo-uçá é *cordatus*, ou seja, manso, enquanto o siri-açu é *exasperatus*, isto é, agitado, bravo. Os caranguejos raramente entram na toca de outro, quando isto ocorre, o 'invasor' é imediatamente expulso.

---

[48] www.fapepi.pi.gov.br/ciencia - A reprodução do caranguejo-uçá. Acesso em: 03/6/06.

De acordo com Geraldão, o caranguejo-uçá costuma limpar suas tocas; os detritos retirados são depositados próximos da entrada do buraco.É comum observar certa sincronia nesta atividade; eles só param com a limpeza, quando os buracos estão encobertos pela água. Os buracos tapados, principalmente durante a primavera, indicam que estão na época da muda, trocando a carapaça ou o 'casco', quando o caranguejo 'fica de leite', período da engorda. Seu principal alimento são folhas em decomposição. Segundo o estudo realizado por Joaquim Olinto Branco[49], em Itacorubi (Florianópolis/SC), o caranguejo-uçá alimenta-se também de frutos e sementes de *Avicenia shaueriana*.

Há uma concentração da atividade de cata do caranguejo-uçá nos meses de dezembro a abril, quando a coleta é mais abundante, fácil e previsível. Já no inverno o caranguejo permanece entocado por muito tempo o que exige maior prática para realizar sua captura.

No inverno o Siriaçu procura buracos para trocar a carapaça, nessa época, o caranguejeiro utiliza só a mão para capturá-lo.

Foto: André Alves

O siriaçu (*Callinectes exasperatus*) é um animal muito arisco, e perigoso, em virtude de suas puãs grandes e afiadas; a sua mordida pode deixar seqüelas, causando até mesmo a perda de um dedo. A sua cata é bem mais difícil, especialmente, no inverno, quando se refugia nas tocas dentro do mangue para a troca do 'casco' (carapaça). Sua captura, nesta época, só é possível 'no braço', ou 'no osso', e são poucos aqueles que têm essa habilidade e coragem, façanha que confere autoridade e

[49] Branco, Joaqquim Olinto. (1993) Aspectos Bioecológicos Do Caranguejo *Ucides cordatus* (Linnaeus 1763) (Crustacea, Decapoda) Do Manguezal Do Itacorubi, SANTA CATARINA, BR. Núcleo de Estudos do Mar - NEMAR/CCB-UFSC.

reconhecimento no âmbito do grupo. Apresenta coloração azul-esverdeada na carapaça, azul intenso no dorso das pernas e branco na região ventral. A carapaça é achatada e o último par de pernas tem a forma de remos. Como o caranguejo-uçá, o abdômen do macho é estreito e triangular e o da fêmea é arredondado. São onívoros, mas preferem alimentar-se de peixes. Têm grande valor comercial.

No verão o siri-açu fica mais acessível; com a maré cheia, ele pode ser pescado com iscas dentro do próprio mangue, tarefa para aqueles que sabem como localizá-lo. Com o mangue 'seco', ele é encontrado nas raízes do mangue. No outono, ele vai para o fundo do rio ou do estuário e sua captura é feita com a pesca de arrasto, linha ou rede.

O Goiamum tem a quela direita maior que a esquerda e, é onívoro, por isto, deve ser cevado antes do consumo.

Foto: André Alves

O goiamum *(Cardisoma guanhumi*) é o maior dos caranguejos, vive nas áreas de transição entre o mangue e a terra firme. Apresenta coloração azul, com quelas ou pinças esbranquiçadas. Não possui pelos nas pernas. É onívoro, mas prefere a carne podre; sendo conhecido, por isto, como o 'urubu do mangue'. Quando sai para capturá-lo o catador utiliza pedaços de abacaxi ou vísceras de galinha – isca preferida dos goiamuns. Por isto deve ser 'cevado'. Nas Caieiras o goiamum é cevado durante um mês, antes do consumo, é alimentado com milho, frutas e restos de comida. Sua captura é feita através de uma armadilha com isca, uma espécie de 'ratoeira', artefato preparado com latas. Os catadores justificam o uso dessa armadilha, porque alegam não estragar o buraco do animal capturado, que pode ser ocupado por outro goiamum. A captura 'no braço' é possível, mas é muito difícil, pois o caranguejeiro teria que cavar

uma área grande ao redor do buraco para encontrá-lo, o que ‘acaba com o mangue’, afugentando os ‘bichos’; como dizem, nesses locais mexidos, os animais evitam fazer novas tocas.

O Aratu é o menor dos caranguejos, não cava buracos, quando a maré sobe, se esconde no oco das árvores.

Foto: André Alves

O aratu (*Goniopsis cruentata*) é o mais veloz dos caranguejos; durante a maré baixa é encontrado na lama; com a maré cheia sobe nas árvores. Suas patas são vermelhas, com pelos pretos; as pinças são branco-amareladas. Alimenta-se de vegetais, cascas de madeira, pequenos peixes e outros crustáceos e, ocasionalmente, de outros aratus. Embora não tenha grande valor comercial, suas moquecas são apreciadas nas farras dos caranguejeiros e em ambientes familiares.

Os sururus (*Mytella guyanensis*)[50], são moluscos; vivem agrupados, enterrados no lodo, emaranhados às raízes. Durante a maré cheia filtram à água, alimentando-se do plâncton. São largamente consumidos, tendo grande valor comercial, e, juntamente com os caranguejos, peixes, mexilhões, ostras representam fonte de renda e base alimentar para muitas das famílias que vivem próximas do mangue.

[50] Alguns dados da morfologia dos caranguejos foram obtidos com a cartilha denominada “Conhecendo o Mangue: material didático” elaborado por Tânia Mara Simões do Carmo *et all*. Editada pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Vitória/ES, 1996.

Geraldão remando na maré

Marquinho no porto dos caranguejeiros

Fotos: Janete de Souza Diniz

Os catadores tradicionais que praticam a cata utilizando apenas o corpo como instrumento e meio de trabalho, chegam ao mangue apenas de shorts; com uma proteção nos pés; óleo diesel no corpo, para afastar insetos; e ‘a cachaça para esquentar e dar ânimo’. Seus conhecimentos são segredos que não dividem facilmente; são trunfos, que fazem a diferença nos períodos de escassez, especialmente no inverno quando a captura é mais difícil, embora a demanda do caranguejo também seja menor.

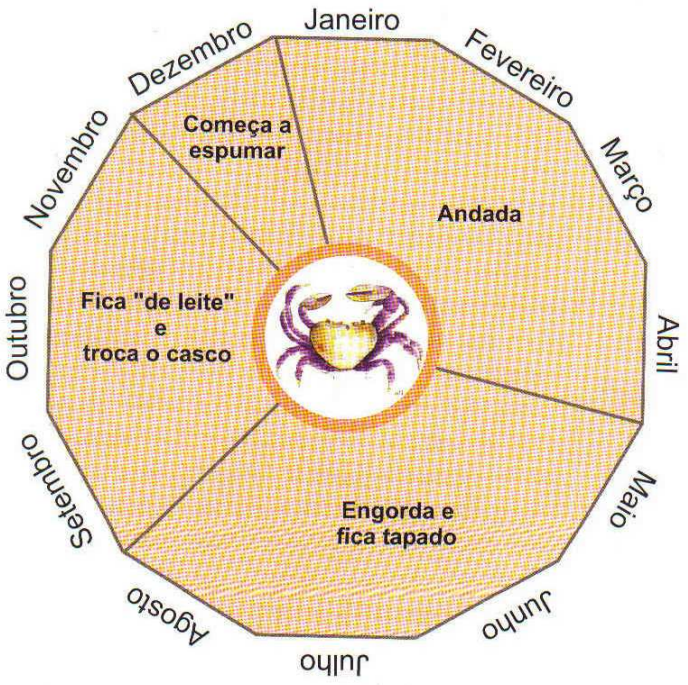
Isto lhes garante maior vantagem em relação aos demais. Existem as pessoas-referência reconhecidas e respeitadas por todos. Entre os catadores há, por exemplo, aqueles denominados os ‘valentes do mangue’, ‘grandes catadores’, ‘catadores antigos’ da região, porque detêm saberes específicos sobre o ecossistema manguezal que lhes dão grandes vantagens em relação aos demais.

Esses conhecimentos desenvolvidos e transmitidos por gerações acarretaram um saber elaborado do comportamento e dos ciclos biológicos do caranguejo, estes associados aos ciclos do tempo. Os ciclos bio-ecológicos foram apropriados para o desempenho das atividades no mangue e se conjuga há um tempo estrutural atribuído às relações mútuas, dedicadas ao comércio, a interação social entre grupos, famílias e amigos. Evans-Pritchard (1978:113), ao se referir no capítulo *Tempo e espaço,* na

perspectiva da sociedade Nuer (tribo situada no Sudão/África) afirma: o calendário é uma relação entre um ciclo de atividades e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividades do qual deriva seu sentido e função.

O conhecimento sobre a bio-ecologia do caranguejo-uçá, permite distinguir dois períodos no ciclo de vida do animal, os quais, no plano social, representam, respectivamente, um tempo de fartura e um tempo de escassez. Esses ciclos consistem na 'andada' – período reprodutivo – e na 'muda' – troca da carapaça, ou do 'casco'.

O diagrama[51] permite visualizar o ciclo de vida do *Ucides cordatus*, de acordo com os caranguejeiros do município de Vitória.



A andada tem início na primeira lua de janeiro (cheia ou nova), sendo sucedida por mais três luas, até o mês de abril, sempre repetindo o procedimento da lua em que se iniciou a 'andada'. Os machos começam a 'espumar' e exalam um cheiro por todo o mangue. "Há a hipótese de que a substância ativa presente nesta espuma seja um feromônio com a função de estimular o início do período reprodutivo". (Alves, 2004: 125).

[51] Cf., diagrama feito por André Alves em seu estudo com os catadores de Vitória/ES.

Durante a ‘andada’, os caranguejos saem dos buracos e vagam por cinco dias no mangue como se estivessem embriagados, talvez pela lua. Nos dois primeiros dias, as fêmeas ficam ‘alvoroçadas’; nos três últimos dias andam os machos. Conforme os catadores das Caieiras, ocorre uma cópula no segundo, ou terceiro dia; então as fêmeas vão para a água liberar as ovas, quando retornam, há um novo acasalamento, em seguida, elas vão para as suas tocas, se ‘escondem’, se tapam; neste ínterim, os machos continuam a procurá-las. Ainda, com relação à desova, um catador experiente de São Mateus afirmou que, no segundo acasalamento, as ovas são liberadas nas tocas, e é isto que vai garantir a reprodução da espécie, porque daquelas liberadas na água somente uma pequena parte sobreviverá, pois há muitos predadores naturais.[52] Após o acasalamento, ambos, macho e fêmea, perdem o instinto de direção e defesa e podem invadir as casas próximas do mangue. Os machos, exaustos talvez, compartilham suas tocas com outros companheiros. Segundo dizem os catadores, é comum encontrar dois ou três deles juntos, por um ou dois dias, quando, então, se inicia uma luta para permanecer com a toca.

Outro período do ciclo de vida do caranguejo é a troca da carapaça, que se inicia nos meses de maio, quando permanecem entocados até trocar o casco a partir do mês de setembro. Só saem quando acabam as folhas. Nesse período de inverno, quase não se locomovem, é o período da engorda, está ‘mais gordo’. O caranguejo ‘sema’ como chamam os catadores neste período, sendo mais difícil a sua captura e, é preciso conhecer o comportamento do caranguejo para sobreviver da cata.

Segundo os catadores, no inicio de setembro ocorre uma andada fora de época, quando os caranguejos abandonam suas tocas e migram em direção ao ‘sapa’ (designação dos caranguejeiros a uma área de transição entre a terra e o mangue) onde cavam novos buracos e permanecem aí até ficar de ‘leite’. O ‘leite’ é uma substância branca, e antecede a troca da carapaça ou casco (ecdise). Neste período o caranguejo é impróprio para o consumo, pode causar diarréias e mal estar. Porém, muitos catadores continuam a captura nesta época, isto porque, nem todos ficam de leite ao mesmo tempo.

---

[52] Segundo Alves (2004, p, 126), cada fêmea libera de 200 a 800 mil larvas, dentro d’água.

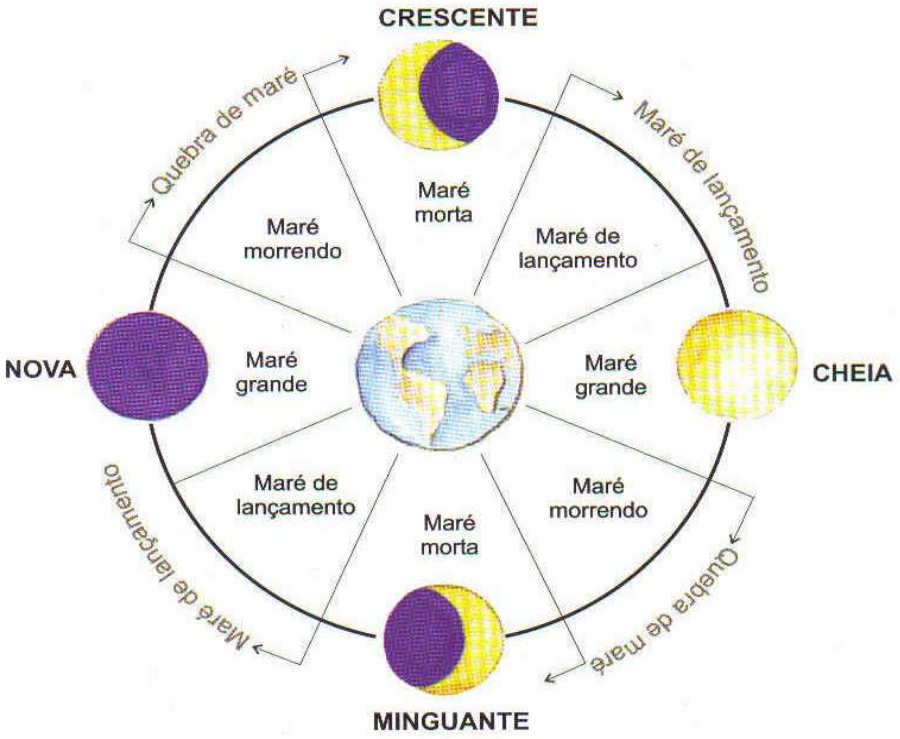
Os meses de dezembro a abril representam os meses de fartura para o caranguejeiro, enquanto os meses maio a setembro são os meses de escassez e de dificuldades para a captura do caranguejo.

A classificação dos ventos, das fases da lua e das marés é fator que influência diretamente a produtividade do trabalho da cata.

Lua e ventos determinam as variações das marés. Nas luas cheia e nova as marés são ‘grandes’, nas luas minguante e crescente são ‘mortas’.

O vento nordeste é o ‘melhor’ vento para a captura do caranguejo, é o vento que predomina, em Vitória, durante o verão, no inverno, há a predominância do vento sul.

Apresento, abaixo, o diagrama, elaborado por Cordell, em 1974, que representa o conhecimento de pescadores do Nordeste do Brasil sobre a influência da lua nas marés. (Cordell 1974, apud Alves, 2004:133).



Conforme os caranguejeiros, quando a maré está ‘grande’, na lua cheia, o mangue é totalmente inundado, sendo, pois, impossível trabalhar e se locomover pela floresta de mangue. Esta maré permanece por dois ou três dias. No terceiro dia a maré começa a ‘quebrar’, isto é, a cada dia ela diminui até ficar, na lua minguante, completamente ‘morta’ ou ‘choca’, como dizem. Depois de dois ou três dias a maré vai ‘lançar’, no dia do ‘lançamento’ ela inunda toda a floresta, é a maré ‘grande’, na lua nova. Então volta a diminuir até a ‘quebra’ na lua crescente: é a maré ‘morta’ desta lua, quando se completa o ciclo e a maré se torna ‘grande’ com a chegada da lua cheia. Os catadores partem para o mangue no ‘quarto vazante’, quando a maré já vazou um quarto do total, o mangue já está ‘seco’, e, eles têm seis horas para trabalhar, até a maré subir e inundar outra vez a floresta.

Como já observara Evans-Pritchard, (1999: 115), “o tempo não possui o mesmo valor durante todo o ano”; há uma circularidade do tempo, mensurada a partir dos ciclos lunares. Conforme Fernanda Huguenin (2002, p, 33), esses ciclos mensais, fazem com que haja também ‘quartos de fartura’ e ‘quartos de escassez’, como também se pode mensurar fartura/escassez, a partir da classificação verão/inverno, previsível/imprevisível, enfim, oposições sazonais e estruturais que caracterizam este sistema de atividade e que afetam a dinâmica e a morfologia social do grupo.

Para os catadores, os ciclos lunares, as marés, os ventos, as chuvas, o verão, o inverno e o defeso, tudo isto, é classificado como um tempo ‘bom’ e um tempo ‘ruim’, respectivamente, fartura e escassez. E marcam a associação entre ritmos naturais e ritmos sociais, na medida que a apropriação desse tempo ecológico, no dizer de Kant de Lima (1997), nada mais é que uma maneira de sobrepor a cultura à natureza.

Contudo, percebo que vêm ocorrendo mudanças bem acentuadas no cenário das Caieiras: as intervenções constantes da PMV e do IBAMA com intuito de incentivar o turismo local e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente causa incertezas e desestruturam a dinâmica local. Por exemplo, com o turismo as demandas crescentes de frutos do mar e do mangue levam a atitudes mais ‘imediatistas’, que entram em conflito com a conservação dos recursos naturais e locais. Para os catadores, em particular, há ainda a percepção e a constatação da redução dos estoques de caranguejo, no Lameirão, fenômeno identificado também pelo IBAMA. Atualmente, em

todo este cenário, difícil, há ainda uma nova inquietação: a chegada da DCL ao Lameirão, o que poderá resultar na interdição dos manguezais por longo período, ou, caso isto não ocorra, o caranguejo pode se extinguir como ocorreu em algumas regiões do Nordeste, seja pela doença em si, seja pela cata do que resta.

Desse modo, a Doença do Caranguejo Letárgico surge, para eles, envolta num clima ‘apocalíptico’, na medida em que põe em risco a própria continuidade do grupo, que depende da existência do caranguejo e, mesmo, do acesso ao mangue. Assim justifica-se o uso do conceito de drama social, na medida em que este faz uma clara referência aos momentos de extrema tensão social, onde o porvir é incerto e tornam-se necessárias ações para restaurar a ‘normalidade’.

2.4 - O Primeiro Drama Social: A Estação Ecológica Ilha do Lameirão

Nos capítulos anteriores, ressaltei a importância do ecossistema manguezal para os grupos humanos que ao longo da história fizeram uso dos seus recursos nas suas mais diversas formas. Na seqüência, tratei de mostrar o cotidiano dos moradores das Caieiras que se organizaram a partir da atividade da pesca no Lameirão, focalizando, especificamente, os catadores de caranguejo – seus conhecimentos, práticas e estratégias utilizadas no desenvolvimento da atividade que lhes permite viver e sustentar suas famílias.

Nesta seção, discuto a implementação política da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL)[53], e as modificações por ela geradas, no âmbito das relações entre órgãos ambientais e os caranguejeiros da Grande Vitória, com ênfase nos moradores das Caieiras, e, particularmente, nos catadores de caranguejo, buscando evidenciar os diversos tipos de impacto deste processo.

O Lameirão faz fronteira ao norte com o município da Serra, ao sul com o canal do Lameirão, a leste com os bairros de Jabour e Maria Ortiz (Vitória) e com o canal da passagem, e ao oeste com Cariacica e as águas da baía de Vitória. Compreendida entre as coordenadas geográficas de 20° 15’ 48” de latitude Sul e 40° 18’ 54” de longitude Oeste, é constituída por uma parte insular e por uma parte continental, localizada no trecho norte de Vitória.

No período compreendido entre as décadas de setenta e oitenta, a imprensa da cidade alertava para o crescimento vertiginoso da Grande Vitória, o surgimento de problemas sociais e ambientais e, a necessidade de “uma legislação evolutiva de educação das novas gerações como único caminho a seguir para minimizar os efeitos da expansão populacional” (A Gazeta, 22/09/1978). Revela, ainda, um conjunto de posições divergentes, entre diferentes atores e agências do Estado, a respeito da questão ambiental, envolvendo posseiros de terras devolutas, ambientalistas e a Capitania dos Portos.

---

[53] Projeto para proteção dos manguezais de Vitória. PMV/SEMMAM – setor de Recursos Naturais, setembro de 1989.
Secretária de Meio Ambiente: Maria da Glória Brito Abaurre.
Prefeito: Hermes Laranja.

A ocupação das áreas de mangue no entorno de Vitória e, especialmente, a ocupação do mangue de São Pedro, no entorno das Caieiras, gerou muitos conflitos, em virtude de diferentes propostas de política de preservação ambiental, da necessidade de planejamento urbano e da destinação do lixo da cidade.

A PMV, inicialmente, utilizava o mangue, na região de Goiabeiras, para o depósito de lixo, e, após a ocupação de São Pedro, dado que não conseguiu reaver a área por meios legais, passou a utilizar o mangue desta região. Chegou a depositar aí aproximadamente 230 toneladas diárias de lixo[54]. Mas a medida não afugentou os posseiros; ao contrário, a população pobre local passou a lutar pela descarga do lixo como a única fonte de sobrevivência e aterro do mangue. (Cf. Revista Agora, Janeiro de 88:30).

Ao mesmo tempo, a Capitania dos Portos do Espírito Santo e os ambientalistas alertavam para "os aterros praticados na Grande Vitória, sem nenhuma precaução técnica, bem como o uso de mangues como depósitos de lixo, além de galerias pluviais que despejavam os detritos (lama, barro, areia, etc) no estuário do rio Santa Maria, todos estes entulhos tendiam a provocar o assoreamento do canal". (A Gazeta, 20/05/80). O lixo entra em contato com as águas da maré cheia, e durante a vazante é levado pelo canal da baía de Vitória, provocando o assoreamento do seu leito, denunciava a Capitania dos Portos. (Idem, 04/07/78).

Foi marcante o papel da Capitania dos Portos, no início dos anos 80, na fiscalização e até mesmo na formulação de políticas de preservação ambiental; ela chegou a sugerir a criação de uma Secretaria de Meio Ambiente, como proibiu a Prefeitura de continuar a despejar o lixo nos mangues se valeu, para isto, de leis federais. Sugeriu, também, criar uma usina de lixo, concretizada em 1990, com a construção da Usina de Triagem e Compostagem do Lixo no Bairro de Resistência, próximo a São Pedro.

---

[54] PMV/Projeto Escola. Nem tudo que é lixo é lixo: Noções de Saneamento Ambiental. (2001: 26).

A partir de 1986, conforme já foi dito, graças à criação de leis ambientais, a realidade dos manguezais começou a mudar de maneira drástica. Antes disto, eles eram palcos de disputas, seja como espaços de moradia, seja como espaços para o exercício da atividade extrativista. Daí por diante, ficaram submetidos ao Estado, sendo por ele gerenciados de acordo com uma legislação especifica[55].

A criação, pelo Ministério Público, da Estação Ecológica do Manguezal Ilha do Lameirão (EEMIL) implementada como Unidade de Conservação[56] (UCs) pela Lei 3377/87. E, ainda, de acordo com o Código Municipal de Meio Ambiente, passou a ser de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória (SEMMAM/PMV), na área de sua jurisdição, assegurar a preservação integral e permanente deste ecossistema, atribuição dividida, com outros órgãos ambientais, como o IBAMA e a Policia Ambiental. Para efetivar este processo a PMV recorreu à formulação e ao desenvolvimento de políticas públicas para a gestão e fiscalização, e, também, para atender as comunidades dependentes do mangue.

De acordo com o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC) instituído pela Lei n. ° 9.985, de 18 de julho de 2 000, Cap. III, Art. 8º, uma Estação Ecológica:

> ...tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade[57].

A criação de UCs tem sido um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado, na tentativa de equacionar a relação degradação/conservação dos recursos naturais. E a implementação de UCs tem se caracterizado por uma gestão arbitrária, muitas vezes,

---

[55] Ver pg. 46/47 desse trabalho.

[56] Unidades de Conservação: unidade territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, e a qual se aplicam garantias de proteção. (www.snuc.gov.br. Consulta, 30/03/06).

[57] (www.ambientebrasil.org.com. Consultada em 23/02/06).

ignorando os diferentes grupos que ali vivem e utilizam esses espaços para o seu sustento. Na maioria das vezes, ficam alienados do processo, isto, quando não são usurpados de seus direitos. (Quaresma, In Simonian, 2000: 73-80).

A criação dessa UCs como Estação Ecológica (EEMIL) não fugiu à regra. Seu projeto foi formulado com base em critérios técnicos e, ainda, dentro de uma perspectiva biológica preservacionista, isto é, a manutenção dos recursos naturais intactos, para apreciação estética como natureza selvagem; em outras palavras, a "valorização do mundo natural/selvagem *('wilderness')* como um contraponto à concepção negativa da Idéia do Progresso Industrial". (Anjos, 2003: 36).

Um dos estudos que antecederam a criação desta Lei, corrobora o que foi dito acima:

> Com o constante aumento da população, os valores intocáveis de áreas do litoral não degradadas se tornam muito mais vulneráveis. As pessoas que por alto preço procuram sair da cidade nos fins de semana ou nas férias, não o fazem para encontrar praias cercadas de conjuntos habitacionais e enseadas com margens delimitadas por propriedades particulares. Assim o mangue torna-se uma opção de recreação e lazer. (Zippinotty, 1985: 12)[58].

A efetivação da EMILL se deu por uma imposição de normas e regras criadas por técnicos do Estado, sem considerar o fato de que em torno desse estuário havia pessoas que, por gerações, vinham, legitimamente, fazendo uso dos recursos ali existentes. Estas foram enquadradas por uma nova legislação, tendo que responder aos órgãos ambientais fiscalizadores, especialmente, a PMV. Esta passou a administrar esse espaço e, os catadores, por sua vez, passaram à condição de concessionários e a ter que cumprir uma série de regras, normas no uso dos recursos, outrora, de livre acesso.

Uma das principais dificuldades dessas interferências advindas de órgãos da administração pública e que passou a atingir essa atividade econômica por meio de uma regulamentação, foi imposta sem considerar as necessidades, aspirações e valores dos grupos sociais que tradicionalmente atuavam e atuam na exploração da

[58] ZIPPINOTTY, biólogo e técnico de planejamento da PMV. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

natureza e vem causando sérios riscos tanto à preservação, quanto à reprodução social de grupos tradicionais.

Um espaço, anteriormente, desqualificado, cai sob a tutela de ambientalistas e técnicos do Estado, que, muitas vezes, atribuem a depredação da natureza às comunidades que vivem das atividades extrativistas, sem, no entanto, levar em consideração questões mais amplas, como o desemprego e a falta de moradia. Esta última bastante agravada pela expansão urbana de Vitória, que criou, e continua criando, enormes pressões sobre o mercado imobiliário. Isto sem falar, por exemplo, nas atividades que exercem alto impacto sobre o meio natural, tais como, a indústria; a pesca industrial; o esgoto doméstico; e o lixo, lançado, *in natura,* no estuário, no mangue, no mar, nos rios, etc.

Para a população das Caieiras, e, em particular, para os catadores, tais processos significaram uma mudança brusca, uma ruptura nas suas formas de se relacionar com o espaço e gerir os recursos do mangue. Marcou a chegada do 'meio ambiente' no cotidiano desses grupos sociais. Com efeito, nos anos 80, eles vivenciaram, não apenas um, mas dois processos, quase que simultâneos: o estabelecimento, em 1987, da EEMIL, que os enquadrou numa legislação ambiental, pela qual são vistos e tratados como invasores e potenciais agressores da natureza, antecedido de pouco pela ocupação de São Pedro, a partir de 1979, implicando o aterro de grandes áreas de mangue, no entorno das Caieiras.

Para os moradores das Caieiras, a ocupação de São Pedro tampouco foi um acontecimento tranqüilo, porque lhes tirou o sossego, a tranqüilidade, trazendo consigo o medo e a revolta, pois se tratava de pessoas vindas de todos os lados e que viviam em meio ao lixo e do lixo:

> A ocupação de São Pedro acabou com isso aqui tudo, era uma fartura, a gente catava aqui mesmo, piorou muito com o esgoto, tirou nosso sossego, antes a gente dormia com as portas abertas, na rede, sem nenhum problema, hoje, não dá mais, agora temos que colocar grades nas janelas. É verdade que a ocupação também trouxe progresso, hoje temos posto de saúde, banco para pagar nossas contas, escola para os meninos, não precisamos mais sair para a cidade, dá para fazer tudo aqui. (Borboleta/catador).

São notórios os vínculos afetivos que os moradores mantêm com o espaço das Caieiras, na medida em que se identificam como pertencentes ao lugar, onde exercem a profissão de pescadores ou catadores de caranguejo, por oposição aos moradores de São Pedro, que se caracterizavam, à época, como catadores de lixo.

Sob tal perspectiva, a ocupação de São Pedro e a implementação da EEMIL[59] criaram uma situação constrangedora para os moradores das Caieiras, pois, a nova lei, não os diferenciava dos demais, antes os nivelava como iguais a eles, desconsiderando o direito costumeiro, a memória dos antepassados, e a longa experiência de convívio, em que se fundava seu pertencimento àquele lugar.

No contexto de um modelo dominante de uma política ambientalista, a natureza é apropriada e 'naturalizada' de acordo com práticas baseadas numa racionalidade técnica, especificamente moderna, que, nesta condição, desconsidera tudo que precede a lei escrita. O direito não-escrito das populações ditas tradicionais[60], apesar de estar vivo em suas práticas sociais, muitas vezes não é contemplado quando há a efetivação ou criação de uma política ambiental.

O drama social se configura sempre que aparece algum fator de ruptura no fluxo da vida ordinária, provocando a invocação de direitos e valores distintos, porém, cada um, à sua maneira, legítimo, conduzindo à exaltação dos ânimos e à intensificação dos sentimentos de grupos cujos interesses são, conjuntural - ou estruturalmente, opostos ou concorrentes. Nestas circunstâncias se inicia um processo de acusações mútuas; na verdade, são direitos e identidades que estão em jogo. São a *ordem legal* e a *ordem costumeira* que, a partir de uma série de

---

[59] Nas Secretarias de Meio Ambiente da Serra e de Vitória, tramita, atualmente, com o apoio dos respectivos Prefeitos, um projeto cujo objetivo é transformar a categoria de manejo da EMILL para Reserva Extrativista (RESEX), o que valorizaria a construção do condomínio AlfhaVille na Serra, pois o que se pretende é construir uma marina no local, o que daria acesso aos barcos, jet-skis, lancas até Vitória, utilizando os canais do Lameirão. Mantida a Estação Ecológica, o AlphaVille não poderia construir a sua marina, nem mesmo o trânsito de barcos seria permitido na área. Como ocorre com a Estação ecológica de Barra Nova, o interesse econômico e imobiliário subjugou o interesse ecológico.

[60] Para Mauss, "o costume apresenta sempre um caráter difuso; não toma consciência de si mesmo, senão a propósito de casos precisos. Há, tanto no tempo, como no número e no espaço um certo caráter difuso no Direito, que, no entanto, é ainda mais difuso no costume". (Mauss, 1972:241).

incidentes, se confrontam aí, num processo que Max Gluckman convencionou chamar de '*alocação de responsabilidade'*.[61]

Os catadores de caranguejo por adentrarem o mangue para realizar a cata, se tornaram o principal alvo da fiscalização do IBAMA e da Polícia Ambiental, pois, são vistos como potenciais depredadores do meio ambiente, por realizarem uma pesca predatória, com o uso da redinha, por não respeitarem o período do defeso, de catarem o caranguejo fora dos padrões permitidos, quanto das políticas públicas da Prefeitura Municipal de Vitória (SEMMAM), pois são vistos, por isto mesmo, como necessitados de uma educação ambiental.

Os relatos de violência entre fiscais e pescadores, são comuns, nos períodos de defeso do caranguejo, sobrando acusações de lado a lado. A 'pesca do balão' é recorrente nos discursos, os catadores, por sua vez, acusam os órgãos fiscalizadores de serem coniventes com esse tipo de pesca.

> Eu falo da dureza do trabalho, da falta de reconhecimento das autoridades. A gente não tem direito a nada. Somos tratados às vezes como bandido, como vagabundo; eu sempre digo: que democracia é essa, se tenho que calar a minha verdade e não falar? A gente não pode falar! Se falar a gente é prejudicado; vem cobrança. É perigoso! Você não sabe. A gente é pequeno; não temos dinheiro; e você sabe: a lei só vale pra quem tem dinheiro. Os donos de barco, que usam balão, quando são pegos, pagam fiança e no dia seguinte estão aqui. Não acontece nada! Vê se o IBAMA, a Polícia Ambiental, faz alguma coisa? Agora, se é a gente, é a lei que vale; se for pego, vai preso; se não tem dinheiro, fica lá na cadeia, que nem bandido, que nem vagabundo. (Borboleta)[62]

Os catadores acusam o IBAMA e a Polícia Ambiental de ficarem com o caranguejo recolhido durante a fiscalização; da mesma forma, apontam as limitações dos técnicos que não sabem andar dentro do mangue; questionam as suas habilidades e a sua falta de prática:

> Eles têm a teoria, mas a prática quem conhece somos nós. Esses biólogos chegam aqui achando que sabem de tudo. Sabem nada! Nós é que ensinamos. (Rabicó).

---

[61] [...] dramas sociais são casos, isto é, envolvem, necessariamente, a disputa, o conflito entre partes antagônicas, a alocação de responsabilidades, bem como o conjunto de processos políticos, jurídico-legais e/ou rituais, que servem para encaminhá-los e ajuizá-los (MELLO & VOGEL, 2004: 168).

[62] Nas palavras desse catador transparece, com nitidez, um aspecto estrutural do funcionamento da Justiça, no Brasil, onde as diferenças entre categorias sociais são capazes de influenciar decisivamente nas decisões desta, punindo uns e isentando outros.

> Eles não sabem andar no mangue; só anda de lancha; só fiscalizam as beiradas; quando a gente escuta a lancha, a gente se esconde. ‘Aqui’ que eles nos pegam!”, “O que eles fazem com caranguejos que eles pegam? Por que não soltam no lugar? Eles levam embora; eles vendem. Eles acham que nos enganam ... Tá muito enganado! Não somos trouxas, não!. (Robocop).

Diante dessas situações vemos se reproduzirem no mangue os conflitos pela utilização de recursos naturais que, por parte dos órgãos ambientais, têm como fundamento único à preservação de espécies naturais.

Nesses pequenos dramas que se desenrolam no mangue, a atuação do IBAMA e da Policia Ambiental é explicita; o jogo é aberto; as acusações são mútuas e estimulam o ânimo de disputa entre as partes.

Com a PMV, entretanto, as relações são bem mais ambíguas, pois é ela quem aciona os mecanismos reparadores do drama, quem busca atenuar os conflitos, por meio de políticas públicas compensatórias, de promessas, em que os catadores aparecem como beneficiários de suas ações. Ou seja, esse poder público é um dos antagonistas que se enfrentam, nessa conjuntura crítica e, ao mesmo tempo, a instância encarregada de promover a sua pacificação, compondo os conflitos.

De acordo com Turner (1980), numa arena de conflitos, envolvendo vários protagonistas, surgem os grupos astros do drama, bem como as clivagens e as alianças. No caso aqui aventado, a Prefeitura assume a posição de catalisadora dos processos, estabelecendo uma relação de tutela e, ao mesmo tempo, clientelista, com os catadores, criando uma situação de dependência do grupo, pois, afinal é dela que emana o poder.

> Todo grupo objetivo tem certos membros que o vêem como grupo-astro, enquanto outros o encaram com indiferença, até mesmo aversão. Relações entre membros do grupo astro são ambivalentes, assemelhando-se àqueles entre membros de uma família elementar para a qual, talvez, o grupo-astro seja um substitutivo adulto. (Turner, 1980: 12).

No desfecho de um drama social são os grupos-astro que movimentam a máquina para a composição do conflito, são eles que impõem as sanções aos acusados, como, são eles, que restauram certa normalidade à vida cotidiana. Nitidamente, a PMV é o grupo astro do processo apaziguador.

Os catadores, por seu lado, vêem a Prefeitura, ora como uma fonte de benefícios, ora como uma instância de controle, e, neste sentido, como uma ameaça. O cadastramento para o seguro de defeso é um exemplo patente desta contradição. Ao se cadastrar o catador se vê incluído nos projetos assistenciais da PMV; ao aceitar essa situação, no entanto, fica numa situação de insegurança em face das constantes ameaças de corte dos benefícios, caso não se cumpram a exigências da instância fiscalizadora, inclusive, a de denunciar os não-catadores que, eventualmente, estejam recebendo tais benefícios de forma irregular.

Na seção seguinte passo a analisar os projetos de políticas públicas da SEMMAM destinadas ao Lameirão e aos catadores de Vitória.

2.4.1 - "Caranguejo e Mangue Vivo": O lugar do 'bicho'

O 'Projeto Caranguejo' e o 'Projeto Mangue Vivo', da SEMMAM atuam diretamente sobre a gestão dos recursos no espaço da Ilha do Lameirão e sobre os catadores de caranguejo que dali retiram seu sustento.

A partir de 1998, o IBAMA implementou a portaria nº 104[63], que estabeleceu o período do defeso do caranguejo e do goiamum (01/10 a 30/11), para a região Sudeste e Sul do Brasil. Estabeleceu, também, uma compensação. Os catadores passaram a receber dois salários mínimos, repassados pela CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao trabalhador), bastando estar inscritos nas colônias de pesca, pelo preenchimento de formulário adequado e encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

[63] Esta portaria foi substituída pela de nº 70 (20/10/2000) e regulamentou também o transporte e a comercialização do caranguejo e do goiamum. Como não atendia o período de reprodução, que ocorre a partir de janeiro até abril, foi substituída pela portaria nº 52, em 2003, e estende o período do defeso para os dias da 'andada', período de acasalamento do caranguejo e goiamum, que ocorre durante uma semana de janeiro a abril.

Ficou, ainda, estabelecido que o desrespeito às portarias do IBAMA enquadrava o(s) infrator (es) na Lei nº 9.605, de crimes ambientais e previa multa que varia em torno de R$ 700,00 a R$ 100.000,00, e prisão de seis meses a um ano[64].

Desde esta data, a SEMMAM/PMV passou a criar projetos de políticas públicas destinadas à fiscalização do Lameirão. Até 1998, segundo informações dos catadores, a Prefeitura destinava R$ 200,00 e uma cesta básica para as famílias, durante este período. Em 1998, por exigência desta secretaria, foi criada a '*Associação dos Marisqueiros e Pescadores do Município de Vitória.* Os técnicos acompanharam todo o processo e sugeriram, inclusive, o diretor. Contudo, este realizou uma gestão altamente controvertida, cheia de denúncias, desvios de recursos e empréstimos indevidos para benefício próprio. Somente em 2006 foi convocada uma nova assembléia e escolhida a nova direção da associação, que, pelo novo estatuto passou a chamar-se *União dos Catadores de Caranguejo de Vitória.*

Após a portaria nº 104 do defeso, a PMV começou, então, a realizar, anualmente, o cadastro dos catadores. Por meio desta lista oficial, ela definia quem tinha ou não direitos a dois salários mínimos extras, além dos já oferecidos pela CODEFAT. Às vezes, incluía também a distribuição de cestas básicas, camisetas e bonés. Em contrapartida, eles deveriam limpar o mangue por três dias durante o defeso.

Mas, para definir a lista, eram realizadas inúmeras reuniões, o que gerava muita polêmica, como ainda gera, pois, os catadores desconfiam das burocracias, dos papéis e dos ambientes fechados – muitos nem mesmo participavam das reuniões, e ficavam fora do benefício. Em 2005, participei dessas reuniões, para definir a lista oficial e as 'frentes de trabalho' do defeso daquele ano. Além da limpeza, mais duas tarefas foram incluídas: aplicação de questionários para um cadastro inicial dos pescadores do município de Vitória, a pedido da Secretaria de Aqüicultura e Pesca (SEAP) e palestras de educação ambiental nas escolas para crianças do ensino fundamental.

Nessas reuniões, pude observar as relações de força estabelecidas entre os técnicos da SEMMAM e catadores. As decisões eram tomadas nos gabinetes e executados no campo, isto é, os catadores eram convocados para as reuniões e

[64] (www.ibama.org.br). Acesso em: 23/02/06.

comunicados dos eventos e das ‘frentes de trabalho’ que deveriam desempenhar, caso contrário, eram ameaçados de corte dos benefícios. Por exemplo, solicitavam para que denunciassem os não-catadores: “[...] pois não é justo alguém se beneficiar, não sendo catador: é uma questão de justiça. Cabe a vocês nos dizerem, podem se levantar e falar. Se descobrirmos, todo o grupo será eliminado”. Para indignação do italiano naturalizado brasileiro, que conduzia a reunião, estas palavras foram recebidas com um silêncio absoluto.

A PMV assumia a autoridade de um pai, um padrinho, pois, “vocês deveriam agradecer a SEMMAM pelo esforço que ela vem fazendo para que vocês recebam mole-mole R$ 600,00”. Toda essa forma de tratamento para com os pescadores artesanais é histórica, de longa data, como apontaram Mello e Vogel (2004:153): “a propósito, na década de 1930, já havia referências aos pescadores, como ‘crianças em idade madura’, que o Governo deve, paternalmente, proteger, disciplinar, instruir, encaminhar, atender – em suma: apadrinhar”. Acrescenta Kant De Lima (2005: 52), “depositários de uma identidade subalterna no espaço público, os pescadores sempre tiveram uma relação com o Estado brasileiro de sujeição, e os dispositivos jurídicos que regulavam a pesca tinham em suas letras um caráter interventivo e punitivo”.

Por outro lado, os critérios de exigência da PMV impeliram uma consciência identitária no grupo, com base na categoria “tradicional”, estes passaram a reivindicar demandas por reconhecimentos de direitos, respeito, consideração e cidadania. Em suma, em decorrência dessas reuniões, palestras de educação ambiental, cadastros etc, paulatinamente vem emergindo uma “política de identidade”, para fazer frente às novas dificuldades e aos aparatos de estado. (Cf. Almeida, 2004).

Tanto o ‘Projeto Caranguejo’, de 2002, como o ‘Projeto Mangue Vivo’ da atual gestão da SEMMAM, propunham um programa de gestão para a atividade pesqueira do caranguejo e do goiamum, que incluíssem o monitoramento do estoque, a repressão à pesca predatória e ao comércio ilegal dessas espécies. Além de manter a política de repasse anterior. O Projeto Mangue Vivo, ainda “prevê ações permanentes de limpeza dos manguezais. A meta é criar uma Cooperativa de Catadores de Lixo dos Manguezais. Como forma de garantir renda extra aos catadores durante o ano todo”. (PMV, 2005:5).

Assim, há um jogo de identidades muito intenso e delicado nas Caieiras. De um lado o discurso oficial que garante uma identidade homogênea. Por outro, os pescadores e aquelas pessoas que vivem direta ou indiretamente do mangue, oscilam na corda bamba entre manter-se na pesca artesanal ou se associar a essas cooperativas, ou, aos ‘baloeiros’.

Os catadores oscilam, portanto, entre a ‘estabilidade’ do emprego e a ‘liberdade’ da cata, a autonomia que enfatizam na sua maneira de viver. Quando perguntei qual a vantagem de ser catador, prontamente me responderam:

> A gente não tem patrão, a gente se manda, a gente é como uma família, se um ta precisando a gente ajuda, isso aqui ninguém paga, a gente bebe junto, a gente briga, mas depois a gente se entende de novo e, é isso aí”. (Índio).

Os valores enfatizados, como liberdade, autonomia e solidariedade marcam a identidade e o modo de ser destas pessoas e suas relações sociais. Um gênero de vida, proveniente de uma tradição, construída a partir de um conhecimento elaborado, no convívio com esse ecossistema, e traduzida num sistema classificatório complexo e detalhado, do comportamento dos crustáceos e dos ciclos naturais, fundamentais para a realização da atividade e reprodução do grupo.

Esse conhecimento e todo o sistema classificatório dessas populações, no entanto, são desconsideradas e desqualificadas pelos agentes promotores das políticas públicas, “respaldados em representações que reforçaram, no passado, os preconceitos, na nossa sociedade moderna que vê aquelas práticas tradicionais de trabalho como improdutivas”. (Castro, In Diegues, 2000:170).

Desde os anos 90, Caieiras e Lameirão, vêm sendo alvo de um processo de desenvolvimento do turismo, o que gera novos padrões de consumo e estilos de vida. Nos fins de semana os turistas lotam os restaurantes, os jovens, e mesmo os pescadores, ao mesmo tempo, se dedicam à prestação de pequenos serviços, se tornam flanelinhas, modificando o cotidiano e impondo um outro sistema de relações sociais ‘mais modernas’.

2.4.2 – "O Caranguejo e o Marlim Azul": Ou a Vitória do Futuro

Neste contexto de mudanças, cabe avaliar as políticas públicas de intervenção nos espaços do Lameirão e das Caieiras, onde o Estado assume um papel ambíguo, entre fiscalizador da natureza, por um lado, e incentivador da industria turística, por outro. No Espírito Santo, o incentivo ao turismo, tem se traduzido num expressivo aumento da demanda por caranguejos, intensificando a coleta de forma indiscriminada, e aumentado o número de pessoas desempregadas que vê na cata uma alternativa de renda.

A capital, Vitória, é uma pequena ilha montanhosa de reduzida extensão, sem suporte para grande contingente habitacional. Dada a sua beleza natural, a prestação de serviço e o turismo se tornaram suas principais alternativas de desenvolvimento. Em particular, desde os anos 90, tanto o Estado, quanto o Município têm investido na infra-estrutura necessária à expansão do turismo em toda a cidade.

Em meados dos anos 90, a PMV lançou o *'Projeto Vitória do Futuro': Plano Estratégico da Cidade, 1996-2010*. Neste projeto ela aponta dois cenários, dois caminhos para Vitória, simbolizados por dois animais: *o caranguejo e o marlim azul.* A associação com o caranguejo apontava um cenário inercial, de retrocesso, caso nada fosse feito. Era uma visão marcada pela negatividade, a ser superada por meio dos projetos que conduziriam Vitória para a realidade desejada, que, por sua vez, era a do marlim azul, associado à beleza, à vitalidade, ao dinamismo.[65]

Este projeto serve de base para outros projetos que as diversas secretarias da Prefeitura vêm implementando, entre eles: o '*Projeto Terra'*; o '*Projeto Rota Manguezal';* o '*Projeto Caranguejo da PMV'*; e, atualmente, o '*Projeto Mangue Vivo'*.[66]

Na perspectiva desta Prefeitura, o turismo é a alternativa possível para um desenvolvimento sustentável. Com este fim, tem-se investido na melhoria dos serviços urbanos; na qualidade dos espaços urbanos; na paisagem natural; e na valorização dos produtos do engenho popular, entre eles: o artesanato, no qual despontam as panelas de barro de Goiabeiras; a culinária, em que se destaca a moqueca e a torna capixaba,

---

[65] Em Vitória é praticada a pesca esportiva do marlim azul pela classe alta. (Banck, 1998: 250-251).
[66] Estes dois últimos são projetos da SEMMAM.

pratos que, ambos, têm no caranguejo e no siri seus ingredientes principais; e a música do congo – tudo isso, transformado em patrimônio simbólico digno de se preservar, o que, por sua vez, legitima a atuação da PMV, auto-instituída guardiã desses signos identitários e do patrimônio cultural.

Entretanto, as concepções específicas sobre o espaço, aludidas nas metáforas do caranguejo e do marlim azul acabam por consagrar uma visão parcial, legitimam métodos, decisões e intervenções autoritárias, em relação aos grupos locais envolvidos.

O documento, '*Vitória do Futuro*[67]', por exemplo, aponta para uma intrincada relação entre espaço, pobreza e desenraizamento cultural:

> No plano cultural, a essas populações mais carentes ainda faltam atributos que lhes permitam encontrarem soluções para seus diversos problemas e qualificação para se relacionarem com os *signos da modernidade*. [...] A falta de lazer e consumo de bens culturais no espaço em que residem, acirrando as possibilidades de um desenraizamento cultural desses segmentos populacionais com conseqüências imediatas para si próprios e repercussões para a sociedade como um todo.[68]

E, adiante:

> . [...] é necessário que se consolidem instrumentos que regulem essa forma de ocupação do espaço, criando mecanismos controladores da ocupação excessivamente adensada, predadora do meio-ambiente e estimuladora de processos de violência que comprometem a qualidade de vida dessas camadas populacionais e da cidade como um todo. (Projeto Vitória do Futuro, 2002).

Na localidade das Caieiras, esse projeto vem sendo implementado por meio do 'Projeto Terra' que objetiva o 'reordenamento' e a 'redefinição' (expressões constantemente aludidas) desse espaço com vistas à promoção do turismo, como fator de geração de emprego e renda, através do desenvolvimento de um 'pólo gastronômico', aliados aos valores paisagísticos e bucólicos do lugar.

---

[67] Gentilli & Freschiani. Pobreza urbana e ocupações desordenadas. VITÓRIA DO FUTURO, 2002. Ver também Plano estratégico 1996/2010 Vitória do Futuro.
[68] Os grifos são meus.

Trata-se, portanto, de uma luta pelo espaço, e o perigo do desenraizamento cultural, apontado pelos analistas, de fato existe, mas, justamente pelas intervenções baseadas unicamente em critérios técnicos e racionais, que desqualificam as identidades e buscam reorganizar pertencimentos culturais. Neste contexto, aliás, as identidades passam a ser administrada por um poder demiúrgico e iluminado, que desqualifica o outro, impondo-lhe uma lógica a qual, por sua vez, desfigura a organização social e os conhecimentos locais.

A cooperativa de desfiadeiras de siri é um bom exemplo dos processos de mudança que vêm ocorrendo na Ilha. Estabelecendo um conflito latente entre os que aderem e os que resistem a esses projetos, as desfiadeiras cooperadas, por exemplo, passam a ostentar, junto ao poder público, um status bem maior do que suas demais colegas, que continuam atendendo no varejo em frente às suas casas.

De qualquer forma, o ritmo social que os catadores levavam não será mais possível permanecer. Primeiro porque com a DCL a fiscalização do Lameirão passará a ser mais rigorosa, como exige a lei de uma Estação Ecológica, e as concessões de uso aos catadores não serão mais permitidas. Segundo porque a preservação do caranguejo passa a competir com seu consumo, e os biólogos e ambientalistas do Grupo Gestor parecem querer a alternativa de que o caranguejo passe a adquirir novo valor simbólico, não mais na culinária, mas, sim como um 'animal bandeira'[69] no paisagismo e na preservação ecológica dos manguezais, inclusive, pela PMV[70] já começa a vislumbrar a idéia de divulgar o caranguejo como importante agente ecológico, apresentá-lo em camisetas, bonés, chaveiros, atribuir-lhe o papel central de 'guardião do mangue'. Neste novo rumo os catadores passariam a ser fiscais e protetores do mangue, além de guias turísticos.

---

[69] De acordo Rodriguez (2004), em seu estudo sobre o projeto TAMAR-IBAMA, "as *espécies bandeiras* são animais carismáticos para o grande público e, por isso, possibilitam que se criem unidades de conservação e projetos ambientais que protegem não só esse animal, mas o seu habitat natural e outras espécies e plantas consideradas menos carismáticas". (Rodriguez, 2004: 6-7).

[70] A responsável pela Educação Ambiental da SEMMAM, Josefa Emiliana Peres, chegou a realizar reuniões com as famílias dos catadores, propondo o artesanato, tendo como elemento temático, o caranguejo.

2. 5 – O Caranguejo-uçá: Aspectos simbólicos

Em seu livro *Homens e Caranguejos*, Josué de Castro (1967) constrói uma imagem, que, sendo ele familiarizado, desde a infância, com a coleta desses crustáceos, nos mangues de Capibaribe de sua terra, no Recife, pode ser, de algum modo, considera uma interpretação nativa:

> A impressão que eu tinha era que os habitantes dos mangues — homens e caranguejos nascidos à beira do rio — à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama. Parecia que a vegetação densa dos mangues, com seus troncos retorcidos, com o emaranhado de seus galhos rugosos e a densa rede de suas raízes perfurantes os tinha agarrado definitivamente como um polvo, enfiando tentáculos invisíveis por dentro de sua carne, por todos os buracos de sua pele: pelos olhos, pela boca, pelos ouvidos. (Castro, 1967:13).

Para o Autor da *Geografia da Fome*, em virtude da sua notória preocupação com o problema da precariedade dos meios de subsistência das camadas mais pobres da população brasileira, a tríade mangue-homem-caranguejo, ilustrava "um estranho mimetismo, os homens se *assemelhando*, em tudo, aos caranguejos, arrastando-se, agachando-se *como* caranguejos para poderem sobreviver".

Neste sentido, o homem do mangue, aprisionado pelas suas circunstâncias; não podia constituir-se, sociologicamente, como cidadão e como indivíduo, pois, os homens-caranguejo permaneceriam para sempre retidos em sua miserável vida cotidiana: "Os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiriam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, se afundando para sempre dentro da lama". (Idem, ibidem:13).

Desse ponto de vista, a relação entre o mangue, o caranguejo e os catadores constituía uma metáfora da miséria, que qualificava, não apenas os sujeitos que usavam esses espaços como fonte para a sua reprodução social e familiar, mas do círculo de ferro da pobreza em geral.

Tanto Clifford Geertz (1989), quanto, antes dele, Victor Turner (1967), a cultura é constituída por símbolos. Os símbolos, articulados uns com os outros são as teias que o

próprio homem constrói, e, que, são socialmente compartilhadas e passiveis de interpretação, porque praticadas e vivenciadas pelos atores sociais, dão sentido à existência humana, em cada uma de suas formas particulares.

Para Victor Turner, um símbolo ritual:

> [...] é uma coisa encarada pelo consenso geral como tipificando ou representando ou lembrando algo através da posse de qualidades análogas ou por meio de associações em fatos ou pensamentos. [...] descobri que não conseguiria analisar símbolos rituais sem estudá-los numa série temporal em relação com outros "eventos", pois os símbolos estão essencialmente envolvidos com o processo social. (Turner, 2005:49).

Neste sentido, um símbolo pode agregar significados díspares e contraditórios. "interconectados em virtude de possuírem, em comum, qualidades análogas, ou por associação em pensamento, ou na prática. [...] Sua generalidade torna-os capazes de aglutinar as mais diversas idéias e fenômenos". (Ibidem, p: 59).

Quanto às características dos símbolos, tal como estes aparecem nos processos rituais, Victor Turner (2005) distingue símbolos dominantes e símbolos instrumentais. Os primeiros constituem o produto final de um processo ritual; a sua coroação, por assim dizer; o resultado e objetivo da seqüência ritual em questão: "Os símbolos [...] produzem ação, e os símbolos dominantes tendem a formar focos de interação. Os grupos mobilizam-se ao seu redor, cultuam-nos, desempenham outras atividades simbólicas perto deles, e acrescentam-lhes outros objetos simbólicos [...]". (Ibidem, Idem: 52). Os símbolos instrumentais, por sua vez, são aqueles que constituem ingredientes do processo de produção do símbolo focal e "[...] podem ser encarados como meios para atingir propósitos". (Turner, 2005: 63).

Segundo a metodologia proposta por Victor Turner, na *Floresta dos Símbolos* a busca dos significados de um símbolo ritual deve proceder em três níveis distintos: exegético, operacional e posicional. [71] O primeiro corresponde às interpretações nativas do símbolo, disponíveis nos enunciados da cultura, em seus diversos níveis. O segundo consiste em considerar o que os 'nativos' fazem com o símbolo; como o utilizam em

[71] *Cf.* Turner, 2005 [1967}

diversos contextos de ação. O terceiro, finalmente, exige considerar cada elemento no âmbito da constelação simbólica de que faz parte, isto é, no seu contexto simbólico mais amplo.[72]

É, a partir desta perspectiva, que convém considerar o caranguejo – *Ucides cordatus*, para compreender suas implicações significativas para o desenrolar dos dramas sociais que constituem o objeto da análise apresentada aqui.

2.5.1 – A exegese nativa

Consideremos, em primeiro lugar, a exegese nativa, em seus diversos níveis, a começar pelos valores simbólicos que nossa cultura atribuiu a este animal. Neste sentido, não há como evitar uma associação imediata, resultante dos significados de que se reveste no dispositivo divinatório do zodíaco, isto é, na astrologia, referência recorrente, no senso comum cotidiano de nosso universo cultural.

Na astrologia, o caranguejo é apresentado como corajoso, valente e fiel, não foge a luta e ganha os céus. O signo de câncer é representado pelo caranguejo, para os nascidos entre 22 de junho e 21 de julho, e ocupa a quarta casa do zodíaco, cujo regente é a Lua e o elemento é a água. A inclusão do caranguejo no zodíaco está relacionada à mitologia grega, numa luta pela vida a que Héracles (Hércules para os romanos), trava com a mulher de seu pai. Héracles era filho de Zeus com a mortal Alcmena, mulher de um general tebano. Hera, a legítima esposa de Zeus, nunca perdoou a traição e lançou sua ira sobre Héracles, tentando de todas as formas destruí-lo. Inicialmente, enviou duas grandes serpentes, todavia ambas foram estranguladas pelo pequeno Héracles. Noutra ocasião, induziu-lhe um acesso de loucura e fê-lo assassinar seus filhos e sua própria mulher. Como forma de purgação desse crime, Héracles foi servir ao seu primo Euristeu que, obrigado por Hera, impôs a ele a realização de 12 difíceis trabalhos. O segundo deles estava relacionado com a terrível Hidra, monstro de múltiplas cabeças, que habitava os mangues de Lerna, na Grécia.

[72] *Cf*. Turner, 2005: 49-81.

Durante a luta, na frustrada tentativa de distraí-lo, Hera enviou um caranguejo para atacar Héracles. O caranguejo agarrou seu dedo, mas foi pisoteado e perdeu a vida. Em retribuição à coragem e à lealdade do pequeno animal, Hera incluiu a imagem do caranguejo no céu noturno. Além disso, também homenageou a Hidra, constelação caótica que se localiza próximo à de Câncer, formada por seis estrelas e localizado no Hemisfério Norte[73]. Neste sentido, no plano simbólico, o caranguejo faz o movimento do caos da lama ao cosmos do firmamento.

À referência ao signo de Câncer, entretanto, acrescentou-se, na nosologia da cultura Ocidental, uma conotação francamente negativa, na medida em que esta palavra passou a designar uma de suas mais temidas enfermidades, identificada desde os tempos da Antiguidade.greco-latina – o câncer.

No livro, *Como Morremos*, Sherwin B. Nuland (1995:221) nos informa a origem da associação entre caranguejo e doença:

> Desde os dias de Hipócrates e mesmo antes, os antigos médicos gregos tinham uma compreensão clara das maneiras pelas quais uma formação maligna tantas vezes persegue sua inexorável determinação de destruir a vida. Eles deram um nome muito específico aos inchaços duros e às ulcerações que viam tão comumente no peito ou saindo do reto ou da vagina; eles basearam o nome na evidência de seus olhos e dedos. Para distingui-los de inchaços comuns, a que chamavam *oncos*, usaram o termo *Karkinos*, ou "caranguejo", estranhamente derivado de uma raiz indo-européia que significa "duro". Acrescentando-se o sufixo *oma*, referente a "tumor" [...] Séculos depois, a palavra latina para "caranguejo", câncer, entrou em uso. Oncos, nesse meio tempo, passou a ser aplicado a tumores de qualquer espécie, e é por isso que chamamos um especialista em câncer de oncologista.

Metaforicamente o caranguejo está associado, no pólo negativo, à anomalia da reprodução celular, a uma doença, cujo nome se evita – o câncer, e que traz consigo dor, sofrimento, e tristeza. A título de exemplo, convém recordar que, em 1993, o caranguejo foi o símbolo da propaganda oficial contra o câncer de mama. A imagem filatélica utilizada para este fim representa o 'bicho' numa posição de ataque, com suas tenazes pinças ou puãs, eriçadas, prontas para atacar a vida.

---

[73] www.revistamacrocosmo.com. Acesso em: 26/04/06).
www.wipedia.org/wiki/cancer . Acesso em: 26/04/06).

O caranguejo está associado ao câncer, a doença.

Mas, para além, dessas referências, convém considerar o caranguejo do ponto de vista das suas qualidades sensíveis, que podem ajudar a esclarecer os seus possíveis valores semânticos. Tais qualidades são parte do conhecimento dos catadores, que tem ocasião de observá-las detida e cotidianamente. Entre as primeiras características que chamam a atenção é o modo de andar bizarro do caranguejo a mais conhecida. Dela resulta uma conotação negativa, pois “quem anda para trás é caranguejo”, observação que se aplica metaforicamente ao atraso e ao retrocesso. Outros aspectos notáveis estão relacionados com seu modo de habitar, em tocas ou buracos, o que faz dele um animal ctônico; sua vida entre a água e a terra; e sua sensibilidade às fases da lua, às quais está relacionado o seu ciclo de reprodução, que ocorre, ou bem durante a lua cheia, ou bem durante a lua nova. Para o observador mais superficial, o caranguejo é um animal que “vive na lama”, fato que contribui para lhe conferir uma conotação negativa, pois a lama é identificada, pelo senso comum, como poluição, sujeira e imundície, persistente apesar do reconhecimento das virtualidades positivas dela, associada à fertilidade.

Para os catadores, entretanto, o caranguejo e o mangue, são fontes de vida. Com efeito, para essas pessoas que deles dependem, o caranguejo (e, por implicação, o mangue) “é tudo’, como disse Geraldão, “pois, sem ele, não haveria catador”. Em outras palavras, sua identidade e condição de existência, estão diretamente vinculadas ao lugar de onde tiram seu sustento.

O caranguejo por sua origem, seu formato elíptico e sua aparência excêntrica constitui uma categoria classificatória polivalente, com qualidades distintivas, ambíguas, opositivas: morte, tristeza, dor, separação, por um lado, e vida, alegria, festa, reunião, por outro. Os significados atribuídos a cada uma dessas combinações são díspares e estão relacionados a uma seqüência temporal diacrônica.

Nos anos 90, numa metamorfose temporal e espacial, o caranguejo é elevado a um dos ícones da culinária capixaba, embora resguardada a sua ambigüidade e polissemia que são características do simbolismo, pois, nos projetos da Prefeitura há a referência às metáforas: 'caranguejo' e 'marlim azul'. A partir delas, dois cenários opostos são 'projetados' para o desenvolvimento local. Cenários em que o atraso se opõe ao progresso, através de uma série de dicotomias, em que se opõem: o feio e o belo; a estagnação e a vitalidade; a inércia e o dinamismo. O caranguejo é capturado por gente pobre, para lhe servir de alimento e fonte de renda; o segundo, por gente da classe alta, em suas atividades esportivas de lazer.

2.5.2 – A caranguejada, a moqueca e a torta capixaba: o nível operacional

> Gilberto Freire, em *Sobrados e mocambos*, registra o fato, de um modo geral, em relação a costumes de todo o Brasil. "Depois dos dias tristíssimos, representação de cenas da Paixão, Sermão em voz tremida, gente chorando alto com pena de Nosso Senhor, mulheres de preto, homens de luto fechado, a Semana Santa terminava em ceias alegres de peixes, de fritada de caranguejo e de caruru, sioba cozida com pirão[74]".

O caranguejo está, também, associado à alegria, à farra, envolvendo, quase sempre, grupos de pessoas. Por ser um produto barato, atualmente, custa cerca de R$ 3,00 a unidade, normalmente, se come acompanhado de cerveja, caipirinha ou cachaça, sendo motivo para reuniões entre amigos e em família. Uma de suas características importantes é a capacidade de reunir pessoas, pois não é uma prática comum observar pessoas comendo caranguejo sozinhas. Durante o trabalho de campo, pude observar os consumidores e conversar com os garçons: comer o caranguejo é um ritual coletivo e envolve descontração e informalidade. Uma pessoa sozinha quando faz o pedido desse crustáceo, segundo relato dos garçons é por motivos pessoais, para esquecer os problemas, o stress do dia, pois, o ato de comê-lo envolve concentração e assim a pessoa 'faz a sua terapia', relaxa e 'sai daqui mais leve, mais feliz'.

---

[74] *Cf*. citado por Guilherme Santos Neves.

Não se trata de analisar somente o consumo do caranguejo em nível da experiência cotidiana, mas, sendo o caranguejo metamorfoseado em inúmeros significados, vale a pena verificar a sua variação no nível simbólico.

A caranguejada é um prato muito apreciado pelos capixabas, 'para longas conversas, sem fio, nem fiança', se tornou motivo para festivais com patrocínios das prefeituras municipais do sul ao norte do Estado. Os festivais de caranguejo sinalizam a entrada do verão, como os festivais de Porto da Pedra em Cariacica, Anchieta e Aracruz realizados após o período do defeso, em dezembro. Ou fecham o verão, como o festival de São Mateus que ocorre no mês de abril. Nesse contexto, os festivais do caranguejo apresentam-se como o símbolo focal, onde o caranguejo é a principal atração, e, portanto, as interações ocorrem em torno dele, por meio da comensalidade.

A culinária é uma prática culturalmente estabelecida, um dos meios, por onde se revelam as identidades locais. O meio aglutinador de elementos simbólicos, apresentadas em diferentes formas: a caranguejada, a torta e a moqueca, feitos na panela de barro, de origem indígena.

A Torta Capixaba

Como é sabido o ano é recortado de datas comemorativas, ritualizadas de muitas maneiras. Mas, em quase todas elas estão presentes os pratos típicos e as bebidas que identificam o motivo da comemoração, de acordo com as tradições regionais, seja nas festas de Natal, Ano Novo, Páscoa e festas juninas.

No Espírito Santo, a torta capixaba, ou a torta de mariscos é obrigatória, na mesa, principalmente, dos católicos, durante a Semana Santa. Segundo o folclorista Guilherme Santos Neves, tem-se notícia, pelos menos, desde 1878, sobre essa predileção espírito-santense[75].

---

[75] Guilherme Santos Neves, foi pesquisador do folclore capixaba com vários livros e artigos publicados. [Artigo publicado em *A Gazeta*, Vitória-ES, de 14 de abril de 1976].

Durante os dias que antecede a Páscoa, a cidade se movimenta para que todos os ingredientes estejam disponíveis para o preparo da torta, que requer paciência, engenho e arte. Entre seus ingredientes estão o bacalhau, os mariscos e o palmito, mas é preparada também na sua forma mais barata, quando se substitui o bacalhau pela sardinha e o palmito pelo repolho.

O fazer a torta exige todo um ritual que se inicia com a compra do palmito fresco, *in natura*, vindo do interior do Estado, vendido em baixo da ponte seca, Florentino Ávidos, próximo do centro da cidade, em um terreno enorme, cedido, pela Prefeitura, para este fim. Além dos caranguejos e siris desfiados, sururus, ostras e temperos diversos que compõem um prato de paladar agradável e forte, feitos na panela de barro, ou no improviso de outras vasilhas.

Torta Capixaba na forma de alumínio

Foto: Janete de Souza Diniz

Torta Capixaba, na panela de barro

foto: Internet[76]

A torta, além de ser uma tradição passada por gerações, um ritual, que no dizer de Giddens (1997), trás a tradição para a prática, envolve, ainda, o aspecto simbólico da troca: os parentes, os vizinhos, os amigos trocam, entre si, porções da torta. São chamados para experimentá-la, como são levadas às casas uns dos outros, afirmando uma reciprocidade e fortalecendo vínculos sociais afetivos

[76] www.estação capixaba.com.br. Acessado em: 03/05/06.

entre grupos de pessoas ligadas por algum laço de afinidade. Constituindo uma rede de relações interpessoais de amizade, fortalecida pelo sentido religioso de união.

Para Marcel Mauss, a dádiva é expressão de uma obrigação coletiva constituída de três movimentos: dar, receber e retribuir e diz respeito a todos os membros de uma sociedade. Segundo Caillé (1998), nos ensaios sobre a dádiva, Mauss, afirma uma co-existência entre símbolo e dádiva, não diferenciando um do outro, o símbolo maussiano seria um 'operador de tradução' das relações e práticas sociais, pois são eles que dão significado a ação social. (Caillé, 1998:9).

Desse modo, o dom e o contradom observado no ritual da troca de um pedaço de torta, traduz princípios de relações que sobrevivem, se perpetuam e resistem na modernidade. Não nos mesmos moldes, pois, a tradição, de acordo com Giddens (1997: 82), não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do 'trabalho' continuo de interpretação, sendo o ritual um meio prático de garantir a preservação.

> Por isso, a tradição é um meio de identidade. Seja pessoal ou coletiva, a identidade pressupõe significado; mas também pressupõe processo constante de recapitulação e reinterpretação. A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com o futuro antecipado. (Giddens, 1997:100).

Ainda, para Maurice Halbwachs apud Giddens (1997:81), "a tradição está ligada à memória, mais precisamente à 'memória coletiva'; envolve ritual; está ligado ao que vamos chamar de *noção formular de verdade*; possui 'guardiões'; e, ao contrário do costume, tem uma força de união que combina conteúdo moral e emocional". Neste sentido, comer a torta na Semana Santa tornou-se uma obrigação cultuada no Estado. E visto que fazer a torta, nos moldes tradicionais requer tempo e dinheiro, para a maioria das pessoas, este trabalho ficou para as 'guardiãs da tradição', depositárias dos saberes e do toque pessoal que diferencia os sabores. A Ilha das Caieiras, neste sentido, tornou-se o lugar da tradição, onde se encontra a torta capixaba, em diversos tamanhos e preços. Uma verdadeira fábrica de tortas. Os restaurantes trabalham intensamente para dar conta dos pedidos de comerciantes e particulares. O movimento de carros é intenso em procura da torta tradicional (que custa em média R$ 50,00 o quilo), mas tem outras opções de preço, onde alguns produtos são retirados, como o

bacalhau e o palmito, há também a opção da panela de barro para a torta, a invés de vasilhas descartáveis.

Ainda conforme Guilherme Santos Neves, (1976),

> Outrora, a torta tradicional era servida às oito horas da noite da Sexta-feira Santa. Hoje em dia, come-se a Torta em almoço ou jantar ou ceia, na quinta-feira, sexta, sábado e domingo - caso sobre, é claro... Aliás, as horas das refeições têm variado através dos tempos. O que não variou - e queira Deus não varie jamais - é o vezo, o costume, a tradição velha dos capixabas: de saborearem, na Semana Santa, a nossa deliciosa torta de mariscos!...

Nas Caieiras, o consumo da torta ao longo do ano, de certa forma pode representar, ainda, o exercício saudoso e nostálgico de relembrar os momentos de confraternização da Semana Santa.

Mas, como se prepara essa famosa torta? Abaixo, apresento a receita recolhida, por mim, com Dona Maroca de 84 anos, moradora das Caieiras.

> 3 dentes de alho; 1 cebola; 1 tomate, 1 maço de coentro; 1 colher rasa de azeite; 1 colher rasa de coloral; ½ copo de óleo; 5 ovos; ½ kg de palmito natural previamente cozido; 150 grs. de caranguejo desfiado; 150 grs., de siri desfiado; 150 grs., de camarão cozido; 150 grs. De ostras cozidas; 150 grs., de sururu cozido; 150 grs, de bacalhau desfiado e cozido; azeitonas, pimenta do reino; sal a gosto.

Outra receita divulgada por Guilherme S. Neves, com dona Otília Goulart Grijó, ‘cujas saborosas Tortas sempre tiveram fama em Vitória, vai para mais de oitenta anos’:

> Preparam-se todos os mariscos: siris, caranguejos, camarões, ostras, sururus do mangue ou mexilhões... bem como os palmitos. Depois de limpos, desfiados, cozidos e espremidos, faz-se o tempero com alho, coentro, azeite doce, limão, cebola e querendo, algumas pimentinhas, sem esquecer o cravo socado, cominho e pimenta-do-reino. Cozinha-se bem o tempero com banha, caldo de toucinho (toucinho derretido) e bastante azeite doce. Logo que estiver cozido, numa frigideira de barro (essencial) misturam-se todos os mariscos e o tempero, tendo o cuidado de adicionar um pouco de peixe desfiado (peixe salgado), para enxugar e ligar a torta. (Alguns usam o bacalhau). Mexe-se muito bem, deixando-se secar a água que 'chora' dos mariscos. Depois de tudo bem enxuto e seco, botam-se azeitonas. Batem-se os ovos (6, 12, 18, conforme o tamanho da torta) e com eles cobre-se esta. Cozinham-se à parte uns ovos e aplicam-se cortados, juntamente com

> azeitonas e rodelas de cebola, para enfeite da torta. Vai ao forno, retirando-se quando estiver bem coradinha. A torta deve ficar bem enxuta e seca, pois é servida fria, em fatias.

2.5.3 – A constelação simbólica do caranguejo: o nível posicional

Na década de 1990, com as mudanças ocorridas no espaço urbano, o mangue passa a integrar a paisagem da cidade, como espaço a ser preservado, por iniciativa do poder público, que toma para si, também, a valorização da cultura popular, agora como elemento de afirmação de uma identidade local. Sobretudo, a PMV encampa e impulsiona por meio de projetos, investimentos e propagandas a idéia de valorizar os elementos da cultura e da arte popular e gerar, igualmente, uma identificação mais forte dos capixabas com o Estado.

Conforme o estudo de Aldemir Luiz Garcia (2004),

> [...] alguns elementos folclóricos foram transformados em símbolos identitários num passado recente, por instituições governamentais e empresas turísticas, com o objetivo de criar uma imagem que definisse o Estado frente às outras unidades da federação, indicando seus pontos atrativos, riquezas naturais, produtos e serviços, como observamos na atualidade, por exemplo, o projeto da Rota do Sol e da Moqueca 3, organizado pelas prefeituras de Vitória, Serra, Vila Velha e Guarapari, com o apoio do ES Convention & Visitors Bureau e da EMBRATUR. O projeto tem como objetivo vender o turismo capixaba em nível nacional e internacional, oferecendo roteiros praianos associados à culinária local. Empreendimentos como este, abarcam uma série de características culturais que, destacadas pela mídia, acabam por formar um imaginário sobre o que corresponderia a uma identidade local.

O estudo de Garcia, realizado em 2004, junto aos professores da rede pública de ensino médio, sobre a identidade cultural, encontrou um conjunto de símbolos, todos eles pertencentes ao artesanato capixaba, e, obviamente, associados entre si: a panela de barro de Goiabeiras; a torta capixaba e a moqueca capixaba, nesta ordem de importância, os elementos constitutivos principais da identidade espírito-santense.

De acordo com Yúdice (2004), as manifestações culturais, na atualidade, tornaram-se recursos a serem gerenciados tendo em vista o desenvolvimento

econômico e turístico. As práticas estéticas do dia-a-dia, tais como as lendas populares, a culinária, os costumes, a música e outras práticas simbólicas, são mobilizadas no sentido de promover as atividades da industria que explora o turismo e o patrimônio cultural. Ou seja, construir um ‘cartão de visita’, ou um ‘cartão postal’ do Estado, implica em recorrer aos elementos do patrimônio coletivo, transformando-os em marcas de identificação, para distinguir-se daqueles que de algum modo poderiam parecer semelhantes.

A estratégia da Prefeitura de Vitória foi tomar alguns desses elementos ‘folclóricos’ como sinais diacríticos, sobretudo com relação aos seus vizinhos do Sudeste – Rio de Janeiro, Minas Gerais e a Bahia – todos eles donos de identidades muito fortemente delineadas e divulgadas. Tal estratégia encontrou respaldo na população, pois, diz respeito ao pertencimento à sociedade capixaba.

Podemos, então, pensar que o Estado do Espírito Santo se apropriou do caranguejo; quer como um símbolo dominante, nos grandes festivais do caranguejo, promovidos com o apoio das prefeituras, e nas caranguejadas, entre amigos e familiares; quer como um símbolo instrumental, na produção de outros símbolos focais, como é o caso da torta capixaba. Esse fato, por sua vez, justificou, posteriormente, a própria criação do *Grupo Gestor do Caranguejo-uçá*, com o objetivo de discutir, entre outras coisas, a manutenção desse crustáceo na mesa capixaba, em face das notícias sobre a chegada iminente da DCL, o que finalmente veio a ocorrer.

Nesta perspectiva, o consumo do caranguejo adquiriu um ‘consenso geral’ e ocorre em universos paralelos, quase intangíveis entre si, tais como o morador do mangue ‘pobre-favelado’, a classe média local, e o turista visitante. Mas, para todas as classes o caranguejo é uma ‘farra’, uma oportunidade de aproximação e afirmação de laços de parentesco, de amizade e de vizinhança, significa também ‘irreverência’, um momento de descontração e lazer. Para o turista, representa ‘degustar’ uma das mais ‘exóticas’ especialidades da culinária local. E, o caranguejo - que emerge da lama - perde as características associadas ao lugar de onde proveio, transformando-se numa iguaria positivamente valorada.

A propósito da posição ocupada pelo caranguejo-uçá, na constelação dos símbolos que definem a identidade capixaba, convém narrar um diálogo bastante esclarecedor. Durante um encontro ocasional com uma professora da UENF, natural do Espírito Santo e com profundas raízes neste Estado, lhe foi formulada a pergunta sobre qual era o símbolo principal da identidade capixaba. Em sua primeira resposta, ela mencionou a bandeira do Estado. Diante da solicitação de que pensasse em algo menos político, mencionou, em seguida, Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado, cujo pavilhão reproduz as cores do manto da Santa. Instada a identificar um elemento simbólico de conteúdo menos religioso, a Professora citou a panela de barro de Goiabeiras. “E dentro da panela?”, continuou o entrevistador, ao que ela se referiu, imediatamente, à torta capixaba. “E dentro da torta capixaba?” – “O caranguejo-uçá”, respondeu ela, sem titubear. Desse modo, em poucas frases, foi possível, levantar, de uma só vez, toda uma constelação simbólica, na qual o caranguejo estava presente.

3 – O Segundo Drama Social: A Doença do Caranguejo Letárgico

A única lei da história é o imprevisto. G.K. Chesterton

Durante o trabalho de campo um fato novo emergiu, trazendo consigo a enunciação de um drama para os catadores de caranguejos do Espírito Santo. Foi a confirmação, pelo IBAMA, em setembro de 2005, de um foco da *Doença do caranguejo Letárgico* (DCL) na região de São Mateus. O fato não foi uma surpresa, algo inesperado, pois, já era previsto pelas autoridades desse órgão, como o era pelos próprios catadores. Em verdade, talvez, estes últimos já soubessem extra-oficialmente do caso, pois, a doença já havia chegado ao município vizinho de Conceição da Barra, em 2004.

O litoral do ES mostrou-se vulnerável ao ataque da doença, quando esta chegou, em 2003, ao litoral sul da Bahia, assolando a população de caranguejos dos manguezais de Caravelas, Nova Viçosa e depois Mucuri, próximo à fronteira com o Espírito Santo. Os catadores, impedidos de realizarem suas atividades, progressivamente, vão a busca de outros locais onde possam trabalhar, foi, com este intento que chegaram a Conceição da Barra/ES. Segundo informações dos catadores de São Mateus, os 'baianos' vieram sorrateiros, de caminhão e acamparam dentro do mangue. Quando tentaram fazer o mesmo em São Mateus foram expulsos assim que descobertos. Tarde demais, segundo a perspectiva do IBAMA, pois, de acordo com ele, trouxeram consigo a doença.

À medida que a doença se disseminava, os órgãos ambientais buscavam descobrir soluções e atribuir responsabilidades, processo ao longo do qual revelou-se o fato de que, há cerca de um ano (2004), a Prefeitura de Conceição da Barra ocultava a presença da DCL no município, para não prejudicar o turismo local. A DCL só foi anunciada, finalmente, quando atingiu os manguezais de São Mateus, onde foi constatada e diagnosticada pelo trabalho voluntário de um biólogo[77], para uma ONG, o Instituto Goiamum, criada por ele e mais uma equipe. A repercussão da doença no local foi maior, visto que a PETROBRÁS tem aí um terminal de gasoduto e o IBAMA se faz

[77] Péricles Góes.

mais presente em virtude de reservas de Mata Atlântica e projetos de repercussão nacional, como o Projeto TAMAR.

Já em 2003, com o intuito de prevenir, ou, ao menos, procrastinar ao máximo a quase inevitável chegada da DCL ao Estado; e com a finalidade de instituir portarias, normas e regras quanto ao uso dos manguezais, e transporte dos caranguejos, provenientes de outros lugares, principalmente da Bahia, o IBAMA/ES criou o *Grupo Gestor do Caranguejo-uçá*. Este Grupo é composto por técnicos do IBAMA, técnicos do IEMA (Instituto Estadual do Meio Ambiente), da DRT (Delegacia Regional do trabalho), do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), por biólogos e cientistas sociais da universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e das Faculdades Integradas Espírito-santenses (FAESA), por representantes das Secretarias de Meio Ambiente dos municípios cercados por manguezais, pelas Associações dos Catadores de Caranguejo e por uma ONG, o Instituto Goiamum. O Grupo é coordenado por Iberê Sassi, técnico ambiental do IBAMA/ES.

O citado Grupo tomou para si a responsabilidade de articular os debates (de periodicidade quase mensal), em especial, passou a cobrar da administração pública uma definição sobre o futuro dos catadores após uma eventual interdição dos manguezais.

Para o IBAMA a solução foi interditar de imediato as áreas afetadas e, depois, todo o mangue, por um longo período – falou-se em 4, 5, 6 ou até mesmo 10 anos, abrangendo todo o litoral capixaba – proposta inicialmente rechaçada pelos catadores de São Mateus, que, num primeiro momento, atribuíram a responsabilidade pela DCL à PETROBRÁS, esta última, segundo eles, protegida do IBAMA.

Para os catadores a contaminação provém, sobretudo, da água poluída das caldeiras da PETROBRÁS. Alegam que esta lança os detritos na água, provocando a contaminação dos manguezais. Afirmam que o fato se agravou após o acidente ocorrido em agosto de 2005, quando houve um derramamento de bentonita[78].

---

[78] Bentonita, tipo de argila utilizada em 'lama de perfuração' de poços de petróleo. Também é largamente utilizada pela indústria, inclusive, na indústria farmacêutica, nas vinícolas, como elemento clarificador e clarificante de vinhos e sucos.

Segundo os catadores a mortandade é verificada no sobe-e-desce da maré. Dizem que quando a ‘maré baixa’ deixa um rastro de morte e desespero. O testemunho freqüente da mortandade dos animais trouxe-lhes desânimo e uma sensação de impotência, e os leva, cada vez mais, à convicção de que o problema está na água.

O IBAMA, por outro lado, foi enfático em atribuir aos ‘baianos’ a responsabilidade da doença no Norte do Estado. O IBAMA queria fazer deles (os baianos) o ‘bode expiatório’ do processo desencadeador da crise, e para tanto, recomendou aos catadores vigiar e denunciar caso avistassem algo suspeito como novos acampamentos dentro do mangue (leia-se, a presença de baianos nos manguezais). Os catadores, não se mostravam muito convictos dessa suspeita, e buscavam mobilizar seus conhecimentos de outro modo, observando o que ocorria no mangue, com o caranguejo, a água e a poluição atribuída, principalmente, à PETROBRÁS. Pois, assumir o discurso do IBAMA era aceitar serem eles próprios futuros disseminadores da doença.

Atribuir aos ‘baianos’ isentava de responsabilidade os órgãos ambientais, principalmente, o IBAMA. Eximia-o de não ter tomado as devidas providências para que a doença não chegasse ao Estado. Nas primeiras reuniões, insistia o Coordenador que ‘foram eles’ os responsáveis pela catástrofe que atingia agora os manguezais. Mas os catadores expulsaram os ‘baianos’ não pelo alerta de Iberê, mas, porque competiam por recursos escassos.

O Grupo Gestor do IBAMA criou, ainda, o ‘*Projeto SOS Caranguejo-Uçá’,* com a finalidade de captação de recursos para financiar projetos que contemplassem a pesquisa científica da DCL, a educação ambiental e a ação social, por meio de projetos que visassem à inserção dos catadores e seus familiares ao mercado de trabalho.

3.1- A construção da DCL

No esquema do drama social turneriano, a *“Doença do Caranguejo Letárgico*” (DCL) representa o evento perturbador, a ruptura do fluxo dos eventos cotidianos, a origem, propriamente, do drama. Como é de grande importância conhecer a natureza

desse evento desencadeador, apresento, abaixo, uma breve narrativa sobre o surgimento da DCL e de sua propagação, bem como, a tentativa científica (até aqui frustrada) em diagnosticá-la.

A DCL apareceu, inicialmente, no Nordeste e desde então vem se espalhando pela costa brasileira, transformada numa epizootia de proporções consideráveis. Segundo dados oficiais (do IBAMA) o histórico da doença é o seguinte: Sergipe, 1996; Pernambuco, 1997; Piauí, 1998, Pernambuco, outra vez, 1999 (novo foco da doença); Rio Grande do Norte, 2000; Ceará, 2001; Pernambuco, 2002, (reincidência); Bahia, 2003; Espírito Santo, 2005.

Quanto à fenomenologia do mal, o caranguejo acometido pela doença apresenta um comportamento característico, perde a mobilidade, os reflexos, sua reação é lenta (letargia), não reage à aproximação, e espuma fora de época. Os caranguejos são encontrados sujos de lama, o que é atípico, pois, nunca ficam sujos apesar de viverem na lama, e, exceto no período reprodutivo, não passam a espuma pelo corpo. Os olhos e pinças do animal ficam caídos, suas patas arriadas, sua cor fica amarelada, puxando para o vermelho. Esta doença mata num período de 12 (doze) horas, após a contaminação, devastando, em pouco tempo, toda a população de *Ucides cordatus* [79].

Um fato curioso é que esta doença não afeta os filhotinhos, apenas os caranguejos acima de 4 cm, quando entram no ciclo reprodutivo, por isto, não se pode esperar uma interdição de menos que 5 anos, segundo o IBAMA/ES.

Há oito anos biólogos e ambientalistas buscam um diagnóstico sem sucesso para esta doença. Um destes estudos ocorreu em 2005, a pedido do IBAMA/BA, e o biólogo, Walter Berger, da Universidade Federal do Paraná, analisou tecidos de caranguejos em laboratório e identificou um fungo escuro, oportunista, *exophiala* (semelhante às leveduras de cerveja), que se propaga pelas células e destrói o sistema digestivo e nervoso do animal. Concluiu ser esta a causa da doença e a batizou com o nome de “Doença do Caranguejo Letárgico” (DCL). Porém, este resultado suscitou dúvidas, pois, este fungo se encontra em 100% na natureza, é um fungo decompositor,

[79] Todos os dados sobre a DCL foram divulgados durante as reuniões do Grupo Gestor do IBAMA/ES.

que sempre ataca os animais mortos. Fala-se que, talvez, esse fungo tenha sofrido uma mutação.

Yara Schaffer-Novelli (bióloga da USP) especialista neste ecossistema, e também por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará[80] defendem a hipótese, de que a doença estaria relacionada com o cultivo do camarão, e seria oriunda das carciniculturas (criatórios de camarão) nas fazendas do Nordeste, próxima aos locais onde ocorreram os primeiros focos da DCL. As carciniculturas utilizam antibióticos, adubos químicos, suplementos minerais e a maioria dessas fazendas não conta com bacias de sedimentação e laçam diretamente seus efluentes na água de rios, lagoas e estuários, causando elevadíssimos danos ambientais.[81] Mas há dúvidas quando ao patógeno e sobre o mecanismo de dispersão.

De acordo, com Iberê Sassi há registro desta doença em larvas de camarões importados da China e da Malásia, as larvas chegaram aqui contaminadas e afetaram os caranguejos dos manguezais brasileiros e caribenhos. “Estão causando uma morte silenciosa dos manguezais e, há omissão dos nossos governantes que ignoram o fato”.[82]

O IBAMA/ES tomou também a iniciativa de enviar amostras (seis caranguejos), para um patologista argentino, Dr. Sergio Matorelli, que nelas encontrou o mesmo fungo, similar ao encontrado pelo pesquisador Walter Berger. Mas, as dúvidas permanecem e há várias hipóteses. A única coisa da qual se tem certeza, segundo o IBAMA, é de que não se trata de poluição provocada por esgoto doméstico ou industrial: o IBAMA argumenta que, dentre os estuários do Espírito Santo, a Ilha do Lameirão é a que maiores impactos sofrem, em virtude da poluição e devastação. Apesar disso, no entanto, a doença ainda não se manifestou no local. Esse órgão defende ainda que a disseminação da doença de um mangue para outro deve ocorrer

---

[80] Estes especialistas estiveram presentes na XVI Feira do Verde, realizada em Vitória, entre os dias 20 e 21 de setembro de 2005.

[81] (www.redmanglar/Impactos Ambientais.doc. Acesso em: 16/02/2006).

[82] A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou relatório de um grupo de estudo que avaliou durante dois anos os impactos da carcinicultura sobre os mangues. E eles são graves. Vão desde a modificação do fluxo das marés, que elimina a vegetação e a fauna de caranguejos e moluscos, destruições de paisagens, ocupação de terras devolutas e da Marinha, degradação de bacias hidrográficas. No Nordeste, o número de fazendas de camarões passou de 20 em 1985 para 905 em 2003. (www.eco@tvcultura.com.br). Washington Novaes, jornalista, é supervisor geral do Repórter Eco e consultor de meio-ambiente da TV Cultura. Acesso em: 02/07/06.

pelos próprios caranguejeiros – à primeira vista, o único fator comum aos diferentes locais onde a doença se manifestou.

Por outro lado, os catadores desconfiam de qualquer posição do IBAMA, inclusive, dos diagnósticos apresentados. Para eles, à vontade deste órgão é vê-los longe dos manguezais. Por isto, solicitaram ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de São Mateus, Sr. Antenor Malverdi Filho, um laudo que comprovasse, de fato, tal doença.

O Secretário e os catadores de seu município encaminharam para o Dr. Walter A. Berger da Universidade Federal do Paraná, novas amostras do caranguejo-uçá. E se confirmou o resultado: a DCL está, de fato, presente nos manguezais da região de São Mateus. O diagnóstico foi apresentado na última reunião do Grupo Gestor, realizada em 13 de fevereiro de 2006, respaldando as posições do IBAMA.

3. 2 – Os Catadores de São Mateus e a DCL: O Drama Social em aberto

O período do defeso do caranguejo (01/10 a 30/11) suspende a atividade da cata. Este interdito, no entanto, parece aumentar as expectativas do seu retorno. Com a entrada do verão, espera-se dele um acréscimo significativo de renda, inclusive para compensar as restrições provocadas pelo defeso em matéria de ganhos.

Para os catadores de Campo Grande e do Nativo, distritos de Barra Nova, região de São Mateus, a DCL foi o anuncio de uma tragédia; um desastre, ou ‘uma tsunami’ como eles se referiam ao fato, quando de sua divulgação na imprensa, em meados de setembro de 2005.

O distrito de Campo Grande e do Nativo de Barra Nova dista 60 KM de São Mateus e, situa-se à beira do rio Muriricu que juntamente com os rios Cricaré e São Mateus formam o estuário de Barra Nova, em um dos maiores mangues do Espírito Santo, perfazendo uma área total de 11,85 Km^2. É uma área rural, onde as atividades econômicas predominantes constituem-se da coleta de crustáceos, pesca e, de atividades agropecuárias. É, também, uma região em transição em virtude do aumento das atividades de extração, produção e transporte de gás e petróleo.

O estuário de Barra Nova foi transformado em Estação Ecológica, pela lei Orgânica Municipal de São Mateus, (Lei nº 001/90) e, revogada através de emenda nº 001/2002. Esta revogação contribuiu para os interesses da PETROBRÁS, para a construção do Terminal Marítimo Norte Capixaba.

Os residentes locais são compostos principalmente por pescadores, catadores de crustáceos e mariscos e, ainda, apresenta certo grau de isolamento, devido ao acesso dificultado pelas condições precárias das estradas vicinais. De acordo com o 'Projeto Caranguejo da UFES'[83], as estimativas populacionais calcularam um número aproximado de 250 habitantes, dos quais pelo menos 150 pessoas trabalham na cata do caranguejo, incluindo crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Em torno de 57% tem como única fonte de renda a cata do caranguejo. Os demais 43% têm como segunda fonte de renda a agricultura e a pesca. Na época da pesquisa a renda média das famílias oscilava entre R$ 133,80 (meses considerados ruins) e R$ 265,00 (meses considerados bons). Na Grande Vitória estes dados estavam entre R$ 173,53 e R$ 381,55. Segundo este Projeto, há todo um sistema de produção que gira em torno do caranguejo, incluindo o catador, o atravessador[84], o atacadista, o varejista (vendedor de rua), os comerciantes (proprietários de bares, quiosques, restaurantes etc) e os consumidores.

Estes dados contrastam fortemente aqueles divulgados, na imprensa, durante as primeiras reuniões do Grupo Gestor com os catadores de São Mateus. Segundo tais informações, os próprios catadores teriam afirmado que, durante o verão, chegavam a catar 30 dúzias de caranguejo[85], por semana, e, por estarem mais longe dos centros consumidores, dependiam de atravessadores para colocar seu produto no mercado. Os atravessadores comprariam a dúzia por R$ 5,00 e a revenderiam por R$ 10,00 aos restaurantes de São Mateus, Linhares, Vitória e Vila Velha.

Os catadores de Campo Grande de Barra Nova são bem articulados politicamente. Em 2000, criaram, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente de São Mateus a Associação de Caranguejeiros de Barra Nova (APESCA), atualmente com

---

[83] Dados levantados através de entrevistas de campo, em 2003.
[84] Esta figura nem sempre existe. Não se encontra, por exemplo, na Grande Vitória graças à proximidade do mercado consumidor. Aparece, no entanto, no caso de São Mateus, onde a distancia do mesmo e a inexistência de articulações cooperativas, é indispensável.
[85] *Cf.,* Jornal Notícia Agora de 13 de setembro de 2005.

cerca de 200 filiados. O diretor é o Sr. Adeci de Sena, que é, também, funcionário da Secretaria de Meio Ambiente daquele município.

Ainda segundo as informações veiculadas na imprensa – *A Gazeta*, a *Tribuna, Notícia Agora* – pelo IBAMA, há cerca de 1050 catadores no Estado e para cada catador há outras quatro pessoas que vivem direta ou indiretamente da captura desse crustáceo. Ou seja, cerca de 5000 pessoas, estariam, em conjunto, movimentando, anualmente, cerca de R$ 48 milhões, na economia capixaba, cabendo, em média, ao catador cerca de R$ 760 por mês, como indicado na tabela abaixo.

Tabela de Produção (cata) e Faturamento					
Faturamento bruto/anual (R$)	**Cata bruta anual (dúzias)**	**Cata anual por Catador (dúzias)**	**Cata por Mês por catador (dúzias)**	**Cata média por incursão**	**Faturamento médio mensal (R$)**
48 milhões	6 milhões	5.700	477	15 dúzias	760,00

Fonte: IB Fonte: IBAMA

Ora, embora reveladores quanto à importância que o caranguejo tem para a economia capixaba, os dados desta tabela parecem, ao menos no que tange ao faturamento mensal médio dos catadores, consideravelmente superestimados, quando os comparamos aos valores levantados pelo Projeto ‘Caranguejo’ da UFES, segundo o qual os ingressos mensais do catador chegam, se reduzem, na melhor das hipóteses, a R$ 265, em São Mateus, e a R$ 381,55, na Grande Vitória.

Sejam quais forem os valores precisos, fato é que o crustáceo se transformou no centro de vários ‘Festivais do Caranguejo’, o primeiro deles realizado, no ano de 2001, em Campo Grande de Barra Nova, por iniciativa da APESCA e sob o patrocínio da Prefeitura de São Mateus e da PETROBRÁS. Em 2004, esse festival passou a ser realizado em outros locais do Estado, entre eles Anchieta, Aracruz e Sítio Porto das Pedras, em Cariacica.

Em 2003, a festa foi aberta com uma missa campal, à qual se seguiram várias outras atividades, tais como: palestras; campeonato de futebol; caminhadas; vídeos; shows musicais; comercialização de produtos temáticos; exposição de um varal fotográfico; e, sobretudo, a degustação de pratos à base de caranguejo. Foram dois dias de festa. Muitas pessoas acamparam no próprio local do evento, pois, o lugar possui uma única pousada em Urussuquara e dista 15 Km de Barra Nova.

O festival de Campo Grande, em São Mateus, se tornou um evento importante não só para os catadores daquela localidade, mas, também para o município. Passou a fazer parte do calendário oficial, sendo anunciado em cartazes por todo o Estado e em propagandas de TV.

Neste ano (2006), a Festa ocorreu, mas apenas no mês de maio e não, como as anteriores, no mês de abril. Além disso, o evento passou a ser chamado de “Festival do Caranguejo e da Pescadinha”. O caranguejo consumido no evento foi importado de outros municípios da região, cumprindo-se a palavra do Presidente da APESCA, que, num momento em que sua realização era, ainda, incerta, prometera: “a festa acontecerá de qualquer maneira, nem que tenha que importar caranguejo”.

Apesar disso, não há como esconder que a confiança foi abalada, a partir do momento em que o IBAMA divulgou a chegada da DCL ao Estado, episódio noticiado pelos principais periódicos do Espírito Santo. [86] Desde então, os catadores de São Mateus vivem os dissabores da rejeição de seu produto. Nos restaurantes de Vitória, segundo os garçons, os clientes só fazem o pedido depois de confirmar a procedência do caranguejo. Tudo isso a despeito de os técnicos do IBAMA terem divulgado notas detalhando as características do animal doente e enfatizando a impossibilidade da

[86] Jornal a Gazeta; Tribuna; Notícia Agora e nos jornais televisivos: Gazeta; Tribuna; Record e Bandeirantes.

contaminação de seres humanos, na medida em que ninguém compra caranguejo morto.

As muitas incertezas que cercam uma doença desconhecida aumentam as suspeitas, e, no caso, por princípio de precaução, os consumidores evitam o risco de se exporem a algo que a própria ciência tem dificuldade de diagnosticar com maior precisão. Mas, como controlar a procedência do produto? A afirmação de que o caranguejo servido não é de São Mateus não satisfaz o consumidor, pois como poderá este ter certeza de que ela é verdadeira, sabendo-se que o mercado da Grande Vitória é abastecido, em grande parte, com pencas de caranguejo vindas do Norte?

Sendo o caranguejo, como vimos, um dos principais pratos da culinária capixaba, motivo para festivais e comemorações, em diferentes lugares, a proibição da cata, não é decisão fácil, tanto que o IBAMA/ES criou um mecanismo institucional – o *Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá* – para buscar soluções, isto é, formas de intervenção que sejam plausíveis e palatáveis para todos os atores envolvidos.

Esse Grupo Gestor se constituiu como o mecanismo reparador por excelência, cabendo-lhe, pois, um papel de grande relevância, no drama social aqui analisado. Sobretudo porque, em torno da atividade da cata, se criou, não apenas todo um sistema produtivo, envolvendo um número significativo de pessoas e mobilizando valores econômicos igualmente importantes, mas, também, porque ela conferiu ao caranguejo-uçá um grande valor simbólico no que tange à identidade cultural do Estado do Espírito Santo e da sociedade capixaba.

A seguir apresento a etnografia das reuniões que considero cruciais para a compreensão do processo dramático, que, por ora, vem num crescendo, rumo ao clímax de uma crise anunciada, em face da qual não podem ficar indiferentes todos esses atores que o caranguejo-uçá reúne, ao mesmo tempo em que os divide. Se os catadores do Norte capixaba estão no seio do drama, convivendo diretamente com ele, os catadores da Grande Vitória e de outros locais, mais ao Sul, encontram-se, ainda há pouco, na soleira do processo, de sobreaviso, mas já à beira do desastre.[87]

---

[87] A doença foi confirmada em Vitória em maio de 2006, oito meses após a ocorrência em São Mateus.

3. 2.1 – As Reuniões: As muitas vozes do drama

A Ruptura

O coordenador do Grupo Gestor, Iberê Sassi, técnico ambiental do IBAMA/ES divulgou oficialmente, no dia 13/05/05, a presença da *"Doença do Caranguejo Letárgico*", nos manguezais de São Mateus*.* Em entrevista aos principais jornais: *A Gazeta, A Tribuna e Notícia Agora*, e, também, à *TV Gazeta/ES*. No jornal *"Bom dia Espírito Santo",* às 6:30 h, da manhã, Iberê Sassi informou o fato e convocou as pessoas interessadas para uma reunião na sede do IBAMA, em Vitória no dia 15/09/05.

A Gazeta assim anunciou em primeira página, no dia 13/09: 'Doença pode impedir a cata do caranguejo por seis anos no Estado'.

O Jornal *Notícia Agora*: 'Doença afeta a cata do caranguejo. Saída será trazer do Pará'.

A Tribuna, no dia 16/09/06: 'IBAMA interdita mangue no Norte. Venda do crustáceo começa a cair. Catadores fazem protesto durante reunião'.

Na *A Gazeta* do dia 20/09/05: 'catadores garantem 6 mil caranguejos sadios em Aracruz', referência ao 1° festival do caranguejo para comemorar o aniversário daquela cidade.

Como vimos, já havia o prenúncio desse desastre ambiental, porém, só *ex post facto*, o IBAMA/ES decidiu reúnir em assembléia os diferentes atores sociais para debater o assunto e tomar medidas para minorar os impactos da DCL nos manguezais e sobre a economia capixaba. Neste momento vem à tona o drama que já se iniciara há algum tempo.

A publicização da doença resultou na quebra de uma norma e também de uma etiqueta, pois, os catadores diretamente afetados pelo evento, foram informados pela imprensa, o que resultou, de um dia para outro, numa queda brusca das vendas do caranguejo, uma 'tsunami' como diziam, referindo-se ao fato. Com isso houve uma cisão dentro do Grupo Gestor, já na primeira reunião. Esta deveria ter sido

encaminhada sobre uma base consensual, mas a forma abrupta de divulgar a doença provocou uma ruptura, desencadeando um drama social, pois, segundo Turner:

> [...] um drama social se manifesta inicialmente com a ruptura de uma norma, a infração de uma regra moral, legal, consuetudinária ou de etiqueta, em alguma arena pública. Esta ruptura é vista como a expressão de uma clivagem de interesses e lealdades mais profunda do que aquela que aparece na superfície. (1980: 12).

Esse desastre ambiental, cujo encaminhamento se deu com a formação do Grupo Gestor - com intuito de reparar o drama social advindo com a DCL -, também ocasionou conflitos nas relações entre os grupos sociais. Esses foram gerados quando o próprio Coordenador divulga a doença na imprensa, o que resulta numa cadeia de reações. Primeiro, a interrupção da rotina dos catadores que viram ruir, diante de si, sua principal fonte de renda. Segundo, a ruptura nas relações de confiança entre vendedores e consumidores do caranguejo inaugurou um período de desconfiança generalizada. A interrupção do fluxo ordinário de um sistema de relações, sobretudo da vida de um grupo social, conduz a um processo de mútuas acusações e busca de 'alocação de responsabilidades'.

3.2.2- A primeira reunião - 15/09/05

A Crise

> A crise vai num crescendo e configura um momento de tensão ou de decisão nas relações entre os componentes do campo social – no qual a paz aparente se transforma em evidentes conflitos, tornando visíveis os antagonismos latentes. Toma-se partidos. Forma-se facões e, a menos que o conflito possa ser rapidamente circunscrito a uma área de interação social, a ruptura tende a se ampliar e espalhar até coincidir com alguma linha de clivagem no conjunto mais amplo das relações sociais relevantes, ao qual as partes em confronto pertencem. (Turner, 1980: 13).

O problema social advindo da questão ambiental conduz a diferentes compreensões e percepções. Uma catástrofe é geradora de infortúnios e, normalmente, atinge em proporções maiores as populações mais carentes e, no caso de uma epizootia, como se tem caracterizado a DCL, os grupos que depende diretamente da

cata são os mais atingidos, e, por isto mesmo, sua reação mais dramática, quando seus direitos e sua identidade são postas em jogo. Durante a fase de crise os conflitos são expostos e os diversos atores tomam posição frente ao drama social estabelecido. Desse modo, as reuniões do Grupo Gestor são o palco onde se observa o movimento de personagens na tentativa de constituir alianças e clivagens políticas para a composição do conflito.

No dia da reunião, estão presentes vários personagens. Os catadores de São Mateus comparecem em maior número (45 pessoas), e trazem consigo uma grande faixa com os seguintes dizeres: "*Os catadores de caranguejo de Campo Grande de Barra Nova exigem a verdadeira versão dos fatos*". Também havia representantes de catadores de outras localidades, como Vitória e Serra; representantes de prefeituras – Secretarias de Meio Ambiente, IEMA, o Procurador estadual do IBAMA, a Colônia Z-13 de São Mateus, um representante da PETROBRÁS, pesquisadores interessados no assunto, a imprensa local, o Sindibares (Sindicato de Bares e Restaurantes), atravessadores, um representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), do INSS, um biólogo, representante do Instituto Goiamum e técnicos do IBAMA, que compõem o Grupo Gestor desse órgão. Diversos atores políticos na busca de um consenso, de uma proposta.

A agenda do IBAMA era clara e o Sr. Iberê Sassi, na qualidade de Coordenador do Grupo Gestor, abriu a reunião dizendo:

> Estamos aqui para proteger o manguezal e os povos que dele vivem. Dada a velocidade da doença que é maior que a capacidade de gestão, o IBAMA deve buscar salvaguardar o que resta. Para isto, tentou-se através de legislação/portarias barrar a entrada da doença, porém, impedimentos legais, indiferenças e incompreensões impediram o avanço das discussões junto às instâncias superiores do IBAMA em Brasília e do Ministério do Meio Ambiente. A missão do IBAMA é proteger o meio ambiente, a questão social deve ser discutida, por meio de parcerias, com os diferentes grupos aqui presentes, que, junto com o Grupo Gestor discutirão e acatarão propostas para minimizar os efeitos sociais. Não estamos nos furtando à questão social. O mangue é frágil e está ameaçado, não é de competência do IBAMA lidar diretamente com os impactos sociais, por isto, solicita que outros órgãos institucionais venham formar parcerias na busca de soluções. Portanto, o caminho deve ser positivo e não conflituoso.

E continuou:

> Que não é a intenção do Grupo Gestor achar um culpado e que o IBAMA do Espírito Santo, através do Grupo Gestor, tem trabalhado intensamente há vários anos e que foi conquistando um processo de gestão avançado, através de uma luta permanente para tentar proteger o mangue e os povos que dele vivem.

Entretanto, o Presidente da Associação de Catadores de Barra Nova, (APESCA) Sr. Adeci de Sena, e os catadores presentes tinham o sentimento de revolta,em função do modo pelo qual foram divulgadas as notícias na imprensa, e não se mostravam convencidos da doença, e muito menos estavam dispostos a um diálogo consensual, como esperava o Coordenador da reunião. De acordo com o Presidente da APESCA:

> Trouxemos aqui 45 catadores para este seminário, porque estamos indignados com a forma como a notícia saiu em primeira página na Gazeta, foi como o tsumani, o Catherine [furacão Katrina, atingiu os EUA em 2005], que arrasou a nossa comunidade. O caranguejo não está sendo vendido na Pedra (mercado municipal de São Mateus), não há doença no manguezal, queremos um laudo comprovando a doença, como vai ficar a comunidade? Não é a PETROBRÁS ou a Prefeitura que vai nos sustentar, queremos respeito e solução para a comunidade. Por que não foi primeiro discutido com a comunidade? Fizemos um abaixo assinado protestando contra o seu Iberê, e agora o que o Sr vai fazer? O Sr. tem seu emprego, seu salário de funcionário federal garantido, e nós, eu pergunto, como vai resolver?

A tesoureira da Associação foi mais contundente e levantou uma suspeita: *"Houve precipitação na divulgação, sem um laudo preciso, foi irresponsabilidade, quem me garante agora que não seja colocado o caranguejo doente para fechar o mangue?".*

O Secretário de Meio Ambiente de São Mateus, Sr. Antenor, e o representante da Colônia Z-13 também criticaram o Coordenador Iberê Sassi por não ter comunicado o grupo local antes de anunciar nos jornais. *"Antes de tudo deveria buscar meios de sustento para as famílias antes de jogar essa notícia irresponsável, um ato de irresponsabilidade do seu Iberê porque agora ninguém quer consumir",* dizia o representante da Colônia de Pesca Z-13.

Segundo o Secretário de Meio Ambiente de São Mateus, o IBAMA não pensou nas conseqüências, isto é, nos impactos sociais e econômicos sobre as famílias: *"Colocar em primeira página e a forma como noticiou, assustou a comunidade capixaba. Protestamos contra a forma como foi veiculada e a não comunicação em primeiro lugar aos interessados".*

Os manifestos dos membros da APESCA e do Secretário do Meio Ambiente de São Mateus mostraram que, conforme preconiza Turner, o drama social irá evoluir para um 'jogo de forças' e para 'novas relações entre os grupos sociais'. E, de fato, é o que se constata nas reuniões subseqüentes, tanto entre o IBAMA e os demais atores, quanto entre os catadores e as prefeituras. Até mesmo nas reuniões dos próprios catadores aparecem divergências.

O Coordenador Iberê Sassi afirmou nos jornais a existência da doença há mais de dez anos, e que neste período não houve nem um registro de qualquer efeito na saúde de seres humanos, uma vez que o caranguejo é comprado vivo e, caso esteja doente, não resiste a simples manipulação[88]. Os consumidores, no entanto, preferiram agir com precaução[89] diante de uma doença desconhecida, e evitaram o seu consumo.

Os técnicos do IBAMA estavam visivelmente surpresos e contrariados com a situação, pois pareciam não contar com aquele desfecho. O Coordenador, então, respondeu: *"sempre tive transparência nas minhas ações, a comunicação foi correta e o IBAMA responde por ela, a intenção foi causar alarme para que a sociedade tome providências".*

Diante do impasse estabelecido entre catadores e o Grupo Gestor do Caranguejo Uçá, Iberê Sassi recorreu aos especialistas para legitimar a sua argumentação, apresentando o laudo do Dr. Sergio Martorelli, patologista argentino, e assim, levou o problema a patamares mais elevados, acionou outros interlocutores, o que ampliou a polêmica e reduziu a ação dos demais envolvidos: o Coordenador leu o laudo que tinha em mãos para a platéia e solicitou a Péricles Góes, biólogo especialista nesse crustáceo, que apresentasse os dados de sua pesquisa feita no local. Este confirmou a doença e apresentou fotografias dos caranguejos ressaltando que *"o comportamento do caranguejo encontrado em São Mateus é o mesmo do sul da Bahia, não há duvidas de que é a doença que chegou ao Estado, não se sabe se já está em outros manguezais do Espírito Santo, apesar dos boatos de que ela já tenha chegado em Vitória".*

---

[88] Jornal A Gazeta, Tribuna, 15/09/05 e 02/05/06.

[89] Cf. Novo Dicionário Aurélio. Ed, Nova Fronteira. Precaução é substantivo do verbo precaver-se (do latim prae = antes e cavere = tomar cuidado) significa prevenir, acautelar-se, tomar cuidados antecipados diante de efeitos indesejáveis ou de proteger-se contra riscos. Uma vez alardeado o fato a reação foi suspender o consumo e os catadores, por sua vez, privados de sua fonte de renda.

Com esta medida do Coordenador, as ‘acusações mútuas’ começam a ganhar maiores proporções, pois os catadores argumentavam que não se tratava da DCL; desconfiavam dos laudos apresentados e diziam que a mortandade dos caranguejos se restringia a um foco onde houve acidente na PETROBRÁS com ‘bentonita’. O representante da PETROBRÁS se defendeu argumentando que se tratava de material inerte, de baixa toxidade, e que a empresa já havia feito laudo, mas se comprometeu a apresentar novo teste laboratorial, do mesmo modo, o IEMA se comprometeu a fazer testes laboratoriais da água.

O Sr. Josean de Castro Vieira (Joca), engenheiro agrônomo membro da ONG Instituto Goiamum, lembrou que muitas coisas em prol dos manguezais foram feitas desde 1997 (se referindo, inclusive, a implementação da EEMIL), e disse que não podia fazer críticas ao *Grupo Gestor do Caranguejo-uçá.* Afirmou ter um sentimento de incapacidade diante da situação e lamentou o exagero na precaução, antes da doença, e não depois, pois as informações obtidas já eram suficientes para conhecer os sintomas da DCL.

O impasse e as discussões acaloradas não permitiam que as discussões avançassem. Nesse momento entra em cena um personagem, que estivera até ali calado, mas que era central no embate envolvendo as partes: o Procurador Estadual do IBAMA – Dr. Bento Adeodato. Como representante jurídico deste órgão no Estado, deixou claro o papel e a posição do mesmo em face do caso:

> Nas vistorias, foi detectada a possibilidade de haver a doença, pelas características nas quais os caranguejos foram encontrados. Pelo princípio de precaução[90], uma vez que há o risco eminente, rege que o mangue tenha que ser interditado. Nesse trecho existe um protozoário, um fungo, ou vírus que com poucos dias arrasa toda a população de caranguejo. Aqui o objetivo é não perder o foco, falando juridicamente e avaliando os procedimentos. Os manguezais, assim como os minerais, pertencem à União e são patrimônios de toda a sociedade brasileira e, pela lei, se existe um risco de propagação da doença, a interdição será inevitável. Vamos baixar portarias, vamos utilizar os aparatos jurídicos e a lei, porque se existe degradação ambiental, risco de

[90] A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, adotou, em sua declaração de princípios, o denominado *princípio da precaução*, assim redigido no item 15 do texto: “De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”. (WWW.direitoambiental.com.br. Aceso em: 02/03/06).

> contaminação, doença, o IBAMA, órgão responsável, tem que agir, tem que interditar, independente dos efeitos sociais, caso contrário, será responsabilizado por omissão. O Procurador vai agir, vai cobrar dos técnicos, vai acionar o Ministério Público, para ele agir. Então, vamos agir aqui objetivamente, os efeitos sociais são atribuições de outras instituições. É claro que este órgão também se preocupa com esta situação, mas não está na alçada dele resolver este problema. Não podemos garantir uma renda para os catadores. Quem está no mercado está sujeito às ações do mercado, a lei do mercado. Não fomos nós que criamos as leis de mercado, de comércio. Os efeitos sociais são inerentes às situações constrangedoras como esta. Não cabe aqui buscar culpados, ninguém inventou esta doença, o problema é real, existe de fato, e se for comprovado vou mandar fechar e interditar pelo tempo que for necessário. Disto eu não tenho a menor dúvida. Por exemplo, quando uma fábrica de veículos deixa de vender por algum motivo, há que corrigir a distorção, não é possível dividir a parte boa da parte ruim. O que se busca aqui é solução, qual o mecanismo para agir tanto para a interdição, quanto para o amenizar os efeitos sociais. O seguro desemprego pode ser uma alternativa, neste momento.

Um profundo silêncio se seguiu a estas palavras. Foi uma perplexidade geral, mas ninguém contestou o que tinha sido dito. A autoridade maior presente na reunião tinha sentenciado a decisão a ser tomada.[91]

O Procurador invocara a Lei e os princípios do direito ambiental contra a resistência dos catadores, lembrando que, diante da possibilidade de risco iminente é a Lei escrita que legitima a ação. Os direitos dos catadores, com base no costume, devem ser reivindicados em outras instâncias competentes, como prefeituras, INSS e DRT. Ao IBAMA cabe cuidar do meio ambiente, segundo as normas da legislação pertinente.

> Se existem fundamentos de ordem científica para concluir-se que uma determinada atividade causa degradação ambiental ou é suscetível de causá-la, por força do princípio da precaução torna-se indispensável adotarem-se medidas eficazes para impedir essa atividade, ainda que o seu caráter lesivo seja passível de contestação científica. A probabilidade – nela incluída a idéia de risco sério e fundada - da ocorrência de uma degradação, ainda que não haja certeza científica absoluta, impõe a adoção de medidas para impedi-la ou obstá-la, inclusive pela via judicial[92].

---

[91] No *drama social* cria-se aguda consciência, não só de *um* direito, de uma justa pretensão, violada (ou em vias de sê-lo), mas também *do* direito, quer dizer, do mecanismo de composição do conflito, com suas estratégias possíveis, dentro de um quadro de normas. (Mello & Vogel, 2004: 282).

[92] MIRRA, Álvaro L. Valery. Direito Ambiental: O Princípio da Precaução e sua Aplicação Judicial. Publicado na Revista de Direito Ambiental, n. 21, janeiro/março de 2001. (WWW.direitoambiental.com.br. Acesso em: 02/05/06).

Marcel Mauss (1972: 240) observa que “o costume apresenta sempre um caráter um pouco difuso; não toma conhecimento de si próprio senão a propósito de casos precisos”. A *ordem costumeira* que se fundamenta nos valores da tradição e na experiência invoca o passado e seus saberes. Para os catadores um fato extraordinário ocorreu, mas este não foi provocado pelo modo em que sua atividade é realizada, mas por fatores externos, como poluição da sociedade moderna.

Mello & Vogel (2004), muito apropriadamente, traduziram este tipo de fenômeno:

> Por isso, convém assinalar, ainda, outra convergência da perspectiva de Mauss com a ‘escola inglesa, na medida em que chama atenção para o “caráter de intimidade e comunidade profundamente sentido” do direito. Análogo é o ponto de vista dos ingleses, desde Radcliffe-Brown e Max Gluckman. Eles também não separam a *lógica* da disputa judicial em torno de regras que se pretendem quebradas, do *sentimento,* que, necessariamente, acompanha contendas. Sustentam mesmo, com Turner, que é no contexto dramático de sua atualização que *essas regras* haurem sua potência afetiva, sem a qual normas e procedimentos não passariam de valores e ritualismos vazios, incapazes de suscitar a adesão da comunidade. (Mello & Vogel, 2004:282-83).

Após o pronunciamento do Procurador, qualquer polêmica que ainda havia em relação ao destino dos manguezais foi interrompida. Partiu-se, então, para a discussão de outras questões. Inicialmente, discutiu-se a interdição dos focos da doença, e depois, foi decidida a antecipação do ‘defeso’ do caranguejo, que estava previsto para começar no dia 01/10/05, e que foi antecipado em 15 dias. As autoridades teriam, então, 75 dias para acompanhar a evolução da doença e providenciar um laudo que, de fato, comprovasse ou não a existência da doença naquele mangue.

As reuniões subseqüentes, com este grupo de São Mateus, foram para discutir propostas alternativas de controle da doença, como, por exemplo, aumentar o tamanho permitido para a cata de caranguejos com a carapaça medindo para 7cm, ao invés dos 5cm anteriores. Isto permitiria que o caranguejo se reproduzisse pelo menos 3 vezes,

uma vez que ele começa a se reproduzir quando atinge 4 cm. Esta proposta não foi aceita, pois caranguejos com 7 centímetros de carapaça são uma raridade.

A proposta implementada pelo Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá foi a das 'Guias de Transporte' para o controle e comercialização do caranguejo. Determinou-se que os catadores só poderiam comercializar, a partir de então, com esta guia que, além de identificar o catador, teria informações da origem da cata, da quantidade, do destino etc. Esta guia nasceu da solicitação do IBAMA/ES ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e foi instaurada em Portaria (nº 34) publicada no Diário Oficial da União, em 28 de setembro de 2005.

Uma das propostas do Grupo gestor foi investir em pesquisa por meio do '*Projeto SOS Caranguejo-uçá'*, que até o momento angariou fundos da ordem de R$ 150.000, visando constituir um núcleo de pesquisa sobre a doença em parceria com as universidades locais (UFES/FAESA). O Grupo Gestor também busca parcerias com empresas para o financiamento de projetos que contemplem, além da pesquisa, atividades de educação ambiental, bem como alternativas de emprego e renda para os catadores, que se tornariam parceiros dos projetos de preservação e conservação do caranguejo em todo o mangue. Há, pois, um consenso de que, sem alternativas de renda para esta população, não há projetos de política ambiental que possam se concretizar.

O Coordenador Iberê Sassi protagoniza, então, a condução do processo político do drama social. Ele passa a se mostrar como a autoridade do assunto, sendo requisitado e requisitando a imprensa para informar sobre a doença e as decisões tomadas.

Segundo Victor Turner, a reforma ou os mecanismos reparadores do drama encontram no grupo-astro a direção e os encaminhamentos para a solução do conflito e restabelecimento da normalidade do cotidiano. Neste caso, o Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá é o mecanismo reparador do drama social e, na medida em que aí se enfrentam as forças do campo, por ele mobilizado, é também a arena do conflito, onde ocorrem as mais variadas clivagens e alianças. São os grupos-astro, assim, que manipulam a maquinaria de restauração da crise. O processo político de um drama

social envolve os membros de grupos-astro, e toda possibilidade de reforma depende dos encaminhamentos que se dão no âmbito dele.

> Eles [os grupos-astro] são os protagonistas principais, os líderes de facções, os defensores da fé, a vanguarda revolucionária, os arqui-reformadores. São eles que transformam em arte a retórica da persuasão e da influência, que sabem quando e como aplicar pressão e força, e que são mais sensíveis aos fatores de legitimidade. Na fase três, regenerescência, são os membros do grupo-astro que manipulam a maquinaria de regeneração, os tribunais, os procedimentos da divinação e do ritual, e impõem sanções àqueles acusados de terem precipitado crises, assim como podem ser membros do grupo-astro descontentes ou dissidentes que lideram rebeliões e provocam a ruptura inicial" (TURNER, 1980: 15).

3.2.3 - A Reunião do Grupo Gestor na Ilha das Caieiras

A Continuidade da Reforma

> A realidade social é "flutuante e indeterminada", embora, para ela, os "processos regularizadores" e de "ajuste situacional" representem a constante aspiração humana de transformar a realidade social em formas organizadas ou sistemáticas. Até mesmo onde as normas e os costumes ordenadores são fortemente sancionados. "Indeterminação e ambigüidades podem ser produzidas dentro de um universo de elementos relativamente determinados". Tal manipulação é característica das rupturas e crises. Pode, também, ajudar a resolver a crise. (Turner, 1980: 22).

A formação do Grupo Gestor foi o dispositivo legal criado para a reparação do drama social, antes mesmo de se confirmar a DCL em São Mateus. Portanto, desde a primeira reunião, o que se buscou foi reparar o drama. Entretanto, o líder do 'grupo-astro' foi acusado de precipitação ao noticiar a doença e, conduzir à rupturas que anteciparam e agravaram a crise. As soluções preconizadas pelo Coordenador, e colocadas em discussão, atingiam diretamente os atores sociais envolvidos na questão. Usar da Lei para interditar os manguezais, como sugeriu o Procurador, apresentava custos sociais e políticos para a imagem do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá. Um processo de convencimento, baseado na mortandade dos caranguejos, e uma solução negociada foram as estratégias adotadas pelo Grupo Gestor, que, então, solicitou a intervenção do CEPSUL (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do

Litoral Sudeste e Sul)[93], um agente exterior, para dar um veredicto final sobre o conflito. A participação das prefeituras sinalizou a disposição de encontrar uma saída. Assim as fases ruptura, crise, reforma e reconciliação, que delineiam um drama social, encontram-se imbricadas no processo de ajuste entre as partes.

Desse modo, os membros do Grupo Gestor decidiram pela descentralização deste problema público, cujas reuniões passaram a ser realizadas em cada município onde há grupos de catadores. Assim, as Secretarias de Meio Ambiente poderiam mobilizá-los mais facilmente, objetivavam reportar a DCL e alertar sobre uma eventual interdição dos mangues. Essa medida visou diminuir os conflitos: já estariam, portanto, de sobreaviso e conheceriam as medidas decorrentes do processo.

No final de janeiro, 30/01/2006, o Grupo Gestor e a PMV convocaram uma reunião com os catadores de Vitória para alertá-los sobre a doença e para informá-los de que, sendo o Lameirão o mangue mais fortemente afetado em poluições e devastação do Estado, este seria o laboratório de comparação, evolução e comportamento da doença. Possivelmente este lugar seria fechado antes mesmo da chegada da doença, por principio de precaução, a fim evitar o extermínio da espécie. Além disso, informou que nada seria decido, sem uma discussão prévia no CEPSUL, a ser realizada, em Santa Catarina, no final de fevereiro, “porque o IBAMA não quer decidir nada sozinho”; como dizia Iberê Sassi: “lá é um fórum com especialistas, e o que lá for decidido se tornará lei”.

Nesta reunião estavam presentes o Coordenador da SEMMAM, Sr. Luis Henrique Muniz de Aquino (biólogo) e outros técnicos desta Secretaria, além do Coordenador do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá.

O Coordenador da SEMMAM apresentou o histórico da doença, o comportamento do caranguejo, quando acometido pela DCL, e os laudos comprovando a doença no Norte do Estado. Enfatizou, sobretudo, o drama dos caranguejeiros no Nordeste, excluídos de forma abrupta de sua atividade: “sem tempo para se

---

[93] O Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL) é um Centro Especializado do IBAMA vinculado à Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros (CGREP) da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP). Sua área de atuação abrange o litoral dos estados do ES, PR, SP, RJ, SC e RS, onde opera articulado aos Núcleos de Pesca das respectivas Gerências Executivas estaduais. (www.ibama.gov.br/cepsul) . Acesso em: 29/03/06.

prepararem, ficaram em situação de miséria. Alguns foram trabalhar no corte da cana, na apicultura, mas a maioria não estava conseguindo se adaptar nesta nova realidade".

Para enfrentar este problema, dizia o Coordenador da SEMMAM, Sr. Luís Henrique, a ordem é a interdição, mas nenhuma prefeitura está, ainda, preparada para esta situação. Em São Mateus, a Prefeitura e o INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), sugeriram investimentos na piscicultura da tilápia; na apicultura; na fruticultura; no artesanato e no eco-turismo, como alternativas de renda. Eventualmente, a Prefeitura poderia contratar alguns catadores, os que tivessem maiores dificuldades de adaptação, para servirem de guardas do mangue.

Em acordo com o Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá, o Coordenador da SEMMAM tratou de tranqüilizar os catadores, dizendo que ambos estavam também mobilizados na busca de alternativas de emprego e renda, e que ninguém seria deixado à mercê da sorte. *"Cada local deve ser tratado de forma diferenciada, aqui, estamos buscando articulação e trabalho em parceria, o que não houve no Nordeste".*

Nesta reunião, o Coordenador do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá informou sobre uma nova instrução normativa: a *Guia de Transporte*, que é uma autorização para a comercialização do caranguejo dentro do Estado do Espírito Santo. Todos os caranguejeiros têm que declarar, por meio dessa guia, o seu estoque de caranguejo, sua procedência, o local de venda e o nome do catador. Dessa forma, é possível obter uma estatística mais precisa dos catadores, quantidades e locais de cata. Para isto, cabe a cada Prefeitura definir os postos onde podem ser retiradas essas guias.

Os catadores concordaram com as ações propostas e com o fechamento do Lameirão, tanto por acreditar ser esta a melhor solução para evitar a DCL, quanto pela necessidade de recompor o estoque de caranguejos, o que já era consenso entre eles. Inicialmente, haveria uma interdição de um ou dois anos, no máximo. Em relação à DCL, pareciam não perceber a real dimensão do problema. Os catadores se mostravam mais preocupados em discutir as questões mais imediatas que os afligiam, como a comercialização do caranguejo, o tratamento, segundo eles, pouco cortês, que os fiscais lhes dispensavam, inclusive o Coordenador do Grupo Gestor, e a ampliação do

seguro do ‘defeso’ para os dias da ‘andada’, período de acasalamento que ocorre durante quatro semanas, entre janeiro a abril.

3.2.4 – A Reunião de 13/02/06

Numa arena de conflitos o embate e o jogo político entre os diversos atores que integram um ‘campo de força’ é mutável e dinâmico. Assim, novos atores entram em cena enquanto outros ficam nos bastidores, pois as negociações para por termo a um conflito envolvem uma gama de interesses que podem revelar outros conflitos latentes, como é o caso da relação entre IBAMA e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

A esta reunião compareceram, pela primeira vez, o superintende do IBAMA, no Estado, Ricardo Vereza, e o da SEAP - Cledson Felippe.

O representante da SEAP compareceu à reunião do IBAMA após a 2º Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca do Espírito Santo, realizada nos dias 07 e 08/02/06, no Centro de Convenções de Vitória. Esta Conferência objetivou a aprovação de um documento-base para ser apresentado na II Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, convocada para os dias 14 a 16 de março de 2006, em Brasília.

A esta conferência compareceram os pescadores de várias localidades, inclusive os catadores do Norte do Estado, da Grande Vitória e de outras localidades.

Os catadores de São Mateus, mais uma vez discutiram o drama que os afligia e a proposta do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá de interdição dos mangues. Sugeriram como alternativa à proposta do Grupo Gestor, a interdição do manguezal, inicialmente, por apenas seis meses, sendo que, durante o período, eles receberiam o seguro desemprego. Depois, então, o Grupo Gestor analisaria a situação dos manguezais, liberando-os ou interditando-os novamente por mais seis meses e assim sucessivamente, até o controle da doença. Sugeriram também repensar a aposentadoria do pescador, hoje de 30 anos, para 25 anos de trabalho, entre outras propostas.

Decidiram, ainda, exigir do IBAMA a representação dos catadores no CEPSUL, pois, segundo eles, o Coordenador do Grupo Gestor defenderia somente a posição deste órgão. Finalmente, solicitaram ao representante do SEAP que intercedesse em seu favor junto ao IBAMA. Caso contrário, não reconheceriam a decisão tomada no CEPSUL.

No dia da reunião, antes mesmo de os catadores se posicionarem, Coordenador se antecipou e disse que estava negociando a possibilidade de o encontro do CEPSUL ser realizada em Vitória, com a participação de todos. Alegou, entretanto, que a decisão desse órgão será técnica.

O superintendente do IBAMA, no Estado, disse então que a doença tem avançado geometricamente e que há um histórico de reincidência da doença no Nordeste, o que coloca em risco a espécie do *Ucides cordatus*. Só por estas razões, argumentou, já caberia um recurso para interditar os mangues. Sugeriu, então, uma reunião de todos os prefeitos e representantes dos catadores com o Governador do Estado do Espírito Santo. O próprio superintendente do IBAMA tomaria a iniciativa de conversar com a referida autoridade para colocá-la a par da situação e, desse modo, marcar uma data para este encontro. O Governador, no entanto, não atendeu as solicitações.

Então, o representante do SEAP interveio na discussão e questionou os encaminhamentos do IBAMA, exigindo mais informações. O Coordenador do Grupo Gestor rebateu, dizendo que o havia insistentemente convidado a participar das reuniões, mas que ele nunca havia comparecido, acrescentando que os dois órgãos deveriam se unir na busca de soluções e não ficar divergindo.

Na reunião, era clara a divergência entre os representantes do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá e os da SEAP. Esta última colocava em dúvida as estratégias do Grupo, enquanto sugeria mais pesquisa, mais tempo para discussão, e questionava os motivos que levaram o IBAMA a não pesquisar a morte dos outros tipos de crustáceos. A secretária da APESCA havia dito que não era só o caranguejo-uçá que estava morrendo, mas também outros crustáceos, como o siri-açu, o goiamum e o aratu (“*onde a maré alcança o caranguejo está morrendo”),* o que foi confirmado também pelo

representante da Colônia de Pesca Z-13. Em conjunto a SEAP e a APESCA admitiam que o problema poderia ser mais complexo, envolvendo a morte de outros animais.

O Grupo Gestor se defendeu dizendo que sua metodologia só incluía o caranguejo-uçá e que ficava inviável, naquele momento, incluir as outras espécies.

Para a SEAP e para os catadores, o problema estava na água. As análises solicitadas em setembro de 2005, ao Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), entretanto, não tinham sido divulgadas até aquela data, o que suscitava dúvidas e cobranças.

Desse modo, os catadores tinham poucas certezas e muitas desconfianças. Eles próprios tomaram a iniciativa de pagar a um laboratório em São Mateus para fazer a análise da água. Também o representante da SEAP, levantou dúvidas quanto ao fato de ser o homem o veículo de disseminação da doença. Além disso, após a reunião, ele se colocou à disposição dos catadores e disse que a intenção do IBAMA era retirá-los do mangue, mas que, se dependesse dele, isto não aconteceria. Buscava, pois, construir uma aliança com os catadores, colocando a SEAP à disposição, inclusive, com promessas de investimentos em projetos a serem definidos, futuramente, em conjunto com o grupo.

O que ficou acordado, nesta reunião, foi que cada Prefeitura deveria encontrar meios para inserir os catadores em outras atividades. Uma vez que a interdição dava aos catadores o direito ao seguro desemprego, por cinco meses, o representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) afirmou que o CODEFAT liberaria este seguro, logo que se comprovasse inviável a continuidade do trabalho. Segundo o Superintendente do IBAMA, as prefeituras teriam, pois cinco meses para buscar uma solução.

Finda a reunião, os catadores não sabiam muito bem o que o fazer, nem que futuro os aguardava. Afirmavam, categóricos, que, caso não houvesse uma solução - uma alternativa de renda – iriam para o enfrentamento, para a desobediência civil, catando o caranguejo em outros manguezais, porque *'nossas famílias não vão passar fome'* - repetiam a secretária e o diretor da APESCA.

3.2.5 – Reunião de 26/04/06 – Sede IBAMA/ES

Oito meses após a chegada da DCL e do início das negociações sobre o encaminhamento da crise apareceu, finalmente, uma orientação externa muito valiosa, que iria delimitar o andamento legal do processo, daí por diante. Isto porque, por fim, o Grupo Gestor conseguira convencer o CEPSUL a vir ao Estado e observar, *in loco*, o problema sócio-ambiental causado pela DCL. Segundo o Coordenador do Grupo Gestor, o CEPSUL havia recusado a primeira solicitação, alegando ser a DCL um problema unicamente biológico, nada que o IBAMA local não pudesse solucionar. Teria argumentado ainda que havia um exagero, pois no 'Nordeste não houvera este estardalhaço'. Diante desta recusa, o Superintendente do IBAMA e o Coordenador do Grupo Gestor tinham ido até a sede do IBAMA, em Brasília, em busca de apoio para sensibilizar o CEPSUL e outros atores para o problema da DCL e para o estudo das medidas necessárias no ES.

Nesta reunião, ocorrida na sede do IBAMA/ES, se evidenciou o campo de disputas, o 'jogo de forças' do drama social capixaba. Além dos atores que comumente participavam das discussões, participavam também do encontro dois membros do CEPSUL, ambos biólogos. Também o superintendente do IBAMA no Estado compareceu à reunião. Além deles, esteve presente o representante da SEAP, e um representante da TRANSPETRO (PETROBRÁS Transportes S/A), bem como, um grande número de catadores da Grande Vitória e representantes dos catadores de São Mateus.

Ao contrário dos demais, este evento foi bastante 'formal'. Os participantes foram apresentados pelos seus nomes e pelas entidades que representavam. Em seguida começou um processo de feedback entre os representantes do CEPSUL e os catadores. Inicialmente, explicaram a finalidade da reunião: queriam os relatos dos diferentes atores sobre o evento, principalmente, o dos catadores. Destacaram que para criar uma legislação específica, ou seja, uma portaria para a interdição dos manguezais, havia a necessidade de embasamento técnico e de laudos atestando a doença, além da ratificação das pessoas diretamente afetadas. E mais: essa documentação deveria conter fotografias, extensão do dano, relato sobre as pessoas já

atingidas, entre outras coisas. Uma vez colocadas pelo CEPSUL, todas estas necessidades para o andamento burocrático do processo, o Coordenador do Grupo Gestor se pronunciou e disse que estas tarefas já estavam quase concluídas, e que logo seriam enviadas ao CEPSUL – para que este órgão as encaminhasse à Assessoria Jurídica (Procuradoria do IBAMA em Brasília) para que as medidas legais finais fossem tomadas.

Na parte do Governo Federal, o processo estaria definido após decisão da Procuradoria, e, então, os catadores poderiam requisitar o seguro desemprego. Ao mesmo tempo, o CEPSUL recomendou às prefeituras que encaminhassem os catadores a outros programas compensatórios.

Recomendaram, ainda, providenciar a lista dos atingidos pela catástrofe, para evitar os ‘pescadores de plantão’, aqueles ‘oportunistas’ que surgem para receber os benefícios. Lembraram os exemplos de outras calamidades públicas que ocorreram como a da Baía da Guanabara, o de Paranaguá, com o derramamento de óleo da PETROBRÁS, e também a contaminação do rio Paraíba pela empresa de papel Cataguazes - situações em que aparecem os ‘aproveitadores’.

Novamente, a representante da APESCA lembrou que outras espécies estão morrendo, tais como, o goiamum, o siri e o aratu, e que os catadores não querem se tornar ‘contrabandistas de caranguejo’. Por isso, era necessário buscar alternativas de renda para os catadores. Também, os catadores de Vitória acusaram a existência da DCL no Lameirão, na altura de Goiabeiras, próximo a UFES. E perguntaram: quem é o culpado? Logo todo o mangue estará afetado? Quem trouxe a doença? E agora, o que a gente vai fazer?

O que se apresentava era um desastre. Várias medidas já tinham sido tomadas para minimizá-lo, mas as alternativas não eram muitas, pois a causa da doença permanecia desconhecida. Alguns pesquisadores insistiam em atribuí-la às ‘carciniculturas’, desenvolvidas no Nordeste, para o cultivo de camarões de espécies importadas. Esta era, ao que me parece, a hipótese mais aceita, embora não fosse consensual. Um dos representantes do CEPSUL solicitou ao Coordenador do Grupo Gestor que tratasse de obter a confirmação da incidência da DCL no Lameirão e,

depois, encaminhasse a documentação pertinente para que se solicitasse a interdição também nos mangues da Grande Vitória.

Os representantes do CEPSUL optaram por uma interdição paulatina, conforme a sugestão dos catadores - inicialmente por seis meses. Depois, conforme as novas pesquisas, haveria de considerar a hipótese de prorrogá-la por mais seis meses, e assim sucessivamente, pelo tempo que fosse necessário. Onde quer que ocorra a doença seria acionado o CEPSUL. Além disso, solicitaram ao professor da UNESP de São Vicente/SP, especialista em caranguejo-uçá, Dr. Marcelo Antonio Amado Pinheiro, um novo diagnóstico, pois alegavam que os danos aos mangues representavam a destruição de um criadouro, o que, por sua vez, afetaria toda uma cadeia alimentar, que compreendia outras espécies como a pescadinha, o linguado, o bagre etc.

O Coordenador do Grupo Gestor lembrou que o IBAMA já havia solicitado o laudo de um patologista argentino e também do Dr. Walter Berger, da Universidade do Paraná, tendo ambos diagnosticado a doença. Como assinalou o representando da ONG Instituto Goiamum: os diagnósticos eram estranhos, pois faltava-lhes convicção nos resultados. Os representantes da PMV e Instituto Guaiamum sugeriram, então, uma parceria com o especialista da UNESP, pois isto poderia auxiliar o trabalho desse especialista.

Cada instituição elegeu um especialista, um ‘expert’ capaz de avaliar as informações obtidas legitimando-as perante a opinião pública e convencendo os interessados. A doença, naquele momento, já era uma realidade, apesar de não haver, ainda, um diagnóstico definitivo. Desse modo, o IBAMA/ES se respaldava no especialista argentino; o CEPSUL, no pesquisador da UNESP; as prefeituras, no biólogo Walter Berger, da Universidade do Paraná. Ninguém, até aquele momento, sabia exatamente qual o elemento patógeno da doença, mas todos confirmaram a existência da doença, o que gerou insegurança e abalou a confiança no consumo.

Estas reuniões, patrocinadas pelo Grupo Gestor, tiveram como objetivo principal convencer a todos, a partir dos laudos científicos, da necessidade de interdição do mangue. O ‘jurista’ e antropólogo Max Gluckman, refletindo sobre outro contexto, chegara à seguintes conclusões:

> "[...] às vezes, aparentemente o conhecimento é manipulado para servir a certos propósitos convencendo um público. Mas o público específico a ser convencido tem de ser mobilizado para uma ocasião particular: isto leva a um estudo dos métodos de disseminação da informação, e a situações de confronto nas quais grupos e conjuntos específicos de pessoas são chamados a se reunir". (Gluckman, 1972: XX).

Neste sentido, podemos dizer que os especialistas se apropriam do *problema público*, tal como o concebia Gusfield[94], e a sociedade mais ampla segue as decisões tomadas por eles. Convém, a propósito, recordar o que vem a ser, precisamente, um especialista:

> Um especialista é qualquer individuo que pode utilizar com sucesso habilidades especificas ou tipos de conhecimento que o leigo não possui. "Especialista" e "leigo" têm de ser entendidos como termos contextualmente relativos. Há muitos tipos de especializações, e o que conta em qualquer situação em que o especialista e o leigo se confrontam é um desequilíbrio nas habilidades ou na informação que – para um determinado campo de ação – torna alguém uma "autoridade" em relação ao outro. (Giddens, 1997:105).

O representante da SEAP recordou que os interesses da comunidade se sobrepõem às necessidades da pesquisa e solicitou, então, que se encaminhasse prontamente a documentação para Brasília. Discordou, no entanto, da atribuição do problema às carciniculturas do Nordeste, alegando que não havia nada que comprovasse tal fato. Um dos representantes do CEPSUL, porém, me comunicou, em particular, que esta posição resultava do fato de ser o cultivo do camarão, justamente, a 'menina dos olhos' da SEAP. Disse, ainda, que a divergência entre SEAP e o IBAMA já se havia tornado explícita, ganhando dimensão nacional.

Por fim, a representante da APESCA, aproveitou a oportunidade para convidar os presentes para irem ao 6º festival do Caranguejo, no final de maio, festival que passaria a se estender também à pescadinha, passando a se denominar Festival do Caranguejo e da Pescadinha. Convidou-os, também, para o *III encontro de Catadores do Estado e I Encontro Nacional dos Catadores de Caranguejos* (*I ENCATA*) a se

---

[94] Cf, Gusfield, Joseph R. (1981). Um problema público vem à tona depois de que certa cultura e ordem simbólica que lhe deram origem se sedimentaram. E numa arena pública há aqueles que têm a 'propriedade' de um problema público, o que significa ter a habilidade em definir o que é esse problema e suas características, e muitas vezes até mesmo apontar soluções e administrá-las.

realizar na localidade de Carapebus (Serra/ES), nos dias 22 a 24 de maio – ambos encontros promovidos pelo IBAMA/ES e Instituto Goiamum. A bióloga representante do CEPSUL elogiou a reunião, que, segundo ela, havia sido 'ordeira' e disse, ainda, que o ES era o Estado mais organizado, no que tange à gestão do caranguejo-uçá, e que o Coordenador do Grupo Gestor estava de parabéns.

Neste instante, estava praticamente tomada a decisão de interditar a cata. De fato, a reunião chegara a um consenso. Parecia que a crise havia sido exorcizada por meio dos procedimentos jurídicos. O vilão inicialmente apontado – 'os baianos' – fora esquecido e parecia não haver mais a quem responsabilizar; nem havia 'bode expiatório' para redimir o grupo.

Uma semana após esse desfecho auspicioso, no entanto, uma nova crise foi deflagrada, agora na Grande Vitória, em virtude da vistoria feita pelo Coordenador do Grupo Gestor, no dia 01/05/06, constatando a doença nas áreas indicadas pelos próprios catadores. Um novo processo de alocação de responsabilidade tem início, a partir do momento em que Iberê Sassi tomou a decisão de divulgar a presença da DCL, através dos principais periódicos da Capital, à revelia dos catadores. Estes, tal como acontecera em São Mateus, se viram surpreendidos e perplexos, com a repercussão da notícia e sua conseqüência imediata – a queda nas vendas e a interrupção da cata, sem qualquer garantia de algum plano compensatório.

Este fato permite ilustrar, com perfeição, uma afirmativa de Victor Turner, quando escreve:

> Um drama social nem sempre corre frouxo, como o amor verdadeiro. Procedimentos regeneradores podem fracassar, com reversão para a crise. A maquinária tradicional de reconciliação e coerção pode mostrar-se inadequada para lidar com novos tipos de assuntos e problemas e com novos papéis e estatutos (TURNER, 1980:14).

3.2.6 - A DCL nas Caieiras: A Ruptura

Após os catadores anunciarem a chegada da DCL ao Lameirão, durante a reunião no IBAMA, Iberê Sassi saiu em campo para vistoriar as áreas indicadas,

levando consigo a imprensa. No dia seguinte (01/05/06), o periódico de maior circulação no Estado*, A Gazeta*, anunciou, em manchete: *A Doença do caranguejo chega aos mangues de Vitória.* [95] Em seguida (02/05/06), aparecem uma nova reportagem: *Doença do caranguejo pode gerar prejuízo de R$ 40 milhões*[96]*: a perspectiva é a de que em seis meses todos os manguezais sejam interditados.* O jornal *A Tribuna*[97], em reportagem de página inteira, estampa: *Caranguejo mais difícil e caro: comerciantes estão comprando crustáceo de Anchieta e do sul do País e o preço vem subindo*. No jornal *Noticia Agora*[98] (09/05/06): *Sinal vermelho nos manguezais:* ***[Alerta]*** *novas áreas serão interditadas se a doença se alastrar.* Desde então, os jornais televisivos começaram, também, a abordar a questão.

A revolta foi intensa entre os catadores. O Coordenador do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá continuou confirmando a doença no Lameirão, na localidade de Maria Ortiz, próximo ao *campus* da UFES.

---

[95] A visita foi marcada após o IBAMA, na semana passada, receber denúncias de catadores da região que encontraram um aumento do número de animais mortos no mangue de Goiabeiras. [...] A cata pode ficar proibida, nas duas áreas, podendo ser estendido por mais seis, caso a situação não melhore. Essa ação é para conter a proliferação da doença para outros mangues do Estado e permitir que a seleção natural atue nas regiões contaminadas. [...] Diz IBerê: "Só que a interferência do homem, catando os animais saudáveis, compromete essa seleção natural e torna o processo mais lento".

[96] Os caranguejos comercializados no Estado terão que ser importado do Piauí, do Maranhão e do Pará, região ainda não contaminada pela DCL. Isso pode provocar aumento do preço do animal em restaurantes e bares capixabas. O prejuízo estimado é superior a R$ 40 milhões. "Esse dado, contabilizado pela UFES ainda não incluiu o problema nos manguezais de São Mateus, Conceição da Barra e da Grande Vitória". Wilson Calil, presidente do SINDIBARES (Sindicato dos Bares, Restaurante e Similares do Espírito Santo), acredita que o transporte aéreo, única forma do animal chegar com vida ao Estado, será o principal responsável pelo aumento do preço, hoje vendido por R$ 3,00 a unidade.

[97] Restaurantes que servem uma das mais famosas iguarias da cozinha capixaba, o caranguejo, estão encontrando dificuldades para comprar os animais e já pagam mais caro por isso. Esse é o caso do comerciante Francisco Assis Giovanelli, dono do Caranguejo do Assis. [...] O dono do caranguejo GIL, Almir Rios, "já está muito difícil encontrar o caranguejo. Antigamente o produto era trazido até a minha porta, mas hoje tenho que ir am Anchieta para buscar. Há um ano comprava a dúzia por R$ 8,00, hoje pago R$ 14,00". Mas há quem esteja mais pessimista ainda em relação ao futuro do mercado. É o caso do dono do Empório do Caranguejo, Ronaldo Carminati, Segundo ele, já não se encontra o caranguejo há um ano e, ao que tudo indica, o animal deve ser extinto em breve no Estado. "O pessoal de São Mateus que costumava trazer 300 dúzias em uma viagem, hoje traz 100. De duas semanas para cá, o preço saltou de R$ 10,00 para R$ 15,00 a dúzia. Do jeito que está, ou trazemos o animal de outro Estado, o que é mais difícil, ou, o capixaba muda de tira-gosto, o que eu acho mais difícil".

[98] Segundo Iberê Sassi, os locais onde foi encontrada a doença estão sendo monitorados a cada 15 dias, e a próxima verificação será na semana que vem, quando os técnicos saberão como está o avanço da doença. "Caso fique constatado que a doença se alastrou, vamos pedir a interdição do mangue, que passará a valer em 30 dias". Esse prazo é para as prefeituras resolver a situação dos mais de mil catadores da Grande Vitória, que ficarão sem a sua fonte de renda. [...] Segundo o catador Marcelo Fernandes de Araújo, as vendas do crustáceo caíram 90%, disse ainda que a comunidade dos catadores tem medo de ficar desamparada, caso o mangue seja interditado de uma hora para outra. "Mais de 600 famílias se sustentam só da cata e venda do caranguejo na Grande Vitória. De que nós vamos viver?", questiona.

Os efeitos dessa campanha de divulgação não se fizeram esperar. Da noite para o dia, os catadores se viram privados de sua principal fonte de renda.

Diante disso, o diretor da Associação dos catadores de Vitória convocou uma reunião para o dia 03/06/06. Quem coordenou essa reunião, no entanto, foi uma ex-coordenadora da SEMMAM[99], transferida para a Secretaria de Saúde, mas que havia continuado a organizar a Associação dos Catadores, orientando-os para que exigissem o seguro-desemprego, como condição para a emissão da portaria de interdição do mangue - compromisso que deveria ser assumido pelo IBAMA e pela PMV perante os catadores.

A situação, no entanto, não permitia vislumbrar a proximidade de uma solução. O diretor do IBAMA alegava não poder convocar o Grupo Gestor, porque o órgão se encontrava em meio a uma greve geral. Ao mesmo tempo, o novo Secretário de Meio Ambiente[100] afirmou que a ex-coordenadora da SEMMAM estava intervindo em assunto que não lhe competia mais.

Durante a reunião, bastante tumultuada, um catador pediu a palavra e, mostrando o jornal *a Tribuna*, se pronunciou, dizendo:

> O Iberê tinha que ouvir primeiro os catadores a respeito da doença, essa imagem que passaram para o povo, parece que foi uma política, não podiam ter colocado na TV, a doença está no início, não era preciso fazer isso, agora, ninguém quer comprar, acabaram com a nossa vida, com a nossa reputação, isso é o mesmo que calúnia. Não se pode sair por aí falando isso, tem que estudar primeiro tinha que falar com o catador que conhece o mangue, nem tudo se aprendem nos livros. Conhecer o mangue mais do que os que vivem lá dentro, é difícil! O biólogo não sabe de nada. Isso é uma poluição. (José Luis Barbosa/ Maria Ortiz).

Em seguida, outro catador bateu na mesma tecla:

> Eu quero perguntar ao seu Iberê o que ele tem contra o catador, só porque ele vive na lama? A água tira a lama do corpo e a lama que ele tem na mente dele, não tem água que tire. Só fala na doença, no caranguejo, ele não entende nada de mangue, é conversa fiada essa de que a doença vem na roupa do catador, ele se encheu de moral e arrasou a família do catador. (Gelson/Inhanguetá).
>
> Foi ele [Iberê] que trouxe a doença para Vitória, quando fez uma apreensão de caranguejos vindo da Bahia há um ano atrás, ele soltou os caranguejos atrás do mangue da UFES, [próximo a Goiabeiras/Maria Ortiz], agora fica aí dizendo

[99] Trata-se da engenheira florestal Helena Sarlo
[100] Antonio Tarcísio Correia de Mello.

> que é o catador. Ele é um prepotente, um arrogante, o dono do mundo. Foi ele que acabou com 60% do caranguejo no Estado. (Geraldão).

A proposta do Grupo Gestor, durante as reunião, foi a de fechar os mangues, para que, depois, com a portaria em mãos, os catadores pudessem comprovar o desastre, o que lhes daria o direito de reivindicar o seguro. Isto, por sua vez, demoraria cerca de 90 dias, de acordo com a ex-coordenadora, tempo demasiado para quem depende de vendas diárias para o seu sustento.

A PMV defendeu que, enquanto o IBAMA não pudesse encontrar-se com os catadores era necessário traçar um plano de ação emergencial. Como não havia, ainda, uma proposta, era necessário algum tempo. O atual coordenador da SEMMAM pediu à sua antecessora que ajudasse a conter os ânimos dos catadores.

O diretor da Associação União dos Catadores de Caranguejo de Vitória, no entanto, apresentou uma outra proposta:

> Os homens fecham as portas, decidem o que fazer e só depois vem aqui comunicar. Nós também temos a nossa proposta para apresentar: estamos sugerindo a incineração dos caranguejos mortos e reflorestar o mangue, em troca a Prefeitura nos pagaria por este serviço. A nossa idéia é simples, mas, não adianta idéia mirabolante como a do Iberê, que quer comprar um microscópio de dois milhões de reais, o que ele quer com um microscópio? Ele deveria pensar em outras coisas, em medidas mais realistas para resolver o problema. (Joel Félix/Goiabeiras).

Esta divergência nasce por motivo de diferentes valores e interesses. Por um lado, a c*iência* se guia pela curiosidade cientifica e busca estudar com maior profundidade a DCL (microscópio), o interesse dos nativos, por outro lado, é ditado pela necessidade premente de sobrevivência e prefere a solução pragmática da eliminação dos focos da DCL (incineração), de forma a viabilizar o retorno à cata, o mais rápido possível.

Existe ainda a posição do Estado, encarnado, neste caso, em seus diferentes níveis – municipal, estadual e federal – pelos representantes da SEMMAM; do IEMA; e da SEAP e IBAMA. O Estado presume que sabe o que é melhor fazer e como deve ser feito, embora possa discordar de si mesmo, como demonstra a dissensão entre SEAP e IBAMA. Para o IBAMA, a política ambiental mais adequada, no caso dos mangues, é

mantê-los intocados pelo homem, principal agente devastador e propagador da DCL. Mas, para viabilizar este propósito, depende das políticas públicas compensatórias da Administração pública do Estado e do Município, os quais, por sua vez, oito meses após discussões no Grupo Gestor, ainda não tinham um plano definido.

Para os catadores das Caieiras, entretanto, começava aqui, de fato, uma segunda e mais radical ruptura do seu cotidiano, o seu segundo drama social, no decorrer de uma década.

Com efeito, confirmada e divulgada a DCL no Lameirão, desencadeou-se um novo processo acusatório. Ao contrário de São Mateus, na Grande Vitória o Coordenador do Grupo Gestor do Caranguejo-Uçá não teve como atribuir aos 'baianos' a responsabilidade pela doença. Ao mesmo tempo, ele foi, momentaneamente, indicado, pelos catadores, como sendo o responsável pela doença, pois, de acordo com as alegações deles, após apreensão, em 2004, de caranguejos ilegais provenientes da Bahia, o Coordenador os tinha libertado precisamente no local em que, agora, se identificara o primeiro foco. O líder do 'grupo astro', se viu, subitamente, transformado em vilão.[101] Não só foi acusado de responsável pela DCL no Lameirão, como também pela crise e pela interrupção da venda dos caranguejos. A tensão com relação a este personagem, já vinha de longa data, mais precisamente dos tempos em que ele desempenhava o papel de fiscal do IBAMA. Neste momento, com os ânimos alterados, tudo veio à tona com maior intensidade; até promessas de vingança houve. Na reunião realizada no pátio da SEMMAM, no dia 11/05/06, por exemplo, alguns catadores queriam atear fogo aos carros da Secretaria, em protesto pela situação na qual se encontravam. Os membros da SEMMAM, em contrapartida, pediram paciência, e disseram que estavam estudando alternativas e discutindo planos; e que, portanto, os catadores deveriam aguardar, pois as soluções viriam. Sejam, no entanto, estas soluções quais forem, a cata estará oficialmente proibida, de acordo com o Grupo Gestor, a partir de 1º de agosto.[102]

---

[101] Convém, a propósito, recordar Victor Turner, quando este assinala que, em todo conflito, criam-se os *'tipos simbólicos'* que são os traidores; os vilões; os fiéis e infiéis; os impostores; os bodes expiatórios, e assim por diante. E isto ocorre durante a fase final do drama social, quando se acionam mecanismos de reforma, ou reparação, que podem incluir ritos de responsabilização pública.

[102] Mas, como garantir que esta determinação seja respeitada, especialmente, diante do aumento da demanda, com a chegada do verão, quando, justamente, o seguro-desemprego estará chegando ao fim?

Toda esta polêmica se acentuou, durante o I Encontro Nacional dos Catadores de Caranguejo (I ENCATA)[103] realizado em Carapebus/Serra/ES, de 22 a 24/05/06. Na abertura do Encontro, registrou-se a presença do Prefeito e do Secretário de Meio Ambiente da Serra[104], o Superintendente do IBAMA e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado,[105] um representante da UFES,[106] além da imprensa local. O Sr. Iberê Sassi, principal anfitrião do encontro, só compareceu ao mesmo no segundo dia, alegando motivos de saúde.

Abertura da I ENCATA
Fotos: Janete de Souza Diniz

As autoridades presentes se comprometeram, todas, a buscar soluções para as famílias dos catadores. Foi, ainda, sugerido um novo encontro com o Governador. O discurso mais significativo foi o do Superintendente do IBAMA, o qual assinalou que o caranguejo era um símbolo da culinária do Estado, 'principal tira gosto dos capixabas', razão pela qual estavam, todos, empenhados na solução deste problema. De passagem seja dito que o almoço servido foi de pratos típicos à base de caranguejo, além da própria caranguejada. Os catadores estavam visivelmente satisfeitos ao verem as autoridades e convidados degustando o caranguejo, tudo devidamente registrado

[103] Este era igualmente o III Encontro Estadual dos Catadores de Caranguejo.
[104] Srs. Audifax Charles Pimentel Barcelos e Marcos Motta Ferreira, respectivamente.
[105] Sr. Ricardo Vereza
[106] Prof. Jaime Doxsey

pela imprensa, o que ajudaria a restabelecer a confiança dos consumidores, quebrada com o anúncio da DCL; acreditavam todos, especialmente, os catadores.

No segundo dia do encontro, o Coordenador do Grupo Gestor, mostrou, mais uma vez, em vídeo, o surgimento da DCL, o comportamento do caranguejo, e o modo de propagação da doença. Questionado sobre a forma de divulgação da doença por um dos lideres dos catadores, contra-atacou duramente, alegando que este não tinha 'moral' para levantar polêmica, pois tinha sido apanhado, em flagrante (pelo próprio Iberê), com caranguejos, em época proibida para a cata. Esta humilhação pública suscitou a solidariedade do grupo e aumentou o distanciamento com a autoridade do Grupo Gestor do IBAMA.

Contudo, a argumentação do Coordenador convenceu os catadores que passaram a defender a interdição total dos mangues, "*ou fecha tudo, ou não fecha nada*", sugeriu o seu Alomar (representante das Caieiras), a posição foi acatada pelo demais, inclusive, por catadores que ainda não estão vivenciando este processo, todos viram procedência no argumento do Coordenador que sustentava a muito tempo, de que recebendo um salário mínimo, a tendência seria os catadores migrariam para aquelas áreas livres, levando consigo a doença. E o processo de convencimento público desempenhado pelo Coordenador, desde setembro de 2005, finalmente, obteve relativo sucesso. Obviamente o processo pode retroceder, pois há muitas questões em aberto. Ou seja, a última fase do drama social, a da reconciliação ou do reconhecimento do cisma, não teve ainda seu desfecho, e há muitos desdobramentos possíveis.

4 – Conclusões

> La experiência de trabajo de campo implica momentos sumamente "personales", pero no es simplesmente una empresa solitária, la reflexión monológica de un observador independiente. La etnografia es un producto dialógico que incluye a colegas, cónyuges, amigos y vecinos, el resultado colectivo de una "larga conversacón" (Gudeman y Rivera, 1995 apud Descola & Pálsson, 2001: 17).

Esta etnografia privilegiou *os casos* sucedidos no decorrer do trabalho de campo e considerados como dramas sociais resultantes das políticas preservacionistas do meio ambiente e de um desastre ambiental imprevisto – a DCL, que suspendeu o fluxo ordinário da vida social nos mangues da costa capixaba, sobretudo, dos caranguejeiros.

Os *'casos'*, na terminologia de Turner (1980:5), requerem uma investigação que considere o espaço natural e social circum-ambiente, onde o evento ocorreu, tanto para trás, no tempo, visando determinar as suas 'origens', quanto para frente, visando determinar o seu 'impacto' e 'influência' em eventos subseqüentes. Este método de investigação e análise implicou em mobilizar outras áreas de conhecimento, tais como a história, a geografia, as políticas públicas de preservação ambiental, além da antropologia que fundamenta teoricamente todo o argumento. A mobilização dessas outras áreas de conhecimento permitiu uma compreensão mais ampla dos *casos* ou *processos* analisados nos seus contextos de ação, onde os eventos e conjunturas são vivenciados, sentidos e narrados por indivíduos ou grupos.

Coerente com a orientação assumida por Evans-Pritchard, no início dos anos 60, Max Gluckman defendia o uso de documentos históricos nestas análises. Dessa forma, argumentava, se verificaria o processo de desenvolvimento e mudança das relações sociais entre as pessoas e os grupos nelas envolvidos. "Isto levaria a detectar mecanismos de mudança, processos que levam ao fracionamento ou a fissões dos grupos usualmente apresentados como permanentes". (Gluckman, In Zaluar,1980:16).

Neste sentido, as fontes secundárias, aqui utilizadas, serviram para mostrar a importância sócio-ambiental de um espaço, que se transformou numa área marcada pela convergência de interesses distintos e conflitantes, gerando tensões, rixas e disputas. Este espaço foi considerado, num primeiro momento, sob a ótica das concepções sanitaristas, pois, como um meio alagadiço, propiciava a proliferação dos

mosquitos, vetores de doenças endêmicas, como a febre amarela, a malária, e a dengue. Desse ponto de vista, os imperativos do saneamento justificavam os aterros, pois, antes de tudo, tratava-se de um processo de purificação e correção da natureza, que se operava ao mesmo tempo em que se ampliavam as áreas de expansão das cidades.

Posteriormente, os movimentos ambientais e a implementação de uma Legislação Ambiental, nas três esferas do poder político (federal, estadual e municipal), levaram a uma desconstrução desse viés negativo vigente em relação a esse espaço: seu caráter problemático, para a saúde pública, cedeu lugar a uma apreciação positiva, na medida em que se passou a enfatizar, cada vez mais, o seu valor ecológico, como ambiente responsável pela fertilidade, diversidade e riqueza da vida aquática. Este novo valor simbólico começou a se expressar nas noções de ‘berçário’, ‘criadouro’, ‘abrigo’, ‘maternidade’, ou seja, lugar de reprodução e habitat de variadas espécies, isto sem falar das suas recém descobertas virtudes paisagísticas.

O caranguejo, iguaria apreciada por gente de todas as categorias sociais, no litoral do Brasil - de grande importância, portanto, para os fins de um consumo, incentivado, sobretudo, pela industria turística, levou os órgãos ambientais a regulamentar o período do defeso e a impor regras estritas para a captura desse crustáceo, além de implementar campanhas educativas, ressaltando a relevância da preservação dos mangues e, com eles, dos caranguejos.

No litoral do Espírito Santo, a ‘caranguejada’ é, não apenas um petisco, como também um rito de sociabilidade muito apreciado pelos capixabas. Além disso, no entanto, o caranguejo-uçá constitui um ingrediente indispensável de outros pratos típicos, feitos na panela de barro, tais como a torta e a moqueca capixaba. Nos anos 90, a culinária e a paisagem litorânea assumiram o caráter de sinais diacríticos no processo de construção e afirmação de uma identidade capixaba, em contraponto à dos outros Estados, sobretudo aos vizinhos do Sudeste. Tornou-se, de certa forma, num assunto de Estado.

Da mesma maneira que a panela de barro de Goiabeiras, o caranguejo se transformou numa espécie de cartão de visita do Espírito Santo. Neste sentido, pode-se

dizer, mesmo, que o caranguejo foi o operador simbólico de uma mudança de percepção, que vem se processando em relação ao espaço do mangue.

As palavras de uma Assistente social da PMV exemplificam muito bem este processo. Após me inquirir sobre meu trabalho[107], disse:

> O catador tem sido alvo de muitas pesquisas, cadastros. Por isto, causa esse problema[108] aqui, mas a Prefeitura respeita muito vocês, os conhecimentos que vocês possuem e, sobretudo, porque são vocês quem colocam no prato do capixaba, os produtos da moqueca e outros pratos típicos do Espírito Santo.

Durante a I ENCATA, na abertura do encontro, realizada com a presença de muitas autoridades, entre elas, o Presidente da Assembléia Legislativa e o Superintendente do IBAMA, no Estado, este último foi explícito, ao se referir ao tema: - *"O caranguejo é um símbolo da culinária do Estado, principal tira-gosto dos capixabas, por isto, todos estão empenhados na busca de soluções para este problema".*

A cata do caranguejo-uçá não se reduz, portanto, a um problema ambiental e de programas compensatórios. Ao contrário, nesses encontros, o que se descortinou foi a sua face política, econômica e social, ressaltando o grande valor simbólico desse crustáceo para o Estado e a dificuldade para encontrar alternativas para o problema público conseqüente da DCL.

O próprio Grupo Gestor apontava uma saída: a importação do crustáceo para atender à sua demanda, principalmente, no verão. Enquanto isto, o *Projeto SOS Caranguejo-uçá*, criado por este Grupo, está implementando um projeto, em parceria com o Departamento de Ecologia da UFES,[109] para a criação de caranguejo (larvicultura) em cativeiro, nas proximidades do mangue de Piraquê-Açú, em Aracruz.

---

[107] Quando passei a freqüentar as reuniões da SEMMAM, para o cadastro dos catadores e partir daí definir as 'frentes de trabalho' do defeso de 2005, o que daria direito a dois salários mínimos e duas cestas básicas. Havia certa desconfiança em relação a minha pessoa, era constantemente inquirida sobre o meu trabalho.

[108] O problema referido pela Assistente Social era o tumulto que gerava as próprias propostas da Prefeitura de colocar os catadores para aplicar questionários, para um levantamento dos pescadores em Vitória, a outra proposta foi proferir palestras sobre o mangue para as crianças do ensino fundamental. Além da proposta costumeira de limpeza do mangue. Muitos dos catadores são semi-analfabetos, por isto gerava polêmica e tumulto.

[109] Sob a orientação do professor Luiz Fernando Loureiro Fernandes, deste mesmo Departamento.

Além disso, trata de mobilizar, ainda, distintas áreas do conhecimento científico, mediante seus respectivos *experts*, com vistas à pesquisa da DCL.

Entretanto, o Coordenador do Grupo, em Audiência Pública, realizada no dia 18/06/06, assinalou a falta de interesse dos pesquisadores brasileiros pela investigação da doença, porque, segundo ele, "os patologistas, especialistas em caranguejo, trabalham e estão comprometidos com a produção industrial de carciniculturas, em sua maioria no Nordeste".

Como, no entanto, o consumo do caranguejo compete com a sua preservação, uma das estratégias, cogitadas pela PMV para a compensação das famílias dos catadores, seria a confecção dos assim-chamados 'produtos temáticos' do caranguejo; algo similar ao que já se vem fazendo, com muito êxito, há mais de duas décadas, no âmbito do Projeto TAMAR-IBAMA. Nesta perspectiva, o caranguejo passaria a ser consumido, na sua forma fetichizada, e seu papel na economia capixaba seria radicalmente reformulado, aparecendo em panos, adereços, camisetas etc. Nesta nova qualidade simbólica artefatual, o caranguejo, passaria, então, a exercer uma importante função: a de ser um animal-bandeira da preservação ecológica dos manguezais. Os catadores, por sua vez, passariam a ser fiscais e protetores dos mangues: os 'guardiões do mangue'.

Na considerável mudança da percepção em relação a este tipo de ecossistema, vale destacar um movimento, que surgiu, nos anos 90, no Recife: o 'Movimento Mangue'; ou 'Manguebit'; ou, ainda, 'Manguetown', do cantor e compositor pernambucano Chico Science.[110] Este Movimento se baseou numa releitura do livro *Homens e Caranguejos*, de Josué de Castro, chamou a atenção para o mangue e para a importância de conservá-lo. Além disso, no entanto, recolocou na agenda do campo cultural brasileiro a discussão sobre a miséria e a fome.

Conforme já observara, nos anos 30, José Lins do Rego, no livro *O moleque Ricardo,* o homem deixou o campo para viver, em piores condições, nas periferias das cidades, e, na época, encontrou no mangue o símbolo adequado da miséria e dos seus

[110] Chico Science foi o principal personagem do movimento musical Manguebit, que, nos anos 90, que mesclou guitarras elétricas e tambores de maracatu na composição de um novo ritmo que teve, ainda tem, grande sucesso, sobretudo na cidade de Recife- PE. As letras do compositor abordam a vida urbana e a interação homem, cidade e manguezais.

correlatos constantes, as doenças, a precariedade da moradia e o caranguejo, suprimento alimentar, na medida em que "*caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo"*.

Essa identificação metonímica, por sua vez, gerou a metáfora do 'homem-caranguejo', o qual se transformou em homem-gabiru[111], na letra das músicas de Chico Science:

Vi um aratu pra lá e pra cá
Vi um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru
Oh! Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem
Mais urubu ameaça

A incidência da '*Doença do Caranguejo Letárgico'* nos manguezais de seis Estados – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia – além do litoral capixaba, gerou uma extensa série de dramas sociais, cujas proporções não foram, até hoje, devidamente avaliadas, mas que não devem ser, de modo algum desprezíveis. Segundo informações do Grupo Gestor do IBAMA/ES, somente na Bahia, quinze mil catadores de caranguejo perderam sua fonte principal de renda.[112]

No Espírito Santo existem, aproximadamente, 1050 catadores. Além destes, no entanto, há toda uma rede de pessoas conectadas a essa atividade extrativista, desde o catador - passando pelo atravessador e pelo varejista (vendedor de rua) – até o comerciante, o que, de acordo com os dados divulgados na imprensa, perfaz cerca de cinco mil pessoas afetadas pelo problema. Na Grande Vitória, por exemplo, há, hoje, cerca de 350 catadores, exercendo sua atividade no Lameirão, 120 somente na jurisdição da PMV[113].

Com a implementação da EMILL, em 1987, a SEMMAM/PMV passou a ter a prerrogativa de administrar o Lameirão. Esta, por sua vez, resultou na concessão aos catadores do uso do espaço do mangue, sob a tutela do poder público. A política pública formulada, a partir daí, consistiu na criação de projetos em que os catadores passaram a beneficiários da distribuição de cestas básicas e de dois salários mínimos, a título de seguro-defeso, além dos dois salários que recebiam da DRT. Em

[111] De acordo com o Dicionário Aurélio: o que devora mantimentos, gatuno, rato de paiol, rato.
[112] Ainda, segundo o relato de um catador de Pernambuco, presente na I ENCATA, no Recife há ruas inteiras de quiosques abandonados, que tinham no caranguejo a sua principal atração.
[113] De acordo com a lista oficial da SEMAMM/PMV.

contrapartida, os catadores deveriam participar de reuniões[114] com vistas à elaboração de um cadastro, processo repetido, todos os anos, para a liberação do seguro. Deveriam, ainda, participar das palestras de educação ambiental e da limpeza do mangue. Ao se sujeitarem à ação política da Prefeitura, por outro lado, esses catadores se comprometeram com as condições que lhes eram impostas, e que geravam desconforto, insegurança, desrespeito e 'falta de consideração'. O resultado foi uma relação de dependência, característica do que se convencionou denominar de relações clientelistas, ou paternalistas.[115]

Durante as reuniões do Grupo Gestor, foi decidida a descentralização desse problema público, que é a DCL. Cada Prefeitura deveria traçar o seu plano de ação, conforme a realidade local, para atender às questões sociais e ambientais advindas da doença. Os catadores ainda aguardam a contrapartida de suas prefeituras, mas nem todas as SEMMAMs participaram dos encontros do Grupo Gestor. A resposta política de cada instância de poder local continua a ser uma incógnita, dependente da organização e da ação coletiva que cada grupo empreenderá.

Durante Audiência Pública, solicitada por um vereador que representa os bairros de Maria Ortiz e Goiabeiras,[116] e realizada em 18/05/06, para discutir a situação social dos catadores de Vitória, estiveram presentes os Secretários Municipais de Ação Social, e de Trabalho e Geração de Renda[117], e do Meio Ambiente. Estas Secretarias decidiram credenciar os catadores para o recebimento de 'cestas básicas' e incluí-los em programas assistenciais do Governo Federal, como o 'Bolsa Família'. Além disso, serão abertas 'frentes de trabalho': limpeza do mangue, palestras em escolas etc, em troca de um salário mínimo. Essas transferências de renda serão articuladas com processos de capacitação em outras atividades, que levem à geração autônoma de trabalho - como eletricista, pedreiro, pintor, guarda etc. Essa transferência de renda,

---

[114] Reuniões que consumiam uma tarde inteira, sem direito a um lanche. Muitas vezes ocorria agitação, burburinhos, então, eram ameaçados de serem expulsos da sala, de corte de benefícios etc.

[115] No Brasil contemporâneo, o sistema clientelista desempenha funções de certa forma similares às desempenhadas em sociedades leninistas, isto é, assume o lugar de canais de comunicação e representação entre as sociedades e o Estado onipresente e fornece, aos estratos mais baixos da população, voz e mecanismos para demandas específicas. Entretanto, ele também está inserido em circunstâncias que o tornam diferentes dos Estados leninistas, porque no Brasil o clientelismo pertence ao quadro capitalista onde as classes sociais operam. (Nunes, 1997:29)

[116] Reinaldo Matias, conhecido como 'Bolão'

[117] SEMA, gerenciada por Ana Maria Petronetto Serpa e a SETGER por Eliézer de Alburquerque Tavares.

entretanto, de acordo com a Secretária de Ação Social, não pode ultrapassar seis meses. No longo prazo, a SEMMAM pretende implementar outros projetos, como, por exemplo, o de uma cooperativa de catadores de lixo do mangue, além da confecção de artefatos, como o caranguejo de pano.

Na I ENCATA, os catadores deliberaram pelo fechamento total dos mangues da costa capixaba, e o pedido foi encaminhado pelo Coordenador do Grupo Gestor ao CEPSUL, que, por sua vez, depende agora do cadastro dos catadores afetados por este desastre ambiental, para solicitar a interdição à Procuradoria Jurídica do IBAMA, em Brasília. Somente após esta portaria o Grupo Gestor poderá batalhar junto ao Ministério do Trabalho pelo seguro-desemprego por 5 meses.

Quanto ao Grupo Gestor do Caranguejo-uçá, este transformou-se na arena pública, lócus de encontro e embate dos distintos atores mobilizados pelo drama social, e, portanto, fórum eletivo para definir (ou redefinir) a agenda das questões sócio-ambientais deflagradas pelo advento da DCL, no Estado. Neste sentido, o Grupo se configurou como o 'proprietário do problema público'[118], passando, em virtude disso, a articular as demandas políticas com vistas à elaboração dos mecanismos reparadores adequados para dar um fim ao drama social.

Uma saída consensual, entretanto, não parece algo simples de se atingir, pois, como sucede, em geral, nos dramas sociais, distintas vozes invocam princípios diferentes, dos quais cada um tem fundamentos legítimos. Por exemplo, num contexto marcado pelo desemprego estrutural, ninguém poderá deixar de reconhecer a justeza do argumento apresentado pelo Secretário Municipal do Trabalho e Geração de Renda, quando afirma: "Todos os dias desaparecem postos de trabalho; muitas categorias de trabalho têm desaparecido em virtude do avanço tecnológico". Ao mesmo tempo, não há como desconhecer a pertinência das palavras do Secretario de Meio Ambiente de Vila Velha, quando este invoca a necessidade de proteger um recurso natural e cultural, ao dizer que: "O ser humano tem alternativas, o caranguejo, não; pela ingerência do homem a espécie está em risco; há dois meses os apreciadores do caranguejo não encontram na mesa o seu petisco preferido".

---

[118] Cf. Gusfield, 1981: 10.

Quanto à questão de saber a quem cabe a responsabilidade, as coisas tampouco parecem fáceis de resolver. Do ponto de vista do Coordenador do Grupo Gestor, a culpa pela existência da DCL caberia às indústrias de carcinicultura, mas os responsáveis pela sua disseminação, de um manguezal para outro, seriam os próprios catadores, pois, segundo ele, os vetores da doença são as roupas e os equipamentos dos catadores. Estes últimos, por sua vez, não aceitam tal imputação, voltando-se, por um lado contra o próprio Coordenador, que acusam de haver transplantado a doença libertando caranguejos contaminados, numa área, até aí, isenta do mal; e, por outro, lançam suspeição sobre a PETROBRÁS, que, no caso de São Mateus, estaria poluindo as águas do mangue com os rejeitos impuros da perfuração de poços de petróleo. Esta se nega a reconhecer qualquer culpa no sucedido, alegando que o material suspeito é inerte, não sendo, pois, capaz de causar danos a espécie viva alguma. No caso de Vitória, de onde a PETROBRÀS está ausente, os catadores atribuem a responsabilidade aos dejetos urbanos, baseados nas evidências deles que observam cotidianamente no manguezal do Lameirão.

Apesar do caráter até aqui inconclusivo dessa polêmica, e da percepção clara que têm da assimetria de sua posição, em face das demais vozes, os catadores terminaram concordando com a interdição total dos manguezais de todo o litoral capixaba, por acreditarem que, dessa forma, estarão contribuindo para a recuperação mais rápida da população de caranguejos e dos próprios mangues. Concordaram porque resolveram, na falta de melhor alternativa, confiar no compromisso assumido, no âmbito do Grupo-Gestor, de que não ficariam à mercê da própria sorte.

Neste sentido, suas reação parece ter sido pautada pelo que Marcel Mauss, no seu seminal *Ensaio sobre a Dádiva,* publicado em 1923/24,[119] chamou de 'princípio da reciprocidade'. Numa releitura recente deste famoso ensaio, com vistas ao delineamento e discussão de um 'paradigma da dádiva', Alain Caillé, se refere à solução que o pensamento de Mauss permite dar ao conhecido 'dilema do prisioneiro': "confiar totalmente ou desconfiar totalmente "[...] "apostar na aliança e na confiança, e concretizar a aposta por meio de dádivas que são símbolos – performadores – dessa

[119] Mauss, 1950 (para a edição brasileira)

aposta primeira. Ou recair na guerra. Em outras palavras, apostar na incondicionalidade" (1998:15).[120]

Sejam quais forem suas razões, no entanto, o Lameirão será definitivamente fechado, e a cata, até agora, permitida, será totalmente interdita. Em princípio, tal decisão deverá se tornar irreversível, e, coincidentemente ou não, atenderá às exigências legais da Estação Ecológica implementada, desde 1987. Ou, na eventualidade de ser revogada a Lei 3377/87 (como ocorreu no caso da Estação Ecológica de Barra Nova) para atender certos interesses incompatíveis com o formato legal vigente, a Ilha do Lameirão deixaria de ser uma Estação Ecológica e passaria a ser destinada à fruição turística. Por outro lado, transforma-la numa Reserva Extrativista (RESEX), como propõem as prefeituras de Serra e Vitória, permitiria o uso regulado dos recursos do Lameirão. O Coordenador do Grupo Gestor, no entanto, afirma que, de qualquer maneira, será necessária uma interdição dos manguezais por pelo menos cinco ou seis anos, um tempo talvez demasiado longo para assegurar a continuidade dos grupos de catadores de caranguejo, condenando-os, como tais, à extinção, ao menos neste lugar.

Mas, levando-se em conta, que as maiores áreas de mangue do Espírito Santo foram transformadas em Estações ou Reservas Ecológicas, ou Áreas de Proteção Ambiental (APA), cujo uso, segundo a legislação específica, está interdito, o problema estaria resolvido. Ao menos aparentemente, pois, se o fato de terem sido transformadas em Unidades de Conservação não impediu a degradação e a devastação dessas áreas, mais grave poderá se tornar a situação, uma vez revogada a Lei.

Como a dificuldade de fiscalização e a demanda de caranguejo certamente irão permanecer, o preço continuará atrativo, o que poderá induzir os catadores a não manterem o acordo que fizeram. Além disso, a tendência é de busquem manter seu *genre de vie*, migrando para atividades correlatas, tais como, a cata de moluscos; de siri-açu; e de guaiamum; ou, então, para a pesca artesanal com rede, o que resultaria

---

[120] Essa 'incondicionalidade' explica a ambivalência segundo a qual as "dádivas obrigatórias obriguem a quem dá e a quem recebe, que sejam ao mesmo tempo remédio e veneno (gift/gift), benefício e desafio, uma ambivalência própria ao regime que se pode chamar de *incondicionalidade condicional"*. (Caillé, 1998:16).

numa competição, eventualmente acirrada, com os grupos que já se dedicam a esta atividade, além de uma previsível sobrepesca.

Até aqui, portanto, o desfecho desse drama social permanece indefinido. O que sim é possível vislumbrar, no futuro próximo, é a eclosão de dramas sociais análogos, na medida em que a DCL prossiga em sua trajetória para o sul, rumo aos manguezais de Gargaú, no Norte Fluminense.

5 – Bibliografia

ALENCAR, Edna F. (1991) *Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras*. Bolsista de Desenvolvimento Cientifico Regional – CNPq – Museu Paraense Emílio Goeldi.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais e Uso Comum*. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6 N. 01. ANPUR, maio de 2004 pp. 1-38.

BANCH, Geert.. (1998) *Dilemas e Símbolos: Estudos sobre a Cultura Política do Espírito Santo.* Vitória: IHGES. Cadernos de História nº 13, 268p.

CAILLÉ, Alain. (1998) *Nem Holismo nem Individualismo metodológicos: Marcell Mauss e o paradigma da dádiva*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 38, vol, 13, pp. 39- 51.

CAMPOS, Carlos Jr. (1996) *O Novo Arrabalde*. Vitória:PMV,SMCT. 186p.

CAMPOS, Márcio D'Olne. (2001) *"Tempo que organiza" e 'tempo que faz' em Gargaú e Arraial do Cabo; representações de tempo e clima entre pescadores do litoral fluminense*. Projeto de Pesquisa. UENF.

CARDOSO, R.C. (1988) O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *o trabalho do antropólogo*. Brasília: UNESP. P.17-35.

CASTRO, Josué. (1967) *Homens e Caranguejos.* São Paulo: Brasiliense. 160p.

CASTRO Faria, Luiz de (2000) Pescadores e Pescarias. In: ____. *Antropologia – Escritos Exumados 2 – Dimensões do Conhecimento Antropológico*. Niterói: EdUFF.

CICCARONE, Celeste & Anjos, E. Erly. (2004) *"Encruzilhadas no Mangue": Diálogo e confronto entre diferentes práticas e saberes*. Relatório de Pesquisa. Encaminhado ao CNPQ.

CUNHA, Neiva Vieira da. (2002) "*O Espírito do Sanitarismo": Narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30.* Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. 292p.

DA MATTA, Roberto. (1978) “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter 'Anthropological Blues'”. In: Nunes, E. *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar. p.23-35.

DIEGUES. A. C. (Org.). (2000) *Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos*. São Paulo: Hucitec. 280p.

GIDDENS, Antony. (1997) *Modernização Reflexiva: Política, Tradição, e Estética na Ordem Social Moderna.* SP: Ed. Da Universidade Estadual Paulista. 264p.

EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer (1999) *Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um Povo Nilota*. 2º ed. SP: Ed. Perspectiva S.A. p.107-150.

_____. (2005) *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande.* RJ: Jorge Zahar. 255p.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.) (1987) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas.* Métodos. São Paulo: Global. P. 345-372.

FERREIRA, Renata Diniz. (1989) *Os manguezais a baía de Vitória (ES). Um estudo de geografia física integrada.* Tese de doutoramento em geografia física, apresentada ao Programa de Pós-Graduação e, Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 302p.

GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editores S.A, 1989. 323p.

GENTILLI E FRESCHIANI. (2002) *Pobreza Urbana e Ocupações desordenadas*. Vitória do Futuro/PMV.

GEORGE, Pierre. (1970) *Dictionnaire de la Géographie*. França: Presses Universitaires de France.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. (1980) *Desvendando Máscaras Sociais.* 2º ed. RJ: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 263p.

GUSFIELD, Joseph R. (1981) *Introduction: The Culture of Public Problems*. In: the Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order. Chicago and London. The University of Chicago Press.

HUGUENIN, F. (2002) *Caranguejeiras de Gargaú: sustentabilidade do ponto de vista nativo.* Monografia de Graduação. LESCE/CCH/UENF, Campos dos Goytacazes. 50p.

DIAS NETO, José Colaço & VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. (2006) *DIFERENTES PERCEPÇÕES DA NATUREZA: AS INTERVENÇÕES POLITÉCNICAS, A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E PESCADORES ARTESANAIS NA LAGOA FEIA*. Trabalho de mestrando apresentado ao curso de Antropologia (PPGA-UFF). Pesquisador Associado do LeMetro/IFCS/UFRJ.

KANT DE LIMA, Roberto. (1997) *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF. 329p.

KANT DE LIMA, Roberto *et al*. (2005) Efeitos da Igualdade e da desigualdade no Espaço Público da Amazônia*.* In Lima, Débora (Org). *Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões*: *Perspectivas para o Desenvolvimento da Sustentabilidade*. Manaus. p.37-59.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. (1940) *Restingas na Costa do Brasil.* Rio de Janeiro. 65p.

MAUSS, Marcel. (1972) *Introducción a la Etnografía*. Lisboa: Pórtico. 279p.

MELLO, M.A. da Silva & VOGEL Arno. (2004) *Gente das Areias. História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Marica, RJ* – 1975 a 1995. Niterói/EdUFF. 419p.

_____. (1981) *Quando a Casa vira Rua, a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de Bairro*. 2º ed. Conv. IBAM/FINEP/RJ. 152p.

MONJARDIM, Adelpfo. (1995) *Vitória Física: Geografia, História e Geologia*. 2º ed. Vitória, PMV/Scretaria Municipal de Cultura e Turismo.

MUEHE, Dieter. Geomorfologia Costeira. (1996) In: Guerra, A.J.T. & Cunha, S.B. (Org.). *Geomorfologia, uma atualização de Bases e Conceitos*, Cap.6, RJ: ed. Bernard Brasil.

NEVES, Luiz G.S & Pacheco, Renato.C. (1996) *Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 35p.

NUNES, André G. A. & Etienne Samain. (2004) *Os Argonautas do Mangue: uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória, ES*. Campinas: Ed. Da Unicamp. 240p.

NUNES, Edson. (1997) *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e Insulamento burocrático*. RJ: Ed. Zahar, 2º ed.

PESSANHA, Elina G. da Fonte. (2003) *Os companheiros: Trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói:Eduff. P.143

PROJETO CARANGUEJO. (2004) *Bioecologia do caranguejo Ucides cordatus e Caracterização socioeconômica e de saúde dos catadores de caranguejo no Espírito Santo.* UFES.

QUARESMA, Barbosa D. Helena. (2000) Unidades de Conservação, Pescadores e Turismo: Experiências na área de Preservação Ambiental Alagodoal/Maiandeua - PA. In SIMONIAN, Ligia (Org). BELÉM:CEJUP:UFPA-NAEA. P.71-82.

REGO, José Lins do. (1984) *O Moleque Ricardo*. 17º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 356p.

RONDELLI, Beth. (1993) O *Narrado e o Vivido: O processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão*. Funart:IBAC. 155p.

RODRIGUEZ, S. Célia Jaqueline. (2004) *Tartarugas Marinhas e sua Proteção: Encontros e Desencontros entre a População de Regência e o Projeto Tamar.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Norte Fluminense – UENF.156p.

SCHAFFER-NOVELLI, Yara. (1986) *Manguezais Brasileiros: uma bibliografia (1614-1986)*. São Paulo: Instituto ocenográfico, USP. 59p.

SCHWADE, Elisete. (1992) *Poder do "sujeito", poder do "objeto*". Universidade Federal de Santa Catarina- Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

SOUZA, Bernardino José. (1920) *Onomástica Geral da Geographia Brasileira.* Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices. 319p.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. (2001) *Industrialização e Empobrecimento Urbano: O Caso da Grande Vitória 1950-1980*. Vitória:Edufes. 174p.

SILVA, Sandro José.(2003) *Saberes e fazeres: a Pesca tradicional na Ilha das Caieiras*. Relatório de pesquisa, encaminhado a Prefeitura Municipal de Vitória/FACITEC.

TRARBACH, Joseany. (2001) *O Manguezal como objeto de Percepção Ambiental: Estudo comparativo entre duas Comunidades de Pescadores e Coletores de Vitória (ES*). Monografia apresentada ao Departamento de Biologia. 116p.

TURNER, W. Victor. (1980) *Social Dramas and stories about them. Critical Inquiry.* Vol 7, nº 7, Autumm. Tradução livre, mímeo, s/d.

_____. (1957) *Schism and Continuity in na African Society: A study of Ndembu Village Life.* Manchester: Manchester University Press. 335p.

_____. (2005) Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. Niterói: Ed. EDUFF. 488p.

VILLAR, Frederico. (1911) *Regulamento das Pescarias Nacionais: Um appello ao patriotismo do Governo e do Congresso Nacional*. Montreux.

YÚDICE, George. (2004). *A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na Era Global*. BH: Ed. UFMG.

ZIPPINOTTI, Eber Louzada. (1985) *Manguezais: Florestas de Estuários*. SEMMAM/PMV. 23p.

Projetos elaborados pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Vitória.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. (1996) *Projeto Vitória do Futuro: Plano Estratégico da Cidade. 1996-2010.*

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. (2002) *Projeto de Gestão Sustentável da Pesca de Caranguejos e Guaiamuns.*

_____.(2005) *Projeto de Educação Ambiental Mangue Vivo: Ação Integrada de Limpeza do Manguezal*.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO. (1996) *Projeto Rota Manguezal*.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (1987). Documento base que oficializa a Estação ecológica Ilha do Lameirão. Encaminhado por Maria da Gloria Brito Abaurre, Secretária de Meio Ambiente, e sancionado pelo prefeito Hermes Laranja.

Artigos em Jornais:

BELLO, Elisangela. *Caranguejo volta a ser vendido, mas com mais controle*: Aumento no consumo e avanço de doença fazem Ibama preocupar-se com extinção. A Gazeta. 02/12/05, p. 06.

BELLO, Elisangela. *Cata e comércio de caranguejos proibidos até o dia 7*: A restrição acontece porque hoje começa mais um período de reprodução do crustáceo. A Gazeta. 01/02/06, p. 07.

CARDOSO, Andressa. *Ibama interdita mangue no Norte*: A medida foi para evitar o avanço da doença do caranguejo letárgico no Estado. A Tribuna. 16/09/06. p, 08.

CUSTÓDIO, Zenilto. *Catadores Garantem 6 mil Caranguejos em Aracruz*: os crustáceos estão sendo **cevados há um mês** para serem consumidos. A Gazeta. 20/09/05, p.06.

HEMERLY, Deborah, Feliz Claudia, Siqueira, Manuella. *Doença afeta cata do caranguejo*: **[sério]** coleta e venda do crustáceo podem ser proibidas por seis anos. 13/09/05. p. 03.

MEDEIROS, Ricardo. *Sinal Vermelho nos manguezais*: **[Alerta]** novas áreas serão interditadas se a doença se alastrar. Notícia Agora. 09/05/06.

MENDONÇA, Maurílio. *Doença do caranguejo chega aos mangues de Vitória:* O IBAMA vai solicitar a interdição da **cata do crustáceo** no manguezal de Goiabeiras.. A Gazeta. 01/05/06. p. 01 e 07.

MENDONÇA, Maurílio. *Doença do caranguejo pode gerar prejuízo de R$ 40 milhões*: A perspectiva é a de que em seis meses todos os mangues sejam **interditados**. A Gazeta. 02/05/06. p. 07.

MULLER, Nestor. *Fisgada de 80% na renda do catador.* **[crise no mangue]** a doença do caranguejo letárgico causou uma redução no consumo. Notícia Agora. 23/05/06. p. 18).

SIQUEIRA, Manuella. Feliz, Claúdia. Baptista, Jussara. *Doença pode impedir a cata do caranguejo por seis anos no Estado*: Mal foi detectado em São Mateus e causa a morte do crustáceo num período de 12 horas. A Gazeta. 13/09/05. p. 01 e 04.

XAVIER, Yara. *Caranguejo mais difícil e caro*: comerciantes estão comprando crustáceo de Anchieta e do sul do País e o preço vem subindo. A Tribuna. 02/05/05. p. 04.

A GAZETA. Lixo pode ser fonte de lucros com instalação de usina de beneficiamento. Vitória, 9 de julho de 1978.

A GAZETA. Capitania quer acabar com poluição nas águas da baía. Vitória, 20 de maio de 1980.

REVISTA AGORA. Uma cidade Ocupada. Vitória, setembro de 1981.

A GAZETA. Capitania debate usina de lixo com prefeitos. Vitória, 25 de julho de 1980.

A GAZETA. Capitania sugere Secretaria de Meio Ambiente. Vitória, 05 de setembro de 1982.

INTERNET

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. <http:// www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 14/06/06.

MANGUEZAIS. Artigo da professora Janaína Santos.<http:// www.moisesneto.com.br.> Acesso em: 02/06/06.

MIRRA. Álvaro L. Valery. (2001) *Direito Ambiental: Princípio da precaução e sua aplicação Jurídica.* Publicado na Revista de Direito Ambiental, nº 21, Jan/Mar de 2001. <HTTP:// www.direitoambiental>. acesso em: 02/05/06.

REVISTA BASE DE DADOS TROPICAL. Avaliação e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e marinha. <http:// www.bdt.fat.org.br>. Acesso em:13/03/06.

REVISTA AMBIENTE BRASIL – ambientes águas – nicho água salgada (mangue). <http:// www. Ambientebrasil.org.com>. Acesso em: 23/02/06.

RECURSOS EDUCATIVOS PARA ESTUDANTES E PROFESSORES. <http:// www.tv.cultura.alôescola – mar à vista>. Acesso em: 23/03/06.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. <http:// www.wikipédia.com.br>. Acesso em: 15/03/06.

IBAMA – <http:// www.ibama.or.br>. Acesso em: 23/02/06.

CEPSUL – <http:// www.cepsul.org.br>. Acesso em: 18/02/06.

SNUC – <http:// www.snuc.gov.br>. Acesso em: 30/03/06.

SÉCULO DIÁRIO. <http:// www.seculodiario.com.br>. Acesso em: 23/03/06.

A reprodução do caranguejo-uçá. <www.fapepi.pi.gov.br/ciencia.> Acesso em: 03/6/06**.**

ESTAÇÃO CAPIXABA. http://estaçãocapixaba.com.br. Acesso em: 20/09/05.

BAÍA DE BABITONGA/SC. <http://solomac.net/babitonga. Acesso em: 05/06/06.

Anexos

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO GESTOR DO CARANGUEJO

Aos 15 dias do mês de setembro de 2005, estiveram reunidos no auditório do IBAMA, o Gerente Executivo substituto do Órgão, Jacques Passamani, o Coordenador do Grupo Gestor do Caranguejo, Iberê Sassi, o Procurador do IBAMA, Dr. Bento Adeodato, demais membros do Grupo Gestor, representantes de Prefeituras, Catadores de caranguejo, imprensa e representantes da Petrobrás, para discutirem a chegada da doença do caranguejo no Estado. A reunião foi iniciada pelo coordenador do Grupo Gestor, que agradeceu a presença de todos e pediu que todo mundo assinasse a lista de presença, pois a mesma será anexada à ata da reunião. Iberê disse que não é intenção do grupo Gestor achar um culpado e que o IBAMA do Espírito Santo, através do Grupo Gestor tem trabalhado intensamente há vários anos e que foi conquistado um processo de gestão avançado, através de uma luta permanente para tentar proteger o manguezal e os povos que dele vivem. Disse também que há três anos esta sendo feito um esforço muito grande para tentar uma legislação ou portaria que barrasse a doença. Lembrou que todos sempre tiveram a consciência de que esta doença fatalmente chegaria ao Estado, mas que por diversos problemas, como a falta de compreensão, indiferença e aspectos legais e apesar de todos os avisos que foram feitos, a doença chegou ao Espírito Santo. Ressaltou que todos devem ter uma atitude de união, esperança, positivismo e ajuda mútua para que possam garantir a sobrevivência dos caranguejeiros. O grande objetivo da reunião é de acatar as sugestões dos presentes para fazer algo agora que a doença chegou, a fim de minimizar o problema. Lembrou que a Gerencia Executiva do Espírito Santo ofereceu os poucos recursos que tem, para que, juntamente com outros colaboradores se possa pontualmente fazer alguma coisa e que deve ser feita uma cobrança ao IBAMA de Brasília e ao Ministério do Meio Ambiente para darem alguma resposta. Disse que tem ciência de que assuntos polêmicos irão aparecer durante a reunião, mas que é urgente a sugestão dos municípios e catadores presentes. Lembrou que a função do IBAMA e de cuidar apenas do meio ambiente e que a questão social é função de outros atores, porem o IBAMA também esta preocupado com a situação dos catadores. Iberê disse que a proposta básica do IBAMA é de interditar a área limitada à ocorrência da doença, para fim de coleta de caranguejo e pediu pressa judicial. Cobrou o cadastramento dos catadores para, no período de proibição eles poderem receber o seguro desemprego e lembrou que tecnicamente o manguezal estará interditado a parir do dia 01 de outubro devido ao defeso. Disse que o Grupo terá praticamente dois meses para tomar outras medidas, entre elas, a implantação do Projeto SOS Uçá, que inclui não só a pesquisa, mas todo um planejamento de criação de emprego e renda para os catadores, destacando que este Projeto é uma visão ampla, que já está nas mãos do Ibama de Brasília e que, caso Brasília não tenha o recurso, estes serão buscados por outros meios. A palavra foi então passada ao Gerente Substituto do IBAMA no Espírito Santo, Jacques Passamani, que se apresentou e cumprimentou a todos os presentes e

disse que a Gerencia Executiva esta tentando há meses um posicionamento em relação à portaria que regulariza o transporte de caranguejo, e que a detecção da doença não é nenhuma novidade, pois todos já trabalhavam com essa possibilidade. Ressaltou que a área em que a doença foi detectada é aparentemente pequena e que, caso o Grupo Gestor entenda que é possível a interdição, de forma judicial ou normativa, esta será feita. Solicitou ao coordenador do Grupo Gestor que levantasse todas as informações para a interdição e que a doença irá se alastrar para os outros manguezais se nada for feito. Lembrou que as medidas não dão garantia de que a doença não vai se alastrar, que o nível de pesquisa ainda não é consistente a ponto de se saber qual é o vetor da doença, e que acredita-se que pessoas possam ser vetores, por isso então, deve-se isolar o mangue, como forma de precaução. Esta seria a forma mais prudente, ambientalmente falando, pois se sabe o que aconteceu no nordeste. Ressaltou ainda que foi relatada ameaça de extinção da espécie e isso já justificaria a interdição pelo IBAMA, porém, tem-se certeza do impacto social que a doença causa, e que isso é responsabilidade do IBAMA também, mas que o Ibama não pode assumir isso sozinho. Lembrou que o Grupo Gestor deve ter equilíbrio para saber quais os procedimentos a serem adotados, ouvindo os anseios de todos para, através de uma linha de ação, ser feito um planejamento com alternativas para manter a integração do ecossistema. Iberê lembrou do questionamento existente em relação à identificação da doença em Campo Grande da Barra Nova, dizendo que o que está acontecendo lá não é a doença. Disse que ainda não teve tempo de escrever o relatório da visita, mas que o Péricles irá apresentar. Disse que o material para o primeiro laudo foi coletado em setembro de 2004 em Mucuri, Bahia e enviado para o Professor Dr. Sergio Martorelli, de um centro de Pesquisa da Argentina e destacou que o que dificultou mais foi à burocracia. Disse que o Professor escreveu dizendo que só pôde processar as amostras de um dos seis caranguejos enviados e que foi encontrado um fungo no coração similar ao que foi encontrado no Brasil, o Ascomicete. Após a leitura do laudo, disse que temos que aguardar o final da pesquisa, pois este laudo foi feito a partir de uma parte de um único exemplar. Lembrou que a técnica cientifica adotada ate agora é baseada no comportamento da doença. A palavra foi passada ao biólogo especialista em crustáceos, Péricles Góes, que fez uma apresentação de fotografias dos caranguejos doentes e disse que o comportamento encontrado nem São Mateus é o mesmo dos caranguejos do sul da Bahia, que os animais ficam espumando, fracos e geralmente morrem na entrada da toca. Destacou que não há duvidas de que é a doença que chegou ao Estado e que não tem certeza se ela esta em outros manguezais do Espírito Santo, apesar dos boatos de que ela já chegou em Vitória. O comerciante Paulo pediu a palavra e disse que em Nova Viçosa os sintomas são reais e que em três dias não se via mais caranguejo no mangue, mas que na região de Nativo e campo Grande não foi visto nada e que se a doença tivesse chegado nestes lugares, já teria acabado os caranguejos. Péricles disse que a partir da chegada da doença, o alastramento é muito rápido. Paulo ressaltou que quem conhece o manguezal é o catador e que apareceu em nova Viçosa

um limo verde que acabou com a vida no manguezal, e que em Mucuri, o mangue foi fechado e ainda tem caranguejo. Péricles interviu e disse que o caranguejo acabou em Mucuri sim. Paulo disse que a região deve ser olhada com mais carinho. Péricles falou que somente o setor onde foi encontrada a doença será fechado. Paulo questionou como um catador profissional, que não tira menos de mil reais por mês catando caranguejo irá sobreviver com o seguro desemprego que é de trezentos reais. Jota se apresentou e aproveitou para esclarecer a reportagem que saiu no jornal A Gazeta. Disse que muita coisa foi feita desde 1997, não podendo ele fazer criticas ao Grupo Gestor do Caranguejo. Disse que está com um sentimento de incapacidade e que houve um exagero na precaução, mas antes da doença, e não depois, que as informações que temos são suficientes para conhecer os sintomas e que os órgãos ambientais estão letárgicos em relação à chegada da doença. Lembrou que existem 15 mil catadores desempregados na Bahia e 100% do caranguejo da região está morrendo. Disse que em todos esses locais existem catadores desempregados e que estão acampando em outros manguezais, e que a doença sempre surge onde teve acampamento, o que mostra que o vetor está associado ao homem, e que a água e aves estão descartados. O secretario de Meio Ambiente de São Mateus, Antenor, disse que em nome da Prefeitura, que nunca se furtou de apoiar a comunidade, que é a que possui o maior número de catadores cadastrados no INSS. Criticou a forma em que a noticia foi colocada na imprensa, de forma precipitada. Disse que antes deveria te sido feito uma reunião e que deveria ser vista a questão social e econômica dos catadores. Disse que estava contestando a forma que a noticia foi colocada à sociedade. Iberê esclareceu dizendo que quando o Grupo Gestor teve a noticia, a primeira providencia foi de comunicar a Gerencia Executiva e que tudo o que acontece é comunicado aos membros do Grupo, de forma transparente. Destacou que não haveria o publico e a parceria existente na reunião, se não fosse dado o alerta, e que o objetivo é o de alarme mesmo. Disse que o prejuízo da chegada da doença já existe e que se alguém duvida da existência da doença é só não fazer nada. O Presidente da APESCA, Adeci de Sena pediu esclarecimento da forma que foi colocado à sociedade. Disse que a APESCA não soube da doença pela associação e que soube através de um proprietário rural da área. Disse que a comunidade ficou arrasada e que ninguém voltou lá, que deve ser buscada uma solução digna. Falou que os catadores já estão passando necessidade. Dona Cleuza, catadora de caranguejo disse que ninguém compra mais caranguejo e que não tem doença no mangue. Adeci disse que viu de 10 a 15 caranguejos mortos e encontrou um catador com sete dúzias e nenhum morto. Falou que juntou a comunidade, Ibama, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Pesca e o Prefeito, que se pôs à disposição da comunidade, que quer um laudo assinado e uma resposta. Afirmou que o manguezal não tem a doença e que se tiver, os catadores não recebem o seguro desemprego. Adeci disse que quer uma solução para a comunidade e questionou o que será feito após o defeso, falou que não quer colocar a responsabilidade nem na Petrobrás e nem na Prefeitura, pois todos têm vontade de trabalhar, e que não foi discutido com

a comunidade antes de soltar a noticia. Mostrou que existe um relatório e um abaixo-assinado da discussão. Iberê esclareceu dizendo que a comunicação foi enviada pelo Grupo Gestor, antes de sair na imprensa, através da Pousada Urussuquara e que vários elementos da comunidade acompanharam a expedição. A tesoureira da APESCA, leu o relatório para todos os presentes. Após a leitura, Jacques disse que não vai transformar a reunião em um palanque político e que o que o Ibama tem a dizer é que entende que a doença chegou ao Estado, e que se a prefeitura tem cacife para trazer um pesquisador, que seja bem-vindo, mas que para isso, precisa de 250 mil reais e o Ibama não tem condições financeiras. Disse que ninguém quer brigar e que o caminho é a solução do problema. Segundo ele, a impressão que o relatório deu e a de que, se a doença aparecer em campo Grande é porque alguém jogou um caranguejo doente lá e que então a interdição também é para impedir que alguém jogue caranguejo doente no local. Um catador presente disse que o impacto já foi causado, questionou como os catadores vão se sustentar e acusou o Iberê de irresponsabilidade ao lançar a noticia nos meios de comunicação, dizendo que ninguém mais vai quere comprar caranguejo de São Mateus. Iberê voltou a ressaltar que houve uma comunicação previa feita pelo Grupo Gestor via e-mail, tendo inclusive confirmação de recebimento e que ninguém se manifestou. Pediu respeito à sua dedicação sendo que nove dos dez anos que trabalha com caranguejo foi de forma voluntária e que foi graças ao seu esforço pessoal e de outros abnegados que o Grupo se manteve até o ano passado. Voltou a lembrar que não teria nem a metade das pessoas na reunião se o problema não fosse levado à sociedade. Disse que a situação no momento tem a gravidade necessária e que a imprensa mantenha-se alertada para a gravidade da situação, que a reunião não era para conseguir culpados, mas, uma solução. Disse que o Ibama deveria estar se preocupando somente com a questão ambiental, mas, no entanto, está preocupado com o lado social. O secretario de Meio Ambiente de São Mateus disse que a noticia foi alardeada antes da comunidade saber e que os catadores não estão vendendo caranguejo. Iberê disse que a comunidade estava ciente da doença, que sabia dos sintomas, pois foi treinada. Jacques disse que em função do risco de alastramento, deve ser interditado o trecho e não o manguezal inteiro e que a tendência é que ela se alastre e o impacto vai chegar em poucos dias ou meses e que a população de caranguejo será toda contaminada se nada for feito. Adeci falou que a própria comunidade vai fiscalizar e que, respeitando o que Iberê disse, vai interditar junto à secretaria de meio Ambiente e de 15 em 15 dias irá vigiar o local. Jacques lembrou que os pesquisadores também estarão na área. O Procurador do Ibama, Dr. Bento disse que a avaliação do Grupo sobre o procedimento não dá pra ser feita durante a reunião e que juridicamente, o mangue pertence à União e que se existir o risco de doença, o Ibama tomará providencias, independente da vontade da população, pois, se o Ibama não agir, as pessoas que não agiram serão responsabilizadas. Lembrou que não se pode garantir o mesmo patamar de renda aos catadores e que eles têm que ter consciência dos riscos do mercado. Disse que a Procuradoria vai questionar os técnicos se realmente existe a doença e que em caso

positivo, vai agir. Falou que se houve algum exagero ou distorção por parte da imprensa, ela estava presente para desfazer, e que não devemos discutir o que já passou, mas criar soluções. Segundo a posição da Lei, o manguezal é propriedade da União e o Ibama tem que tomar providencias. Dona Cleuza reclamou de dificuldades em receber benefícios do INSS. A representante do INSS, Maria José, esclareceu que o beneficio e o seguro desemprego é de responsabilidade da Delegacia Regional do Trabalho e que questões trabalhistas são com o Ministério do Trabalho. Iberê disse que o Grupo Gestor encaminhou este ano 25 reclamações de catadores ao INSS, e que se tivesse pedido ao Grupo, já seria resolvido. Jota disse que acolhe as preocupações de São Mateus e que elas não são exclusivas de lá, que é preciso passar à população que nunca houve contaminação do ser humano e que deve ter um instrumento legal para garantir o seguro desemprego. Jacques disse que não é atribuição do Ibama o Seguro Desemprego. Iberê disse que há um ano foi solicitado aos municípios que fizessem o cadastramento dos catadores para enviar á DRT o nome das pessoas que receberão os benefícios, inclusive a São Mateus. Destacou que em nenhum momento foi dito que a única medida é a extensão do seguro desemprego e sim a geração de emprego e renda. Lembrou que existem quatro municípios em que o manguezal é reserva, Guarapari, Anchieta, Aracruz e Lameirão. Foi feita uma proposta em Anchieta de convenio entre o Município e a Associação de Catadores para cuidar da área. Jacques lembrou que nenhuma Unidade de Conservação permite a exploração para subsistência e que o caminho é os municípios alterarem a forma de manejo. Bento diz que quem tiver uma sugestão que dê, pois esta será estudada. Lembrou que a primeira proposta é a interdição do manguezal, a outra proposta é a entrada somente de catadores cadastrados e que posteriormente a jurídica verá qual é possível juridicamente. Mariângela lembrou que houve um acidente com a tubulação da Petrobrás no local e que o Ibama deve dar uma resposta em relação ás conseqüências, pois falta informação e esclarecimento. A técnica do IEMA, Daniela, disse que não tem informação detalhada, mas que se compromete a responder posteriormente. O técnico da Petrobrás disse que o que ocorreu foi comunicado ao Órgão Ambiental e as ações estão em andamento. Disse que não houve alteração significativa no meio ambiente, pois foi uma região muito contida, com apenas 150 m^2 no total. O produto foi um fluido de perfuração de água e betonita. Iberê disse que os caranguejos foram coletados mais de um mês depois do acidente, que ocorreu dia 07/08 e em um local distante. Jacques solicitou à Petrobrás um relatório sobre o nível de toxidade da betonita. Iberê disse que a DRT só considera para a suspensão do trabalho para mais que 30 dias e que se interditar o mangue, não conseguirá que as pessoas sejam indenizadas, pois serão apenas 15 dias e verá a possibilidade de extensão do defeso. Propôs a intervenção do mangue de hoje (15/09) ate o dia 1º de outubro. Perguntou a todos se pode fazer um acordo voluntário de não se utilizar à área, o que evitaria um longo processo e que pode não dar resultado algum. Afirmou que se a doença continuar avançando, haverá mecanismos mais objetivos. O Secretario de Meio Ambiente de São Mateus disse que irá respeitar e ajudar a fiscalizar

para que não se transite na área. Toda a comunidade de catadores de São Mateus presente se comprometeu a cooperar com a interdição. Iberê disse que conta com o apoio da prefeitura. O Biólogo do INCAPER, André Ramos, disse que trabalha com geração de emprego e renda e que se a doença se espalhar, haverá alternativa para trabalhar na região. Jota perguntou se o INCAPER tem algum microbiologista. André respondeu que entrará em contato com um fitopatologista. Iberê destacou que normalmente a natureza tem seus próprios mecanismos de defesa e que a melhor forma e deixar o local quieto e que em Mucuri foi criada uma barreira e por isso ainda existe algum caranguejo. Disse que se for feita uma contenção, a recuperação será mais rápida, pois os caranguejos adultos que sobreviverem gerarão descendentes resistentes á doença. Dr. Bento disse que 250 mil não é nada perto das grandes industrias que existem no Estado e sugeriu colocar o projeto SOS Uçá como prioridade, juntamente com os municípios e a iniciativa privada. Propôs a criação de um grupo para trabalhar exclusivamente com o SOS Uçá para vender o projeto. Iberê disse que esse grupo já foi criado e que até já teve uma reunião junto a CST, mas que há um constrangimento pela falta de resposta do próprio Ibama para deslanchar. Um catador perguntou se a imprensa ira desfazer a impressão de alarde. Iberê disse que a imprensa estava participando para isso mesmo e lembrou que quem come caranguejo não tem o habito de comprar o animal morto. O comerciante Paulo parabenizou o Ibama quando proibiu a vinda de caranguejo da Bahia na época de andada e pediu que a proibição continuasse, também para os caranguejos vindos do Pará. Iberê disse que o Grupo Gestor é uma parceria completa, desde o catador ate o comerciante e destacou que o caranguejo jamais será inserido em detrimento dos catadores daqui. Um catador da Serra questionou qual é o mecanismo legal para que não entre ninguém de fora no manguezal. Iberê disse que é a publicação de portaria de transporte. A prefeitura autoriza o transporte do caranguejo para determinado local dentro do Estado. Jacques disse que o procedimento de fiscalização, a partir de outubro, será exclusivo para mangue. Lembrou que o Ibama tem apenas seis agentes para o Estado inteiro e que se não tiver apoio das prefeituras, o IBAMA não terá perna para fiscalizar tudo. Disse que seria melhor que todos os catadores usassem camisa para identificar. Ressaltou que, durante o defeso, todos os catadores que estiverem no mangue levarão multa. Conclusão da reunião: 1º - não será necessária a adoção de medidas judiciais, a APESCA se comprometeu em colaborar com a interdição voluntária, a Petrobrás só deixara passar pessoas a trabalho e será estabelecido um período mínimo possível. 2º - Pressão ao MMA para acelerar a portaria a ao IBAMA de Brasília. Sem nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Os grifos são meus.

Anexo II

Embora ao longo da história os manguezais fossem considerados ambientes pouco atrativos, a despeito disso, foram motivos de vasta legislação que por diversas razões regulamentavam seu corte e supressão. Cito algumas dessas leis, sem a pretensão de abranger a totalidade dos instrumentos legais à preservação dos ecossistemas costeiros.[121]

No âmbito Federal:

- Dentre as mais antigas podemos citar o Capítulo 1º do Regimento de 24 de julho de 1704, que não permitia a doação de terras aluviais, pois pertenciam à Coroa. Mais tarde, no ano de 1760, o Alvará de Del Rey D. José firmava a ilegalidade da derrubada do mangue-vermelho (*Rhizophora mangle)* sem que previamente fossem retiradas suas cascas, pelo tanino tão utilizado em curtumes na época.
- Em 1920, a Lei nº 14.536, não permitia o aterro nem o apossamento do mangue, embora permitisse seu corte, dentro das normas de preservação.
- O 1º Congresso de Pesca, nos anos 1934-1936, conferiu importância ao manguezal nas atividades de pesca, regulamentando seu uso.
- Em 1940, Decreto-Lei nº 2490, as áreas de manguezal recebem novas normas para aforamento, como parte das terras de marinha.
- Em 1946, Decreto-Lei nº 9760 institui um dos instrumentos legais até o momento em uso, apesar da dificuldade de mensuração, diante das intervenções nas áreas litorâneas. Esse Decreto-Lei diz que estão incluídos entre as terras da União, os terrenos de marinha e seus acrescidos, e estabelece que são terras da União os terrenos situados a 33 metros, medidos horizontalmente, do mar para a terra, a partir da linha preamar de 1831.

[121] Os dados relativos a legislação obtive junto a biblioteca da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) da Prefeitura Municipal de Vitória.

- O Novo Código Florestal, Lei n° 4771/65 considera no Art 2º, a preservação permanente de florestas e demais formas de vegetação natural situadas: a) ao longo dos rios e qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal; b) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues. Esta legislação veio a considerar o mangue como vegetação de preservação permanente e, a partir dela, todas as demais ratificaram e deram maior destaque ao manguezal.
- A Lei nº 6.902 (27/04/1981), dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, e áreas de proteção Ambiental.
- A Lei nº 6.938 (31/08/1981), dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Cria o sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), estabelecendo responsabilidade e punições aos poluidores do meio ambiente.
- A Lei nº 7.661 (16/05/1988) institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- Lei nº 7.679 (23/11/1988) dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em período de reprodução.
- Em 1998, a Nova Constituição Brasileira, no Cap VI do Meio Ambiente, veio a ser um dos maiores avanços na área ambiental e mereceu destaque pela sua abrangência na proteção dos ecossistemas brasileiros e do meio ambiente em geral.

No âmbito Estadual:

- Constituição Estadual – Seção IV, do Meio Ambiente.
- **Lei nº 3.582 (03/11/1983)** dispõe sobre as medidas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no Estado do Espírito Santo.
- **Lei nº 4.119 (22/07/1988),** declara a Preservação Permanente os manguezais remanescentes do Espírito Santo.

No âmbito Municipal:

- **Lei nº 3315/86** - Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), com atribuições de proteção, conservação, recuperação, controle e fiscalização dos recursos naturais de Vitória.
- **Lei nº 3338/86**, instituí a preservação da forma atual dos contornos do Município e suas ilhas. Essa lei foi uma das mais importantes do município na área da preservação dos manguezais, praias, baías e enseadas, pois a partir dela os contornos municipais não mais puderam ser alterados por aterros.
- **Lei nº 3312/86,** cria a Reserva Biológica Municipal Ilha do Lameirão, com área de 8.918.350 m². Essa Reserva é constituída por florestas de mangue e restinga. Essa Reserva situa-se nos limites da ocupação que deu origem ao Projeto São Pedro.
- **Lei nº 3377/87**, transforma em Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL) a Reserva Ecológica Municipal Ilha do Lameirão.
- **Lei nº 3.502** (17/11/1987), dispõe sobre a política de proteção, do controle e da conservação do meio ambiente e qualidade de vida do Município de Vitória.
- **Decreto nº 8.060** (2/06/1989), declara proibida a pesca de arrastão nos canais da baía de Vitória e baía de Camburi. Esse Decreto veio proibir a pesca predatória que prejudica o desenvolvimento da fauna, estuarina e marinha, nos limites da jurisdição municipal.
- Lei Orgânica do Município de Vitória, de 1990, Capítulo IV – Meio Ambiente.
- **Decreto nº 9.267 (07/01/1994),** regulamenta a Lei 3.502 de 17/11/1987.
- Ato Constitutivo do CMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Vitória). **Resolução nº 02 (05/01/1991),** estabelece critérios e padrões para o controle da poluição dos recursos hídricos do município de Vitória.
- **Lei nº 4.167** (27/12/1994) dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Vitória, institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências.
- **Decreto nº 7317/86,** inclui a SEMMAM na composição do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (CMPDU). A partir daí os destinos

urbanísticos da cidade passaram a contar com a análise e poder de voto da SEMMAM no CMPDU e garantiu maior proteção aos recursos naturais do município.

- **Lei nº 4438/97,** institui o Código Municipal de Meio Ambiente, um dos primeiros do Brasil e define em seu primeiro capítulo os princípios que regem o Código.
- Art. 1º, este Código fundamentado no interesse local, regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida**.**
- **Decreto nº 10170/98,** cria o Parque Municipal da Baía Noroeste de Vitória, com área de 638.858 m², complementando numa Unidade de Conservação os manguezais que não foram delimitados para fazerem parte da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão.